



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



**AJUDA**



**SAIR**

# RESOLUÇÕES DO 6º CONGRESSO NACIONAL DA CUT

13 a 17  
de agosto de 1997



VERSÃO PARA IMPRIMIR

- CONJUNTURA INTERNACIONAL
- CONJUNTURA NACIONAL
- BALANÇO POLÍTICO
- BALANÇO ORGANIZATIVO DA CUT E SUAS INSTÂNCIAS
- ESTRATÉGIA
- PLANO DE AÇÃO
- MOÇÕES
- EXECUTIVA NACIONAL
- DELEGAÇÕES INTERNACIONAIS
- QUADRO GERAL DO CONGRESSO
- TEXTOS REMETIDOS À 9ª PLENÁRIA
  - ESTRUTURA SINDICAL E RELAÇÕES DO TRABALHO
  - POLÍTICAS PERMANENTES
  - ESTATUTOS



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUE**



# RESOLUÇÕES DO 6º ConGRESSO NACIONAL DA CUT

13 a 17 de agosto de 1997

## Conjuntura internacional

A conjuntura internacional se desenvolve no contexto de declínio do sistema capitalista. É a antítese da era de prosperidade vivida nas primeiras décadas do pós-guerra e a expressão do esgotamento do padrão de acumulação de capital proveniente deste período. Configura-se uma situação crítica caracterizada por taxas de crescimento econômico declinantes e elevados níveis de desemprego em quase todos os países onde predomina a economia de mercado.

A crise econômica, que não deve ser confundida com as perturbações cíclicas do sistema provocadas pela superprodução, vem acelerando o processo de centralização e globalização do capital, traduzidos principalmente pela onda de aquisições, incorporações e megafusões de empresas. Como resultado, seus efeitos têm maior repercussão mundial, assim como as políticas propostas ou impostas como “solução” pelas classes que encarnam os interesses do capital.

O cenário atual está caracterizado pelo avanço da globalização econômica, financeira e comercial defendida pelos organismos internacionais (FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio) com base na ideologia neoliberal. Trata-se de um processo em curso, comandado pelas grandes corporações transnacionais que procuram abrir novos mercados para sua produção e, ao mesmo tempo, recuperar as taxas de lucro, reduzindo seus custos pelo aumento da exploração dos trabalhadores, via redução de salários, aumento das jornadas de trabalho e eliminação dos direitos dos trabalhadores, atacando as conquistas sindicais e trabalhistas obtidas na era de ouro do sistema e desmantelando o chamado Estado de Bem-Estar Social. A globalização tem representado o aumento do desemprego, a precarização dos contratos

de trabalho, a informalidade e crescentes ataques aos direitos de organização sindical.

O neoliberalismo surge neste quadro e vem sendo aplicado desde os anos 1980 como uma resposta da burguesia ao panorama crítico. Tendo adquirido ares de verdade absoluta após a derrocada do “socialismo real”, seu objetivo é, basicamente, elevar as taxas de lucros das empresas multinacionais (revertendo a queda observada nas últimas décadas). Em tese, o aumento dos lucros resultaria na recomposição dos níveis de investimentos e viabilizaria a inauguração de um novo padrão de acumulação e uma fase de crescimento econômico capitalista, o que na prática não vem ocorrendo.

O ritmo e a natureza da inserção das economias nacionais à globalização são diferenciados e depende em grande medida de opções políticas e da correlação de forças entre os setores populares e os defensores do neoliberalismo. Ainda não está concluída a forma de inserção das economias nacionais no mercado global.

Os sindicatos, em nível nacional e mundial, podem influir em seu curso. Greves e mobilizações recentes na Europa, Ásia e América Latina revelam que os sindicatos reagem e buscam alternativas para a maneira excludente como a globalização vem se processando. Essas lutas ainda ressentem-se da ausência de um projeto alternativo capaz de se contrapor ao neoliberalismo.

Grandes mobilizações, como a greve na Coréia do Sul, a mobilização dos mineiros alemães e dos trabalhadores franceses e belgas da Renault revelam que os trabalhadores não estão dispostos a arcar com os custos da globalização, e que é possível impor derrotas ao neoliberalismo.

As estratégias e os atuais modelos de organização sindical, criados num período de fronteiras nacionais parcialmente protegidas, têm sido incapazes de enfrentar as transformações econômicas em curso.

### Principais tendências da globalização

#### **A crescente hegemonia do capital financeiro**

O crescimento do sistema financeiro internacional constitui uma das principais características da



globalização. Um volume crescente de capital acumulado é destinado à especulação propiciada pela desregulamentação dos mercados financeiros. Nos últimos quinze anos o crescimento da esfera financeira foi superior aos índices de crescimento dos investimentos, do PIB e do comércio exterior dos países desenvolvidos. Isto significa que, num contexto de desemprego crescente, miséria e exclusão social, um volume cada vez maior do capital produtivo é destinado à especulação.

O setor financeiro passou a gozar de grande autonomia em relação aos bancos centrais e instituições oficiais, ampliando o seu controle sobre o setor produtivo. Fundos de pensão e de seguros passaram a operar nesses mercados sem a intermediação das instituições financeiras oficiais. O avanço das telecomunicações e da informática aumentou a capacidade dos investidores realizarem transações em nível global. Cerca de 1,5 trilhão de dólares percorre as principais praças financeiras do planeta nas 24 horas do dia. Isso corresponde ao volume do comércio internacional em um ano.

Da noite para o dia esses capitais voláteis podem fugir de um país para outro, produzindo imensos desequilíbrios financeiros e instabilidade política. A crise mexicana de 1994/95 revelou as conseqüências da desregulamentação financeira para os chamados mercados emergentes. Foram necessários empréstimos da ordem de 38 bilhões de dólares para que os EUA e o FMI evitassem a falência do Estado mexicano e o início de uma crise em cadeia do sistema financeiro internacional.

Ao sair em socorro dos especuladores, o governo dos Estados Unidos demonstrou quem são os seus verdadeiros parceiros no NAFTA. Sob a forma da recessão, do desemprego e do arrocho dos salários, os trabalhadores mexicanos prosseguem pagando a conta dessa aventura. Nos períodos “normais” a transferência de riquezas para o setor financeiro se dá por meio do serviço da dívida pública, através da qual uma parte substancial dos orçamentos públicos são destinados para o pagamento das dívidas contraídas junto aos especuladores. O governo FHC destinou para o pagamento de juros da dívida pública um pouco mais de 20 bilhões de dólares em 1996.



## Novo papel das empresas transnacionais

As empresas transnacionais constituem o carro-chefe da globalização. Essas empresas possuem atualmente um grau de liberdade inédito, que se manifesta na mobilidade do capital industrial, nos deslocamentos, na terceirização e nas operações de aquisições e fusões. A globalização remove as barreiras à livre circulação do capital, que hoje se encontra em condições de definir estratégias globais para a sua acumulação.

Essas estratégias são na verdade cada vez mais excludentes. O raio de ação das transnacionais se concentra na órbita dos países desenvolvidos e alguns poucos países periféricos que alcançaram certo estágio de desenvolvimento. No entanto, o caráter setorial e diferenciado dessa inserção tem implicado, por um lado, na constituição de ilhas de excelência conectadas às empresas transnacionais e, por outro lado, na desindustrialização e o sucateamento de grande parte do parque industrial constituído no período anterior por meio da substituição de importações.

As estratégias globais das transnacionais estão sustentadas no aumento de produtividade possibilitado pelas novas tecnologias e métodos de gestão da produção. Tais estratégias envolvem igualmente investimentos externos diretos realizados pelas transnacionais e pelos governos dos seus países de origem. A partir de 1985 esses investimentos praticamente triplicaram e vêm crescendo em ritmos mais acelerados do que o comércio e a economia mundial.

Por meio desses investimentos, as transnacionais operam processos de aquisição, fusão e terceirização segundo suas estratégias de controle do mercado e da produção. A maior parte desses fluxos de investimentos permanece concentrada nos países avançados, embora venha crescendo a participação dos países em desenvolvimento nos últimos cinco anos. A China e outros países asiáticos são os principais receptores dos investimentos diretos. O Brasil ocupa o segundo lugar dessa lista, onde destacam-se os investimentos para aquisição de empresas privadas brasileiras (COFAP, Metal Leve etc.) e nos programas de privatização, em particular nos setores de infra-estrutura.



## Liberalização e regionalização do comércio

O perfil altamente concentrado do comércio internacional também é indicativo do caráter excludente da globalização econômica. Cerca de um terço do comércio mundial é realizado entre as matrizes e filiais das empresas transnacionais e um terço entre as próprias transnacionais. Os acordos concluídos na Rodada Uruguai do GATT e a criação da OMC mostraram que a liberação do comércio não resultou no seu equilíbrio, estando cada vez mais concentrado entre os países desenvolvidos.

A dinâmica do comércio no Mercosul traduz essa tendência. Na realidade a integração do comércio nessa região, a exemplo do que ocorre com o NAFTA e do que se planeja para a ALCA em escala continental, tem favorecido sobretudo a atuação das empresas transnacionais, que constituem o carro-chefe da regionalização.

O aumento do comércio entre os países do Mercosul nos últimos cinco anos foi da ordem de mais de 10 bilhões de dólares. Isto se deve em grande parte às facilidades que os produtos e as empresas transnacionais passaram a gozar com a eliminação das barreiras tarifárias no regime de união aduaneira incompleta que caracteriza o atual estágio do Mercosul.

No mesmo período, o Mercosul acumulou um déficit de mais de 5 bilhões de dólares no seu comércio exterior. Este resultado reflete as consequências negativas das políticas nacionais de estabilização monetária ancoradas na valorização do câmbio e na abertura indiscriminada do comércio externo praticadas pelos governos FHC e Menem.

O empenho das centrais sindicais, para garantir os direitos sociais no interior desses mercados, tem encontrado enormes resistências. As propostas do sindicalismo de adoção de uma Carta Social do Mercosul, de democratização dos fóruns de decisão, de fundos de reconversão produtiva e de qualificação profissional têm sido rechaçadas pelos governos e empresas transnacionais.

A liberalização do comércio e a abertura dos mercados nacionais têm produzido o acirramento da concorrência. A superexploração do trabalho é cada vez mais um instrumento dessa disputa. O trabalho infantil



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



e o trabalho escravo são utilizados como vantagens comparativas na guerra comercial. Essa prática, conhecida como *dumping* (rebaixamento) social, consiste precisamente na violação de direitos fundamentais, utilizando a superexploração dos trabalhadores como vantagem comparativa na luta pela conquista de melhores posições no mercado mundial. Nesse contexto, as conquistas sindicais são apresentadas pelas empresas como um custo adicional que precisa ser eliminado (“custo Brasil”, “custo Alemanha” etc.).

### Os impactos da globalização para a América Latina

São distintos os impactos da globalização para os países da periferia do sistema capitalista. O grau de inserção desses países depende, em grande parte, do estágio de desenvolvimento industrial alcançado até os anos 1980, das perspectivas de crescimento do mercado interno e de condições políticas que vão se constituindo internamente. Isto vale para os países da América Latina, cujos governos se orientam pelas formas subordinadas de inserção preconizadas pelo chamado Consenso de Washington.

A partir dos anos 1950, num contexto de políticas desenvolvimentistas e populistas, consolida-se a divisão internacional do trabalho com a presença de empresas multinacionais, operando em setores-chave da estrutura produtiva de países como Brasil, México e Argentina. Desde então, as elites políticas e econômicas desses países aceitaram a condição de sócias minoritárias na condução do capitalismo associado e dependente da região.

Por meio dessa associação com o capital estrangeiro, a burguesia industrial abdicou de qualquer pretensão à hegemonia na condução do desenvolvimento nacional, aceitando um papel subalterno na dinâmica do capitalismo dependente. O desenvolvimento industrial alcançado pela associação com o capital externo foi acompanhado de um padrão de financiamento que aprofundou a dependência desses países. Os empréstimos externos dos anos 1970 resultaram no pesadelo da crise da dívida externa dos anos 1980, provocada pelo aumento das taxas de juros internacionais impostos pelos EUA.

Os planos de estabilização monetária e a reforma do Estado são as condições impostas pelas



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



organizações financeiras internacionais para que esses países venham se inserir, num futuro remoto, à nova realidade econômica mundial. A baixa taxa de crescimento dos países latino-americanos é uma das faces desse modelo de estabilização (vide quadro 1). Mas as conseqüências perversas são imediatas, e se expressam na desindustrialização, no desemprego, no aumento da miséria, na privatização das empresas e dos serviços públicos, com corte nos gastos sociais em educação, saúde, moradia, previdência etc.

O desemprego na Argentina, da ordem de 20% da força de trabalho, a informalidade do mercado de trabalho no Brasil, de cerca de 50% da PEA (população economicamente ativa), e o brutal arrocho dos salários que se seguiu à crise mexicana ilustram dramaticamente o preço que os trabalhadores latino-americanos estão pagando em nome da pretensa modernização econômica da região.

### Quadro 1

#### Taxas de crescimento – países latino-americanos selecionados (\*)

Países	1981-1990(*)	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Brasil	1,6	-4,4	0,2	-0,8	4,2	5,7	4,2	3,1
Argentina	-0,9	0,1	8,9	8,7	6,0	7,4	-3,5	
Chile	3,0	3,0	7,3	11,0	6,3	4,2	8,5	
México	1,7	4,4	3,6	2,8	0,6	3,5	-6,9	

(\*) média % – Fonte: Relatório da OEA (diversos) IPEA.

## Impactos da globalização no mercado de trabalho e os sindicatos

A eliminação dos postos de trabalho representa o lado mais perverso da globalização. Duas conferências de cúpula do G-7 já trataram do problema mundial do desemprego e a posição dos chefes de Estado dos países mais ricos foi a mesma: nada a fazer, senão prosseguir os programas de ajuste com base no rigor fiscal e no equilíbrio monetário. Mesmo que isto implique a continuidade das medíocres taxas de crescimento da economia mundial dos últimos 20 anos (vide quadro das taxas de crescimento dos países do G-7).

**Quadro 2**

### Taxas de crescimento países G-7

G-7	1981-1990(*)	1991	1992	1993	1994	1995	1996
EUA	2,6	-0,6	2,7	2,2	3,5	2,0	2,1
Alemanha	2,2	4,5	1,8	-1,2	3,0	2,1	0,9
Japão	4,1	4,3	1,0	0,1	0,5	0,7	2,6
Itália	2,2	1,2	0,7	-1,2	2,2	3,0	2,4
França	2,4	0,8	1,3	-1,5	2,9	2,4	1,4
Inglaterra	2,7	-2,0	-0,5	2,3	3,8	2,4	2,2
Canadá	2,9	-1,8	0,8	2,2	4,6	2,2	1,8

(\*) média % – Fonte: Relatório da OEA (diversos) IPEA.

O resultado mais dramático da crise da economia capitalista é o crescimento extraordinário do desemprego, fenômeno motivado por duas causas básicas: o progressivo declínio das taxas de crescimento econômico, aliado ao desenvolvimento tecnológico com aplicação condicionada pelas relações de produção características de tal sistema. O problema não é só social, mas sobretudo econômico. Revela a crescente ineficiência capitalista na utilização dos recursos colocados à disposição da humanidade pelo progresso das forças produtivas. Neste contexto, cresce a importância da luta em defesa do emprego e pela redução da jornada de trabalho. O proletariado europeu vem organizando e realizando grandes e poderosos movimentos neste sentido, num exemplo que merece ser seguido pelos trabalhadores do chamado Terceiro Mundo.

Os governos neoliberais dizem que o custo do trabalho e as conquistas históricas dos trabalhadores são as causas do desemprego. Buscam eliminar essas conquistas por meio da flexibilização da legislação trabalhista. O argumento é completamente mentiroso: a Espanha e a Argentina foram os países que mais avançaram na flexibilização e as taxas de desemprego, ao invés de cair, estão por volta de 20% da população ativa.

As transformações no mundo do trabalho indicam claramente as grandes dificuldades colocadas para um sindicalismo baseado exclusivamente nos setores tradicionais. A organização dos desempregados, dos trabalhadores informais, das mulheres, que ingressam no mercado de trabalho em condições ainda mais precárias do que os homens, e de contingentes cada vez mais amplos de excluídos, representa um desafio crucial para o futuro do sindicalismo.

A precarização dos contratos de trabalho (tempo parcial, tempo determinado), o aumento das jornadas, a rotatividade, a informalidade, a redução dos salários e a deterioração das condições de trabalho são outras tantas formas de ataque aos trabalhadores. Em razão destes ataques, o perfil do mercado de trabalho nos países desenvolvidos e em desenvolvimento começa apresentar semelhanças (o crescimento do desemprego nos países do G-7 é um fenômeno quase generalizado, como podemos comprovar na tabela abaixo).



## Taxas de desemprego nos países desenvolvidos (definição OCDE)

	1981-1990 (*)	1991	1992	1993	1994	1995	1996
EUA	7,1	6,7	7,5	6,9	6,1	5,6	5,8
Alemanha	7,1	5,5	7,8	8,9	9,5	9,4	11,1
Japão	2,5	2,1	2,2	2,5	2,9	3,2	3,4
Itália	8,0	8,1	9,7	10,3	9,3	8,2	11,8
França	9,3	9,4	10,3	11,7	12,3	11,6	12,1
Inglaterra	9,1	8,1	9,7	10,3	9,3	8,2	7,9
Canadá	9,4	10,3	11,3	11,2	10,4	9,5	9,6

(\*)média % – Fonte: Relatório da OEA (diversos) IPEA.

O novo padrão de acumulação pressupõe a destruição das conquistas trabalhistas obtidas no período anterior. Os ataques à organização sindical, ao contrato de trabalho e às negociações coletivas vêm se tornando cada vez mais intensos, ampliando a violência dos confrontos sociais e resultando em grandes mobilizações sindicais, como demonstram as greves gerais da França, Brasil e Coréia do Sul.

Estruturados numa fase de economias nacionais reguladas, mercados parcialmente protegidos e padrões de organização tradicionais, os sindicatos têm encontrado enormes dificuldades para combater os efeitos da globalização.

Apesar da crise, as perspectivas são muito maiores para uma ação internacional da classe trabalhadora, com vistas à realização de ações articuladas em torno de objetivos comuns. A uniformização das estratégias empresarias e os ataques aos trabalhadores produz reações nacionais que devem ser canalizadas pelo movimento sindical internacional para a promoção de campanhas mundiais.



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUIE**



## O declínio relativo da liderança econômica dos EUA no mundo

Combinada à crise econômica, verificam-se os desdobramentos do declínio relativo da liderança econômica norte-americana no mundo capitalista, fenômeno decorrente do desenvolvimento desigual, que solapa as bases da ordem internacional formalizada nos acordos de Bretton Woods e acirra os conflitos entre as grandes potências. A decadência dos EUA tem sido acompanhada de uma ofensiva mais feroz por parte do Estado norte-americano. Sinais disto são as leis Helms-Burtons e Amato, de alcance extraterritoriais, contra multinacionais instaladas em Cuba, Irã e Líbia ou comércio com estes países – que geraram uma oposição enérgica de outras potências, principalmente na Europa; crescentes retaliações comerciais contra concorrentes; divergências em torno da constituição da ALCA e ainda o processo de descertificação de países latino-americanos sob o pretexto de que não aplicam corretamente a hipócrita política antidroga americana. São iniciativas que só se explicam pela pretensão dos EUA de se transformarem no árbitro e polícia do planeta, fazendo da sua própria vontade e interesses os critérios de julgamento político e moral do universo, num movimento que contraria sua decadência econômica relativamente às outras potências capitalistas e vai criando novas contradições geopolíticas. As declarações do presidente francês, Jacques Chirac, durante sua visita ao Brasil e América Latina, são sintomáticas das contradições que emergem com o declínio relativo dos EUA e de redefinições de alianças que estão em curso. A CUT tem o dever de denunciar a crescente arrogância e agressividade do imperialismo norte-americano.

Os desequilíbrios da economia norte-americana – que no ano de glória e prosperidade de 1996 registrou o maior déficit no comércio de bens mercadorias com o exterior, superior a 180 bilhões de dólares, ao lado de um rombo nas contas correntes em torno de 170 bilhões de dólares – têm grande repercussão econômica em todo o globo, uma vez que a necessidade de financiamento externo dos débitos influencia poderosamente o fluxo internacional de capitais. É bom lembrar que durante o ano de 1994, cujo final foi agitado pela crise cambial mexicana (num dezembro de pânico), ocorreram sete elevações das taxas de





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



juros dos EUA. Novas altas dos juros norte-americanos influenciam imediatamente a capacidade de atração de capitais pelos países periféricos, assim como o custo dos empréstimos contraídos no exterior e a política de juros no interior desses países (a decisão do Banco Central de manter para maio a mesma Taxa Básica do BC – TBC—, interrompendo a política de redução gradual dos juros que vinha implementando desde setembro de 1996, foi motivada pela expectativa de elevação das taxas norte-americanas. A repercussão de tal decisão sobre a dívida interna será bem negativa). Também é importante observar, pois é mais um significativo sinal da crise do imperialismo, o avanço da extrema-direita— é um fenômeno que se observa em vários países, sobretudo na Europa e com mais ênfase na França (medidas e leis de intolerância contra imigrantes, por iniciativa do governo e das forças conservadoras; avanço eleitoral da Frente Nacional de Le Pen), mostrando que uma das alternativas com que as classes dominantes vêm acenando é este, o do obscurantismo, do neofascismo (ou algo parecido). Os trabalhadores e as personalidades democráticas da sociedade não podem observar com passividade este fenômeno, como se expressasse acontecimentos sem maior importância. Vai ficando claro que neoliberalismo não combina com democracia.—

## Conjuntura nacional

### As bases políticas e econômicas do neoliberalismo no Brasil

A coalizão política e econômica que tem sustentado o modelo neoliberal como a única alternativa de inserção à globalização é resultado da crise do modelo nacional desenvolvimentista, e do predomínio da ideologia liberalizante.

“Desde os anos 1940, partiu do Estado a coordenação política, fiscal e financeira, que viabilizou o crescimento médio do PIB brasileiro de 7% ao ano nos últimos 50 anos.” (Resolução do 5º Concut). Iniciada no final da década de 1970, a crise desse modelo de desenvolvimento desorganizou o amplo e heterogêneo pacto das elites brasileiras que sustentou o Estado Brasileiro nas últimas décadas.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



A impossibilidade de reedição desse pacto das elites e devido à ameaça concreta da candidatura democrático-popular nas eleições presidenciais de 1989 e 1994, resultou na adesão progressiva das elites ao modelo neoliberal de ajuste da economia brasileira e de inserção subalterna à globalização nas suas diversas dimensões – financeira, produtiva, comercial.

De acordo com o ideário neoliberal, os governos dos últimos anos privatizaram quase todas as empresas estatais que não dispunham de restrições constitucionais à sua venda, desmantelaram os instrumentos de regulação e promoção da atividade econômica (industrial, agrícola, tecnológica etc.), realizaram uma abertura indiscriminada das importações, e promoveram cortes drásticos nos gastos sociais.

Esse conjunto de mudanças alterou radicalmente a face política e econômica do país, que já não guarda semelhanças com o Brasil de 1983, quando fundamos nossa Central. As políticas neoliberais e o atual modelo de estabilização econômica colocam novos dilemas para nossa ação sindical e exigem da CUT: a ampliação da resistência contra os ataques aos direitos dos trabalhadores, a elaboração de propostas alternativas e a construção de uma política de alianças para resistir ao neoliberalismo.

### **A “resistência” subalterna das elites ao neoliberalismo**

A socialização dos prejuízos das grandes empresas nacionais, provocados pela abertura indiscriminada da economia e o aumento da competição, a utilização dos mecanismos do Proer para salvar os grandes bancos e grandes especuladores, mostra que a adesão aos princípios do neoliberalismo, de regulação da economia exclusivamente pelo mercado, mostra que a progressiva adesão das classes dominantes ao projeto neoliberal não é incondicional.

Mesmo o modelo das privatizações foi elaborado e implementado para permitir um rearranjo na posição dos diversos capitais (nacionais e externos), capaz de garantir espaços para o grande capital nacional, seja ele financeiro e/ou industrial.

Da mesma maneira, o projeto de regulamentação da presença do capital privado nas diversas áreas de





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

infra-estrutura é orientado a garantir uma presença, ainda que limitada, ao capital nacional. Esse segmento tem procurado colocar-se, ao menos, na condição de sócios secundários, capaz de proporcionar riscos menores à sua rentabilidade, comparativamente aos setores em que atualmente estão presentes.

Essas iniciativas demonstram a posição subalterna da burguesia nacional, adequada à acomodação parcial dos seus interesses diante da internacionalização dos setores que estão sendo privatizados e daqueles que estão sendo objeto de aquisições e fusões, lideradas pelas empresas multinacionais (eletrometalmecânico, agroindústria, têxtil e calçados, químico, autopeças, metalurgia e bens de capital).

Os segmentos da burguesia que não estão encontrando espaços para acomodar os seus interesses, são vários grupos nacionais, de médio e grande porte, da indústria de bens de capital, mecânica, metalurgia, eletrônica, autopeças, têxtil, calçados e do complexo químico. Ao empresariado nesses setores restará a opção de promover fusões com grandes grupos multinacionais ou sair desses setores e atuar naqueles que ainda restarão na condição de excluídos de cadeias produtivas globais, portanto, sujeitos a menor concorrência externa ou de multinacionais instaladas no país.

Entretanto, essas iniciativas de acomodação de interesses sequer podem ser caracterizadas como uma resistência ao ajuste neoliberal. Ao contrário, revelam, simplesmente, que a burguesia nacional tem somente colocado alguns condicionantes para se ajustar à nova ordem econômica, por meio da transferência dos prejuízos para o Estado e/ou da criação de mecanismos compensatórios para enfrentar a concorrência externa.

É ao mesmo tempo crescente a desconcentração da produção industrial brasileira. Os ramos têxtil e calçadista têm instalado suas novas plantas nos Estados do Nordeste e mesmo fechado antigas unidades no Sul para reabri-las modernizadas no Ceará, Paraíba e outros Estados da região. Frente à concorrência externa se busca as mesmas vantagens comparativas, baixos salários e reduzidos direitos trabalhistas, por isso proliferam as cooperativas de mão-de-obra na região.

A desconcentração industrial não está restrita a esses dois setores da indústria, na indústria



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



eletroeletrônica, nas autopeças e nas montadoras de automóveis, as novas plantas são no Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul, Minas, e Rio de Janeiro, apenas uma das novas fábricas da GM e da VW serão instaladas em São Paulo e fora da região do ABC.

Os estados e municípios têm disputado essas empresas em uma verdadeira guerra fiscal. Isenção de ICMS, doação de terrenos, isenção de taxas municipais, créditos tributários, e mesmo participação financeira nos investimentos são oferecidas para atrair novas empresas. Reduzindo a base de arrecadação tributária e ameaçando os gastos com políticas sociais, saúde e educação. Uma gigantesca transferência de renda para as grandes empresas em particular para as montadoras, por exemplo, para GM instalar uma fábrica em Gravataí, RS, o governo do estado ofereceu um pacote de incentivos financeiros de 200 milhões de reais.

O governo federal tem assistido passivamente essa guerra fiscal, que ameaça as finanças dos estados e municípios. Mas vale tudo para reduzir as pressões empresariais e ao mesmo tempo manter intactas as diretrizes que têm orientado o programa de estabilização em curso. Contando com a adoção de sucessivas medidas de incentivos às exportações, de apoio às micro e pequenas empresas, e na redução do chamado “Custo Brasil”, o governo tem conseguido deslocar as pressões sobre a valorização cambial e os juros elevados.

Soma-se a essas ações, a introdução de mecanismos temporários de proteção aos setores industriais mais afetados pela concorrência internacional (têxtil e calçados, automotivo, brinquedos etc.). É fundamental observar que essas medidas são paliativas para recompor a capacidade de investimentos produtivos nesses setores, mas o suficiente para reduzir, temporariamente, as fortes pressões políticas contra o Executivo.

### **O Plano Real é atualmente o principal condicionante à inserção subordinada do país na globalização**

A drástica redução das taxas de inflação – obtida por meio do Plano Real – tem proporcionado à coalizão política, responsável pela sustentação do governo de FHC, maior legitimidade à continuidade do





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



ajuste neoliberal. No entanto, suas fragilidades tornam o comportamento dos preços, da produção e dos investimentos mais dependentes da evolução econômica dos países desenvolvidos.

É preciso sublinhar, portanto, que o Plano Real não é um simples programa de estabilização de preços, mas um plano econômico que alia a estabilização a uma inserção subordinada da economia à globalização, com impactos devastadores para a capacidade de investimentos públicos e acelera a desorganização da estrutura produtiva.

A grande liquidez no mercado financeiro mundial permitiu ao Brasil ter acesso a vastos recursos financeiros, em grande parte especulativos. Nos últimos anos, não apenas o governo, as estatais e as multinacionais captaram divisas, mas também instituições financeiras brasileiras e empresas privadas nacionais. O Plano Real e os outros planos de estabilização ancorados no dólar são resultado desse contexto favorável.

Entretanto, esses recursos são muito voláteis e podem ser repatriados em virtude de mudanças bruscas na política de juros nos países desenvolvidos e/ou da formação de expectativas negativas quanto à capacidade do Estado continuar honrando seus compromissos internos e externos. A crise do México é um exemplo dos riscos que os países da América Latina estão sujeitos, devido à adoção desse modelo de estabilização.

Por sua lógica interna, pode-se dizer que o Plano Real é como um gigante com pés de barro. Tem fôlego – nas privatizações, política de abertura e num clima internacional que ainda viabiliza um fluxo positivo de capitais entre o imperialismo e o Brasil. Porém, tem igualmente seus limites. O financiamento dos crescentes déficit comercial e em conta corrente da balança de pagamentos vem sendo viabilizado, por enquanto, pelo ingresso de capital estrangeiro (visando aquisições, privatizações, bolsa e aplicações especulativas, e, principalmente, empréstimos para refinanciamento da dívida), mas não é prudente apostar que a reversão do fluxo de capitais entre o país e os credores se mantenha indefinidamente. Pelo contrário, os acontecimentos no México e na Argentina sugerem que tal processo não é perene. A valorização do real



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



em relação a outras moedas parece ter chegado a um ponto crítico (20% em relação ao dólar, segundo o Bird), insustentável a médio prazo— os resultados da balança comercial em janeiro, fevereiro e março deste ano (com déficit superior a 3 bilhões de dólares) e o rombo nas contas correntes (de quase 7 bilhões de dólares no primeiro trimestre deste ano) revelam o agravamento de tal quadro. Registre-se que no período o governo teve de queimar 1 bilhão de dólares das reservas cambiais para cobrir o buraco. Nesta altura, a correção do desequilíbrio comercial passa obrigatoriamente pelo ajuste cambial – mas o valor artificial do real em relação ao dólar e outras moedas estrangeiras é a outra face da estabilidade monetária, base do sucesso do Plano Real. É quase certo que “um dia a casa cai”, mas o fato é que o governo ainda tem fôlego; com reservas altas nada indica que o país esteja na iminência de uma crise cambial, embora o sinal amarelo já esteja aceso.

### **A contradição entre a modernização neoliberal e a questão social**

A submissão das elites à globalização reduziu drasticamente as oportunidades para que o parque produtivo fosse capaz de promover estratégias ativas de reestruturação e modernização, com geração de emprego.

O desemprego atinge mais de 3,8 milhões de trabalhadores, segundo dados oficiais que subestimam o número de desempregados. Na pesquisa Seade/Dieese, na região metropolitana de São Paulo, mais 1,26 milhão de trabalhadores estão desempregados, correspondendo a uma taxa de 14,8%. Estima-se para todo o país que o contingente de desempregados (aberto e oculto) supere 9,65 milhões, representando cerca de 13,8% da população economicamente ativa.

O aumento da produtividade nas empresas resulta, sobretudo, da exploração do trabalho (aumento da horas extras, dos ritmos de trabalho etc.) e da reestruturação produtiva, causando demissões em massa dos trabalhadores. Na indústria de transformação, entre 1989-1995, houve um aumento de produtividade da ordem de 45% e, ao mesmo tempo, foram eliminados mais de 2,06 milhões de empregos.



A jornada de trabalho no Brasil é uma das mais elevadas entre os países em desenvolvimento. Segundo dados da PNAD/93, cerca de 39% de todos os trabalhadores tinha uma jornada superior a 44 horas semanais. Além disso, mais de 21% possuía jornada de trabalho igual ou superior a 49 horas por semana. Na Grande São Paulo, segundo o Seade/DIEESE, em 1990, na indústria de transformação, cerca de 35% dos assalariados trabalhavam mais de 44 horas semanais, enquanto que, em 1995, esse número cresceu para 42,5%. Nos serviços e no comércio, esse número saltou, respectivamente, de cerca de 32% e 49% para cerca de 36% e 55%.

Um contingente de 53% da força de trabalho é composta de empregos precários, autônomos, ou seja, estão à margem do regime de assalariamento formal

– base social do sindicalismo, especialmente da CUT. A taxa de rotatividade do trabalho está em torno de 37%, o que significa que mais de um terço da força de trabalho troca de emprego anualmente. Essa enorme rotatividade restringe brutalmente os espaços para a construção de laços de solidariedade entre os trabalhadores, e dificulta o trabalho sindical no local de trabalho.

### **O crescimento da precarização na base social do sindicalismo**

A desestruturação produtiva está se manifestando tanto nos setores tradicionais quanto naqueles setores (complexos eletrometalmecânico e químico) que lideraram o crescimento industrial entre os anos cinquenta e setenta, onde se localiza a parcela importante da base social que forjou o sindicalismo cutista. Esse processo tem resultado em dificuldades crescentes de mobilização e ação sindical nesses setores.

Do mesmo modo, a longa trajetória de precarização dos serviços públicos e a privatização de empresas estatais, somadas à informatização e à recente crise do sistema financeiro atingiu também a capacidade de mobilização e resistência desses grandes segmentos sociais, igualmente responsáveis pela criação e expansão do sindicalismo cutista ao longo de toda a década anterior.

Nos anos 1990, o baixo crescimento econômico, as mudanças na organização da produção, o ataque





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



político e ideológico das classes dominantes contra os sindicatos, as inovações tecnológicas, o desemprego elevado e a precarização do trabalho são os principais mecanismos que têm deslocado os sindicatos para a defensiva.

Apesar da rotatividade e a informalidade do mercado de trabalho brasileiro, já existente nos anos 1980, a luta pela redemocratização e reposição das perdas provocadas pelo processo inflacionário, permitiu que o sindicalismo cutista se organizasse e crescesse. O corporativismo e o perfil pulverizado do sindicalismo brasileiro naquele período não impediu o avanço da CUT.

A drástica redução da inflação deslocou a agenda do movimento sindical. Durante o longo período de inflação alta, nos concentramos na defesa do salário e do poder aquisitivo, não dávamos prioridade aos outros temas da agenda. Contraditoriamente, com fim da ditadura e a redemocratização surgiram novos atores sociais e a luta sindical já não tem o caráter intrinsecamente democrático de enfrentamento com a ditadura militar. Além disso, as agendas nacional e sindical se tornaram mais abrangentes e complexas (reforma do estado, abertura econômica, reestruturação e desemprego tecnológico, terceirização, deslocamento de plantas produtivas, crise bancária, sucateamento dos serviços públicos etc.), colocando novos desafios para os sindicatos.

### **O projeto das elites para a manutenção do poder**

A estratégia atual do governo de realizar as privatizações, garantir a presença do capital privado nas áreas de infra-estrutura e avançar nas reformas administrativa e da previdência, atende ao objetivo de dar fôlego ao plano de estabilidade econômica por meio da redução do ritmo explosivo do endividamento público interno e externo, e sinalizando o compromisso de FHC com as políticas apoiadas pelo Consenso de Washington.

Essa é a aposta da coalizão política que sustenta o governo e que se move na direção de reeditá-la nas eleições majoritárias de 1998, por meio de FHC, com a aprovação da emenda da reeleição. Emenda esta



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUIE**





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

que trouxe à tona mais uma vez a crise moral e política do regime capitalista no Brasil, quando o governo valeu-se do mecanismo de compra de votos com dinheiro e cargos, utilizando como corruptos ativos seu ministro das Comunicações, Sérgio Motta, e os governadores do Amazonas, Amazonino Mendes e do Acre, o notório corrupto Sr. Cameli.

As ações da aliança governista na reforma política, administrativa, na estrutura sindical, na legislação trabalhista e em novas iniciativas de flexibilização do mercado de trabalho têm o objetivo de desarticular e neutralizar a oposição de movimentos sociais, políticos e sindicais, tal como já vem ocorrendo com a atitude de “criminalizar” o MST e todos os movimentos que lutam pela reforma agrária no país.

A feroz ofensiva do imperialismo e das classes dominantes brasileiras contra os interesses da nação e dos trabalhadores acentua a necessidade da unidade entre as forças populares, partidos e organizações de esquerda, patriotas e personalidades democráticas. A formação de um bloco de oposição no Congresso Nacional foi uma iniciativa positiva e muito significativa neste sentido.

### **Apontar a perspectiva socialista**

No Brasil e no mundo resistir à política neoliberal é o primeiro passo, indispensável, fundamental, para a defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo. Mas a resistência, por si só, não é suficiente. É preciso que os trabalhadores e as forças de esquerda, hoje constrangidas a uma situação de defensismo estratégico e ainda amargando os efeitos psicológicos da derrocada do chamado socialismo real, também apresentem alternativas. A elaboração deste projeto alternativo deve ser (na medida do possível) unitária e apontar a *perspectiva de um desenvolvimento econômico nacional soberano, com distribuição de renda e trabalho para todos*. Os fatos indicam que não há solução para a crise nos marcos do capitalismo. A fase crítica e decadente do sistema que em passado recente garantiu prosperidade econômica, estabilidade política e avanço dos direitos sociais, só apresenta a perspectiva de crescimento da miséria social, arrocho dos salários, desemprego em massa, ameaças à democracia (obscurantismo neofascista), eliminação e redução



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



de direitos. Não parece viável uma solução intermediária no contexto do sistema. Por isto, o socialismo coloca-se como a única saída progressista para a humanidade, a única alternativa à degradação social. As condições históricas (econômicas, principalmente, devido ao grau mais avançado da produtividade do trabalho, e mesmo políticas) para o novo sistema social são mais favoráveis na atualidade do que no início do século, possibilitando o advento de um socialismo mais avançado, renovado, com capacidade para superar muitos dos erros cometidos na URSS e outros países, principalmente no que diz respeito à democracia. A conclusão de que a única saída para os trabalhadores é o socialismo não significa que a resistência ao neoliberalismo deva ser abandonada. Pelo contrário, só participando ativamente nas batalhas concretas, cotidianas, em defesa dos anseios e reivindicações das massas, e elaborando uma alternativa unitária das forças populares será possível elevar o nível de consciência dos assalariados e criar as condições subjetivas necessárias para a batalha maior, visando a ruptura revolucionária do sistema capitalista e a conquista do socialismo.

Assim, pesará para o movimento sindical, no próximo período, a responsabilidade de intervir de maneira ativa na sociedade com vistas a construir permanentemente uma alternativa global ao modelo neoliberal em curso, opondo-se às políticas neoliberais, apresentando alternativas de desenvolvimento, e reorganizando as atuais formas de organização e ação sindicais. Por isso a CUT deve promover mudanças necessárias nas formas de organização sindical, fundamentais para viabilizar uma ação sindical de massas que viabilize a disputa da hegemonia política no país.

### **O setor rural nos anos 1990**

Propagandeada como a “âncora verde” do real, a agricultura brasileira na verdade tem pouco a comemorar. No que diz respeito aos resultados do modelo de desenvolvimento aplicado ao longo das últimas décadas – baseado na diversificação da pauta de exportações e no uso intensivo de insumos modernos associado a um forte aporte subsidiário – o que se pôde observar foi uma modernização parcial



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUE**





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



do setor agrícola, criando um segmento altamente tecnificado à custa da concentração fundiária e da marginalização dos setores mais descapitalizados entre os pequenos agricultores.

Com o endividamento externo e a crise de financiamento do Estado, este modelo já deu mostras de sua insustentabilidade. Enquanto na década de 1970 se aportavam 30 bilhões de dólares ao ano em crédito rural, para 1996 este valor foi de cerca de 5, 2 bilhões de dólares. De outro lado, a condução da taxa de câmbio que levou a sobrevalorização do real em relação ao dólar, associada ao longo prazo de financiamento e a baixa taxa de juros no mercado internacional, facilitaram as importações.

Sem os cofres públicos a lastrear a modernização nos mesmos volumes de outrora e com os indicadores econômicos e sociais a demonstrar o alto custo desta modernização, entramos em um período onde os rumos da agricultura são ditados por medidas de cunho cada vez mais liberalizantes, em contramão a tudo aquilo que ocorre nos países desenvolvidos em matéria de presença do Estado na agricultura.

Sob o governo FHC, ganha corpo a estratégia de inserção da agricultura no receituário neoliberal. Progressivamente se retira o setor público das funções de financiamento direto da agricultura e da condução das políticas de comercialização e abastecimento alimentar. Os estímulos são concentrados nas regiões tidas como aptas a dar respostas em termos de produtividade compatível aos padrões internacionais – o que significa apostar nos mecanismos de aprofundamento das desigualdades.

Além de demonstrar a total ausência de qualquer lampejo de estratégias articuladas de desenvolvimento baseado no crescimento econômico, no fortalecimento do mercado interno e na democratização social, estas medidas entregam os agricultores completamente à mercê da volatilidade dos mercados.

Na agricultura familiar, que abrange 4.339.053 estabelecimentos e da qual se ocupam 12 milhões de pessoas, estima-se que anualmente cerca de 200 mil famílias deixam o meio rural, agravando com isso a situação de desemprego e miséria na periferia das médias e grandes cidades. Para aqueles que conseguem permanecer no campo, a situação não é mais cômoda: apenas um em cada mil pequenos agricultores têm



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



acesso às políticas de crédito do governo.

Esta situação de crise e miséria no meio rural tem trazido à tona sérios conflitos que demonstram, por um lado, a capacidade de resistência, luta e organização dos trabalhadores rurais brasileiros mas, de outro, demonstram também a incapacidade do poder público e das elites retrógradas em dar respostas aos problemas mais emergentes do país.

Ao legítimo e necessário processo de ocupações desencadeado pelos trabalhadores sem-terra – condição necessária para a efetiva democratização fundiária, para a incorporação dos excluídos e para o incremento da capacidade produtiva – os latifundiários respondem com a mais cruel violência, recriando inclusive a velha UDR— o braço armado do latifúndio. Como prova da conivência do Estado, estudos internacionais mostram que, de 225 casos de assassinatos acompanhados, apenas 11% terminaram em processos judiciais.

Ao invés de realizar a reforma agrária e investir na agricultura familiar – pela sua capacidade de geração de empregos a menor custo, pela sua capacidade de produção com menores danos ambientais – o governo FHC pretende se apoiar justamente sobre aqueles setores que promoveram a concentração fundiária, a exclusão social e a degradação ambiental.

Grande parte das definições políticas de FHC sobre a agricultura e a questão da reforma agrária foram fruto de grande pressão, seja por parte dos agricultores familiares e sem-terra, seja por parte dos grandes produtores e latifundiários, sempre privilegiando estes últimos (como no caso da securitização das dívidas).

As tímidas iniciativas governamentais como o Pronaf— Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, implementado a partir das negociações do Grito da Terra Brasil— representam muito pouco ainda em termos de amplitude e volume de recursos para dar conta da situação dos 2,5 milhões de estabelecimentos que se encontram na categoria de transição.

Para FHC existem dois “Brasis”, um moderno, altamente tecnificado, responsável pela produção agrícola, e o resto, atrasado, com baixa produtividade e renda. Tudo se resolveria, para o governo federal,





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



estendendo a modernização do primeiro para o segundo Brasil. Por essas e outras, de celeiro do mundo (no discurso do milagre econômico) o Brasil pode passar a ser um grande importador de alimentos, a continuar a tendência neoliberal das políticas de FHC.

O movimento operário brasileiro depois de um longo período de acúmulo de força, cuja expressão se materializou na criação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores, culminando com a derrubada da ditadura militar, passa por profunda crise de identidade. O colapso dos regimes do Leste Europeu, provocado tanto pela burocratização daqueles países como pela investida ideológica do capital, teve efeito devastador nos partidos de esquerda, com conseqüências nefastas para o movimento operário e popular e nacional. A violenta propaganda ideológica, permeando permanentemente o cotidiano do trabalhador, da dona de casa, do estudante, tem praticamente encurralado a CUT e entidades sindicais a um horizonte limitado pela ordem econômica.

Agregue-se a essa situação, os fenômenos da renovação tecnológica e “estabilidade” econômica que, além de dificultar a ação sindical, tem se constituído em instrumento auxiliar da evocação a parceria entre capital/trabalho, deixando passar a idéia de que mais capital significa mais emprego, procurando criar a ilusão que isso significaria a melhoria da qualidade de vida para o trabalhador.

Essa lógica criada pelo capital não é nova. No entanto, sua predominação tem causado enorme estrago às organizações classistas dos trabalhadores, pressionando a esquerda, a classe trabalhadora, a renderem-se diante de uma necessidade criada pelo capital, que é o de prosseguir indefinidamente com o processo de acumulação, cuja conseqüência historicamente tem sido traduzida pela intensificação da exploração da força de trabalho e pela exclusão do trabalhador.

A ofensiva imperialista tem procurado encurralar o movimento operário, uma vez que a conjuntura de destruição de emprego e intensificação da exploração do trabalho, ditada pelo neoliberalismo e instrumentalizado pelo FMI e Banco Mundial, busca cada vez mais colocar o sindicalismo na defensiva.

Esta fase de globalização do capital, o neoliberalismo, caracteriza-se pela destruição dos direitos dos



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



trabalhadores, pela privatização dos Serviços Públicos; assim como também pela supressão de qualquer valor de manutenção da idéia de estado-nação.

## Balanco político

As direções da Central, em nível estadual e nacional, eleitas em 1994, enfrentam de saída um novo plano de estabilização econômica. A reação foi a campanha “Parece pesadelo, mas é real”, denunciando o crescimento dos preços, o valor insignificante do salário mínimo e o uso eleitoreiro do plano.

A avaliação incorreta do Plano Real, classificando-o como sendo apenas um plano eleitoreiro contribuiu para isolar a CUT, colocando dificuldades para apontar os rumos da resistência e definir um Plano de Lutas capaz de enfrentá-lo de forma mais abrangente. Na medida em que crescia a aceitação do Plano, aumentavam as dificuldades da campanha. O sucesso inicial da estabilização econômica resultou em apoio popular e na conseqüente eleição de FHC. O desemprego, as altas taxas de juros e a recessão, denunciados na campanha, só apareceriam mais tarde, no primeiro ano do governo FHC.

Repetindo o quadro dos planos anteriores, a CUT e os sindicatos encontraram dificuldades no início da implantação do Real, até para organizar campanhas salariais. Apesar disso, algumas categorias conseguiram se mobilizar, como é o caso dos petroleiros, realizando uma greve extremamene forte. Enquanto outros setores, como os funcionários públicos federais, só conseguiram mobilizar depois de mais de um ano, apesar da ausência de reajuste salarial no período.

O governo FHC inicia apresentando um pacote de mudanças constitucionais no capítulo da Ordem Econômica da Constituição, quebrando principalmente o monopólio do Petróleo e das Telecomunicações, tentando administrar o déficit da balança comercial e enfrentando com mão de ferro a greve dos petroleiros.

Iniciada em maio de 1995, a greve visava unificar os movimento dos servidores públicos federais, eletricitários, telefônicos e petroleiros. Os dois últimos lutavam pelo cumprimento de acordos firmados em





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



1994. No entanto, a greve ficou reduzida às mobilizações dos servidores das universidades federais e dos petroleiros. O governo utilizou todas as medidas possíveis para derrotá-la, enviando um claro recado para o conjunto do movimento sindical.

As armas utilizadas pelo governo, com forte apoio da imprensa, para derrotar a greve dos petroleiros, demonstram o autoritarismo na implantação do projeto, que tenta cooptar os sindicatos e, havendo resistência, a exemplo da CUT e dos sindicatos filiados, procura atacar o movimento sindical e questionar sua representatividade. Interessava impor uma derrota à CUT e jogar a sociedade contra os trabalhadores das estatais e dos serviços públicos.

A greve dos petroleiros foi uma das mais fortes da categoria, mas pagou um preço elevado: 84 demitidos, mais de mil punições diversas e multas aplicadas aos sindicatos. Em consequência de uma denúncia apresentada pela CUT, o governo brasileiro recebeu uma condenação do Comitê de Liberdade Sindical da OIT, que foi ratificada pelo Conselho de Administração da OIT em março de 1997.

Com o crescimento do desemprego, a CUT prioriza a luta por mais e melhores empregos, debatendo e apresentando propostas sobre reestruturação produtiva e formação profissional, além de campanhas pela redução da jornada de trabalho, de combate ao trabalho infantil e escravo, ampliação dos investimentos públicos em atividades geradoras de emprego, por reforma agrária e política agrícola, e contra a discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho. Foi o eixo das campanhas “Brasil cai na real”, aprovado na 7ª Plenária, e “Reage Brasil”, na 8ª Plenária.

Além de questionar o conteúdo e a oportunidade das reformas, a CUT decidiu apresentar Reformas Populares, como alternativa às reformas neoliberais de FHC. Esta posição permitiu polarizar o debate com o governo durante a votação da reforma da Previdência, quando apresentamos uma proposta que foi fruto de um amplo processo de discussão, envolvendo atores internos e externos à CUT. A negociação sobre esta reforma, que teve início no segundo semestre de 1994, envolveu o Executivo, os partidos de oposição e os parlamentares governistas que compunham a Comissão examinadora da proposta do governo.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



Durante todo o segundo semestre de 1995, os partidos de oposição avaliavam que aconteceria um massacre na votação da Comissão Especial. A pequena mobilização conseguida naquele período, somada às divergências no campo governista, impediu a votação no final do ano. O governo, diante da resistência da sociedade, em relação ao seu projeto, abriu negociação com as Centrais Sindicais. No entanto, a maioria dos pontos que foram objetos de negociação não foram contemplados no relatório final, obrigando a CUT a se retirar das negociações e solicitar aos deputados que rejeitassem o relatório.

Apesar da falta de unidade interna e da polêmica com parlamentares de oposição, sobre a oportunidade de participar das negociações e quanto ao mérito de alguns pontos, o resultado não foi desfavorável. Foi derrotada a tentativa de aprovar o projeto do Governo na Comissão Especial, retirando uma série de direitos dos trabalhadores, mantendo privilégios e abrindo caminho para a privatização da previdência.

A participação da CUT manteve o debate na mídia por várias semanas. A resolução enviada ao Senado não contempla as mudanças que defendíamos. Tampouco atende ao que o governo pretendia. A saída da negociação, denunciando a postura pouco ética do governo e dos partidos que lhe dão sustentação, consolidou uma imagem positiva da CUT na sociedade, como entidade que tem proposta, organiza a mobilização, negocia com seriedade e defende os interesses dos trabalhadores. Nesta questão ficou evidenciada a concepção e prática sindical da CUT: fazer propostas, debater com a sociedade, negociar com os interlocutores e mobilizar os trabalhadores na defesa dos seus interesses.

Comparando com o projeto de reforma administrativa, em que a maioria dos sindicatos recusaram-se à discutir alternativas, constatamos que faltou consenso até para se iniciar a discussão, ficando as entidades e a CUT completamente à margem do debate na sociedade, e praticamente ausentes no âmbito institucional.

Os servidores federais encontram-se, há quase dois anos, sem reajuste salarial, ameaçados de perderem a estabilidade no emprego e benefícios, além de sofrerem ataques à sua organização sindical. A capacidade de mobilização tem sido pequena. Nos estados e municípios a situação é pior, com programas de demissões, arrocho salarial e atrasos de pagamento, que tem levado a greves prolongadas pelo



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



recebimento dos salários em dia.

O agravamento do desemprego, possibilitou que a CUT, junto com as demais centrais sindicais, realizasse um dia de Greve Geral, em 21 de junho, contra o desemprego e a precarização do trabalho e em defesa da reforma agrária e direitos dos trabalhadores. A unidade com as outras centrais foi inédita, a adesão, razoável e grande, o apoio popular. Junto com as ocupações e mobilizações dos trabalhadores rurais, a Greve Geral foi o maior protesto realizado no país após o Plano Real.

Os massacres de trabalhadores rurais, com mais de 30 vítimas fatais, em Rondônia e no Pará, contribuiu para o desgaste do governo e colocou a reforma agrária na agenda política. A capacidade de organização e de luta dos trabalhadores rurais vem conquistando espaço crescente na imprensa e sensibilizando importantes setores da sociedade civil para a reforma agrária, a miséria no campo e os rumos da agricultura. As inúmeras ocupações promovidas pelos sem-terra, através do MST, Contag/CUT, são prova mais que suficiente da disposição dos setores populares em não aceitarem as nefastas conseqüências da exclusão social. Mais que isso, demonstram que é somente através do enfrentamento objetivo que as grandes questões são incorporadas na agenda política nacional.

Nos meses de abril e maio, trabalhadores rurais de todo o Brasil saem às ruas, invadem a capital federal, ocupam terras e tomam agências bancárias. É o Grito da Terra Brasil, através do qual o campo brasileiro exige democracia, justiça social, emprego, terra, crédito agrícola e dignidade para os aposentados. Em 1996 foram 100 mil trabalhadores mobilizados, resultando na criação de uma linha de crédito através do Programa Nacional de Agricultura Familiar; desapropriações para o assentamento de famílias sem terra; e reconhecimento pelo governo federal dos mais de 700 mil trabalhadores rurais em condições de aposentadoria.

A experiência do Grito da Terra Brasil combina mobilização de massa com negociações e apresentação de propostas, democracia social com desenvolvimento econômico, atendimento a questões locais das comunidades rurais com os grandes desafios das políticas maiores para a agricultura.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



Todas as categorias profissionais que realizaram campanhas neste período encontram grandes dificuldades diante da política de reajuste “zero” do governo e patrões, além da tentativa de retirar direitos dos acordos. Poucos têm conseguido a reposição integral da inflação, mesmo com greves. As pequenas conquistas obtidas têm sido na Participação nos Lucros e Resultados.

Não existe uma preparação antecipada das campanhas. Reagimos de acordo com a conjuntura imediata, sem uma reflexão maior para o longo prazo. Muitas vezes, aprovamos campanhas absolutamente corretas e encontramos dificuldades para acompanhar a sua execução, devido à debilidade de organização na estrutura (horizontal e vertical) da CUT. Em outras ocasiões parece haver um descompasso entre uma campanha proposta pela Executiva Nacional e as necessidades dos sindicatos filiados.

As campanhas de educação e saúde são dois exemplos. Elaboradas para o conjunto da CUT, não foram incorporadas pela maioria dos sindicatos de outras categorias. Diante deste quadro, é preciso aperfeiçoar os métodos de consulta aos sindicatos de base e aprimorar nossa capacidade de avaliação.

As negociações salariais continuam no nível dos sindicatos, com exceção de químicos, metalúrgicos, bancários e urbanitários, em que nossa organização vertical tem conquistado um papel na representação e negociação dos respectivos ramos. Durante as negociações, poucos são os sindicatos que procuram a CUT Nacional e/ou as Estaduais para participarem do processo de negociação.

Chama a atenção no período (1994/1997), as negociações de Participação nos Lucros e Resultados em várias categorias, bem como o acordo de flexibilização de jornada de trabalho, sem redução de salários no setor automobilístico. O desemprego, as propostas de flexibilização de direitos e os ataques à organização sindical, combinados com um cenário de estabilidade monetária (taxa anual de inflação inferior a 10%) colocam novos desafios para o processo de negociação e mobilização sindical. A constituição do núcleo de negociação coletiva em 1996, no âmbito da CUT Nacional, foi um primeiro ensaio organizado para enfrentar esse novo cenário.

A CUT tem representantes em vários Conselhos Públicos, onde tem procurado disputar espaço na



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



defesa de nossas propostas de políticas públicas. Cabe destacar alguns que tiveram maior repercussão na conjuntura vigente: o Conselho da Saúde, o Conselho de Defesa do FAT e o Conselho Curador do FGTS. O primeiro pela acumulação de políticas que teve seu ponto alto na 10ª Conferência Nacional da Saúde, o segundo pela sua intervenção nas políticas de emprego e formação profissional, o último, em função da defesa da habitação popular e da luta contra a utilização do FGTS como moeda de privatização. Recentemente pudemos nomear um representante para o Conselho de Administração do BNDES que movimentou recursos do FAT.

Essa participação, no entanto, tem enfrentado problemas. O governo tem procurado modificar os regimentos de funcionamento dos conselhos para inibir as iniciativas e poderes decisórios dos integrantes não-governamentais. Além disso, encontramos dificuldades para socializar as discussões para o conjunto da Central, no sentido da definição de propostas e de mobilização em torno delas, bem como de articular a participação em conselhos, como o da Saúde, que existem nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), e nos conselhos municipais de emprego, uma conquista da nossa atuação no FAT.

A Frente Social pela Cidadania, atendendo aos eixos estratégicos definidos no 5º Concut, busca construir uma política de alianças com outros setores da sociedade, de

caráter mais permanente, no enfrentamento à política neoliberal. Com avanços e recuos, têm se tornado constante algumas iniciativas conjuntas. Além da Frente, as demais políticas desenvolvidas pela CUT, têm permitido o diálogo e ações pontuais com outros setores. É o caso das reformas, onde conseguimos elaborar uma proposta discutida com empresários sobre política tributária.

Da mesma forma, a nossa participação na Conferência Social da ONU se deu articulada com várias Organizações Não-Governamentais (as ONGs). A defesa da Cláusula Social, para eliminação de trabalho escravo e infantil, as iniciativas dos 300 anos de Zumbi e o tema racial ampliaram o nosso relacionamento com outros setores sociais, acumulando vitórias importantes. Como a readmissão, em agosto de 1996, pela Eletrosul, de Vicente Rodrigues do Espírito Santo, vítima do crime de racismo; além da instalação, no



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



Ministério do Trabalho, do DTDEO – Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação, de negros(as) e mulheres, com a participação da CUT.

No Mercosul, reivindicamos a democratização do processo, articulando com a Comissão Parlamentar Mercosul e participando do Fórum Consultivo Econômico e Social junto com empresários e organizações de consumidores, de caráter supranacional. É um processo que amadurece e que precisa ser fortalecido.

## **Balanco organizativo da CUT e suas instâncias**

### **Esgotamento do modelo corporativo (estrutura oficial)**

A organização sindical corporativa, existente hoje, no Brasil, não consegue mais responder satisfatoriamente às mudanças que estão acontecendo no mundo do trabalho e na sociedade. Esta estrutura sindical dificulta a organização da luta pelos direitos do trabalhador como cidadão, a solidariedade intercategoria e a participação de forma competente dos sindicatos e da CUT na disputa pela hegemonia na sociedade.

Embora a CUT tenha intensificado a luta pela liberdade e autonomia sindical e promovido importantes iniciativas, quanto à efetivação da fusão de sindicatos, ainda não conseguimos romper com o corporativismo imposto pela CLT. Não conseguimos avançar na democratização da estrutura sindical oficial, representada pela unicidade, taxas compulsórias e o poder normativo da Justiça do Trabalho etc.

Os sindicatos estão acomodados a esta estrutura oficial, que tem contribuído para a sua pulverização. Predomina uma excessiva burocratização e ausência de instâncias democráticas para que a base possa controlar as ações sindicais.

Além disso, as rápidas mudanças que estão acontecendo no mundo do trabalho também estão acelerando a pulverização dos sindicatos. Se esta situação já está desencadeando a fragmentação da



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUIE**





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

organização sindical, as políticas neoliberais diminuem a representatividade dos sindicatos, pois tem provocado aumento da economia informal, a criação de cooperativas de mão-de-obra e a terceirização na produção privada e na esfera pública.

Esta diminuição poderá ser sentida, de forma mais acentuada, se houver a implantação dos sindicatos por fábrica, proposta que está sendo defendida por setores empresariais e governamentais.

Além disso, a nossa base está diminuindo em quase todas as categorias, devido à reestruturação das empresas, o que está levando a uma diminuição no número dos associados dos sindicatos, estrangulando-os, ainda mais, economicamente. É comum a existência de pequenos sindicatos que gastam quase toda a arrecadação para sustentar a máquina sindical, sobrando poucos recursos para a organização de campanhas.

A CUT, desde a sua fundação, debate a construção de um novo modelo de estrutura sindical. No entanto, quaisquer iniciativas que alterem o modelo existente, depende

também de alterações na legislação. Não é segredo para ninguém que essa estrutura oficial impede a livre organização sindical. Não dá para se falar em sociedade democrática se os trabalhadores não puderem escolher livre e autonomamente a sua melhor forma de organização, de acordo com seus interesses de classe, com sua ideologia, concepção e prática sindical. Não haverá liberdade plena, enquanto o Estado continuar definindo regras de funcionamento para os sindicatos e interferindo em sua organização.

Mesmo nas questões que dependem exclusivamente da Central e seus sindicatos filiados, não conseguimos avançar significativamente. As políticas que têm sido aprovadas pela Central, visando o fortalecimento das CUTs Estaduais, a construção dos ramos, a implementação efetiva da OLT e a luta pelo fim do imposto sindical tem se mostrado insuficientes para responder os desafios do final do século.

Estrutura Horizontal, Vertical, Sindicato Orgânico, Organização por Local de Trabalho e Imposto Sindical

A CUT, às vezes, parece agir como uma intersindical ou como uma federação de sindicatos, devido à falta de organicidade nas relações entre os sindicatos com as CUTs Estaduais e, destas, com a Nacional.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



Ainda não conseguimos atuar como um único corpo para implantar as políticas aprovadas. Por divergências, descompromissos ou, até mesmo, por ausência de infra-estrutura adequada, por parte de várias CUTs Estaduais.

Apesar dos problemas, muitas CUTs Estaduais estão funcionando satisfatoriamente, mesmo reconhecendo que suas ações concentram-se, na maioria dos casos, nas capitais. É necessário reconhecer que essas CUTs têm conseguido organizar ativamente as campanhas aprovadas, participar das comissões estaduais de emprego, nos conselhos de saúde, da criança e do adolescente e da previdência, transformando-se num referencial de luta para os trabalhadores. Mas, há dificuldades de representação e ausência de mobilização por parte de algumas CUTs Estaduais.

Todas estas questões, sem dúvida, estarão presentes na discussão sobre o novo modelo de organização sindical que pretendemos construir e qual será o papel que as CUTs Estaduais terão neste novo modelo.

Sobre a Estrutura Vertical, o 5º Concut incorporou a proposta de divisão de ramos de atividade, aprovada na 5ª Plenária Nacional, concretizando decisão da Central, quanto à necessidade da superação de sindicatos por categorias, condição fundamental para se construir sindicatos fortes, de abrangência estadual e nacional.

O estímulo à fusão de sindicatos passou a ser uma das tarefas prioritárias da Central. Apesar de algumas experiências bem sucedidas, uma parte considerável dos dirigentes sindicais ainda não se sensibilizou para a necessidade da construção de sindicatos amplos e representativos, condições fundamentais para se evitar uma fragmentação ainda maior.

Quanto à criação de confederações nacionais da CUT, tem havido crescimento nos últimos anos, concorrendo diretamente com as organizações da estrutura oficial e disputando com as outras centrais, o projeto cutista.

No serviço público, permanecem situações altamente complexas, em que se avançou muito pouco, nos



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



últimos anos. As decisões para este setor precisam levar em consideração as suas especificidades debatidas em seminários, encontros e congressos, que apontem para a consolidação e articulação das diversas formas de organização do setor.

O último período tem sido palco também de uma demonstração vigorosa do fortalecimento das organizações dos trabalhadores rurais. Para a CUT, isso pode ser sentido através da crescente ampliação de sua base sindical no meio rural. Hoje são cerca de 800 sindicatos de trabalhadores rurais filiados à CUT, 12 Federações estaduais além de outras 8 que contam com a participação de cutistas mesmo não estando ainda filiadas.

Para o fortalecimento da nossa estrutura vertical e para a organização dos trabalhadores rurais o fato mais marcante e significativo dos últimos tempos foi a filiação da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) à CUT. Reunindo 3.300 sindicatos e com uma trajetória de mais de 30 anos, a Contag traz consigo o legado de maior organização de trabalhadores rurais da América Latina e de um dos principais símbolos de resistência e luta pela democratização sob o período da ditadura militar. Com a filiação da Contag, o conjunto de trabalhadores rurais brasileiros se reúnem em uma mesma organização – a CUT. São 1.537.942 trabalhadores filiados a sindicatos da CUT, que cobrem uma base sindical de 6.570.113 pessoas.

Esta representatividade, aliada à unidade orgânica entre os trabalhadores da cidade e do campo, dará melhores condições para a organização da luta pela reforma agrária, pela implantação de políticas agrícolas, valorização da economia familiar e a defesa de uma aposentadoria digna para os trabalhadores rurais.

Foi também com o objetivo de fortalecer a estrutura vertical e estreitar a relação com as outras instâncias da CUT, procurando unir os trabalhadores do campo e da cidade, que foi implantado neste último período, o Núcleo de Negociação Coletiva, com o objetivo de articular as campanhas salariais e as lutas nacionais buscando estabelecer os contratos coletivos em nível nacional, por categoria.

Por decisão da 7ª Plenária, iniciamos também a discussão para avançar na implantação da estrutura da



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



CUT, apontando para a transformação de todos os sindicatos e federações “filiados” à CUT em sindicatos e federações “orgânicos” à CUT. A partir de então, os sindicatos foram estimulados a iniciar processos de fusão de categorias e ampliação de base territorial, incorporando os princípios de organização sindical da CUT.

A necessidade de uma melhor Organização por Local de Trabalho tem sido uma das questões que mais sensibiliza os sindicatos cutistas. A existência de um sindicalismo de luta, de massa, democrático e de base, princípios fundamentais da CUT, só é possível com uma eficiente organização da base.

A experiência tem demonstrado que as categorias que conseguem resistir melhor, e avançar mais nas conquistas de direitos, são justamente aquelas que conseguiram construir uma forte organização sindical em todos os locais de trabalho. Se, em algumas categorias, esta organização já é uma realidade, em outras não passa de uma bela intenção, mas que, infelizmente, ainda não saiu do papel.

Esta necessidade é mais urgente ainda, não só devido à concepção sindical cutista. Os desafios colocados pela reestruturação produtiva exigem, cada vez mais, melhor organização sindical dentro da fábrica. Desta maneira, teremos melhores condições para qualificar nossos representantes sindicais e, assim, não só defender os salários dos trabalhadores, mas também participar da defesa de outros direitos profissionais ameaçados por essa reestruturação. Estas ações só terão êxito com lideranças qualificadas e representativas do conjunto dos trabalhadores.

Quanto à contribuição financeira dos associados aos sindicatos, a CUT, desde a sua fundação, defende que ela deve ser espontânea. Por isso, vem promovendo campanhas pelo fim do chamado “imposto sindical” e defendendo a auto-sustentação financeira dos sindicatos.

A liberdade e autonomia sindical, com os trabalhadores podendo optar livremente pelo sindicato do seu interesse, passa necessariamente pelo fim dessa imposição compulsória. O trabalhador deve ter o direito de decidir a quem contribuir, a melhor forma e os valores.

Parte considerável dos sindicatos filiados à CUT do setor público já não possuem imposto sindical e



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

sobrevivem com a contribuição espontânea dos seus associados. Outros, da iniciativa privada, estão devolvendo aos trabalhadores o imposto recolhido. Alguns sindicatos estão promovendo ações judiciais pelo fim do imposto sindical como uma forma de luta para apressar a sua extinção.

O balanço organizativo demonstra que ainda estamos, apesar dos avanços, distantes de uma organização sindical representativa, em todas as regiões do país, capaz de enfrentar de forma eficiente as mudanças que estão ocorrendo. Consideramos que o 6º Concut deve aprovar resoluções organizativas, da estrutura horizontal à organização por local de trabalho, rumo à construção de um novo modelo de sindicato que fortaleça, ainda mais, a CUT. Em relação às eleições sindicais, a intolerância tem sido marca registrada. Da intolerância passa-se à violência como expressão maior de desrespeito aos princípios cutistas. O 6º Concut tem que apontar diretrizes para um comportamento que respeite a democracia dos trabalhadores.

### Estratégia

É universalmente reconhecido o papel dos sindicatos e do movimento social no estabelecimento dos princípios de solidariedade e garantias sociais, como repouso remunerado, férias, jornada máxima de oito horas por dia, seguro-desemprego, aposentadoria e diversos outros direitos que constituíram avanços na cidadania. Tudo isso graças à luta histórica dos trabalhadores contra a exploração, que evoluiu no sentido de disputas maiores, nos planos social e institucional.

Desde cedo ficou claro para os trabalhadores a necessidade de participar da disputa política na sociedade. A Central Única dos Trabalhadores foi fundada a partir dessa compreensão ampla, que busca eficiência na defesa dos interesses específicos da classe trabalhadora e participa, junto com os setores explorados e a maioria da população, da construção do projeto de uma nova sociedade, justa, fraterna e igualitária: uma sociedade democrática e socialista.

Os princípios básicos de organização da CUT consagram, portanto, a consciência de classe, o



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



comprometimento com a transformação social, a independência frente ao estado, governo e patrões, e a autonomia frente aos partidos políticos e convicções religiosas. Partindo dos interesses de classe e dos conflitos sociais, propõe organizar os trabalhadores para a luta e disputar hegemonia na sociedade, para chegar a transformações capazes de garantir, de fato, melhores condições de vida e trabalho para todos.

Fundada em agosto de 1983, na resistência contra a ditadura militar e na luta contra o arrocho salarial, a CUT, em 14 anos, atravessou as mais diversas conjunturas, acumulando uma experiência que vai do enfrentamento de sucessivos planos de estabilização econômica, preparando greves gerais, lutando contra as demissões em massa, defendendo a preservação do poder de compra dos salários, e passando pelos enfrentamento das ocupações de terra e radicalização da luta nas fábricas. Paralelamente, a Central foi conquistando espaços de negociação mais amplos, representando os trabalhadores junto aos diversos poderes constituídos, inclusive em conselhos oficiais, colegiados tripartites e fóruns internacionais.

### **Resistência propositiva e disputa de hegemonia**

Diferentemente da luta contra a ditadura, que contrapunha, de um lado, o autoritarismo subserviente aos interesses estrangeiros dos militares e seus aliados civis, e do outro, os setores democráticos da sociedade brasileira – hoje, a luta contra o neoliberalismo não possui contornos tão nítidos assim.

Antes, a palavra de ordem era apenas a resistência, e a luta sindical era antes de tudo uma luta democrática. Agora, é preciso prosseguir na resistência, mas apresentando claramente as nossas propostas de classe, e contrapondo-as às propostas das elites brasileiras. Na atual conjuntura, a pura e simples negação das reformas propostas pelas elites, equivale a uma posição conservadora, de manter o *status quo*, herdado dos militares e apenas parcialmente modificado pela Constituição de 1988.

No Brasil de 1997, as classes dominantes procuram reformar por dentro o modelo econômico, mudando para radicalizar a exploração capitalista. Vivemos no plano econômico, um tempo de abertura indiscriminada da economia, de descentralização da produção industrial, de retorno do investimento estrangeiro, e de



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

reestruturação das empresas – com a introdução de novas tecnologias e processos de organização da produção. No plano político, a palavra de ordem é a volta aos princípios básicos do capitalismo, flexibilizando e precarizando o trabalho, desregulando a economia, privatizando as empresas estatais, e reduzindo os direitos conquistados pelas classes trabalhadoras.

As classes dominantes colocam-se como arautos da modernidade para promover uma volta ao passado, particularmente tentando retirar as conquistas sociais do pós-guerra. É mais uma modernização conservadora e limitada impulsionada pelas elites brasileiras.

Contra essa onda reacionária, é preciso resistir, repudiando o modelo anterior e apontando para um modelo diferente, comprometido com a democracia, liberdade, solidariedade, justiça social e com os interesses e necessidades da maioria da população. Isso exige dos trabalhadores e dos setores democráticos da sociedade a elaboração e apresentação de alternativas, como um conjunto de propostas, tratando de Política Industrial, Política Agrária e Agrícola, além de políticas voltadas para a cidadania, priorizando emprego, educação e formação profissional.

Tais propostas exigem uma elaboração coletiva, articulada e amplamente discutida junto às bases. O movimento sindical é importantíssimo no processo, mas não pode elaborar sozinho para depois convocar os demais setores, esperando uma pronta adesão. Internamente, no âmbito do próprio movimento sindical, não podemos esperar uma mobilização ampla sem um grau adequado de informação, formação e participação das bases no processo de elaboração. Mas não basta apresentar propostas. É preciso unificar os trabalhadores, estabelecendo objetivos e prioridades capazes de mobilizar as categorias. É necessário estabelecer uma sólida aliança do chamado campo democrático popular, ampliando o espaço de atuação da Central e disputando hegemonia na sociedade.

### **Mobilização, cidadania e negociação**

Para não sermos atropelados como meros observadores das mudanças atuais, acumulando perdas e



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



assumindo o papel de protestar contra as injustiças e buscar remédios para males ocorridos, é preciso aperfeiçoar a organização sindical, articular os setores democráticos e populares, investindo ao mesmo tempo na ampliação dos espaços democráticos de participação popular.

Na relação com o governo, é fundamental exigir abertura, transparência e participação popular. Nas relações de trabalho, a cidadania exige a implantação de pressupostos consolidados internacionalmente, em documentos da ONU, como a declaração dos Direitos Humanos e diversas resoluções saídas das conferências sociais desta década, além das convenções basilares da OIT, como as de nº 87, 98 e 151, entre outras. Essa é a base da luta por relações democráticas de trabalho, desenvolvida pela central nos últimos 14 anos, exigindo a implantação da organização dos trabalhadores no local de trabalho e um contrato coletivo nacionalmente articulado.

É com essas preocupações que combinamos, desde a fundação da Central, a mobilização dos trabalhadores com a ocupação de espaços institucionais (Codefat, o Conselho Curador do FGTS, o Conselho de Seguridade Social e o Conselho Nacional do Trabalho), de negociação ampla com o governo e o patronato, disputando, em contraposição às organizações e propostas patronais, influência junto à sociedade. Inicialmente, lutando pela definição do princípio da representatividade como requisito básico de representação, ao lado da abertura para negociação na definição de todas as políticas que sejam do interesse da classe trabalhadora.

O princípio democrático da participação popular, aliado à representatividade real, deve estar vinculado à mobilização e ao reconhecimento efetivo dos conflitos. A CUT, surgida da luta contra a ditadura e a exploração, atua a partir das decisões democráticas de sua base, representando seus interesses, explicitando os conflitos, mobilizando com a radicalização necessária e procurando conciliar os interesses dos trabalhadores com os da maioria da população.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

## Autonomia, independência e aliança com o movimento popular

O movimento sindical tem uma tradição de luta e um acúmulo organizativo, que o destaca dentro do movimento social, estabelecendo algumas diferenciações com os chamados movimentos populares. Nesse sentido, a CUT é uma das organizações mais dinâmicas e de maior peso dentre as organizações sociais existentes no país, a maioria das quais construídas ao longo dos últimos vinte anos.

No Brasil, entretanto, é ainda débil a articulação entre o movimento social e o movimento popular, bem como a própria organicidade (vida própria) das entidades. As dificuldades são inúmeras, desde a tradição de clientelismo político, que leva à promiscuidade com o poder, a utilização “como correia de transmissão” de organizações políticas, passando pela dispersão organizativa e pela divisão das organizações populares. Por isso, avançar na organização da classe trabalhadora, superando os limites impostos pelo sindicalismo oficial e por relações de trabalho apoiadas no corporativismo fascista, construindo uma estrutura orgânica da Central, apoiada em uma forte estrutura de local de trabalho, que represente o conjunto dos trabalhadores, é absolutamente essencial.

A conjuntura atual aponta para a necessidade de uma maior articulação das organizações populares da chamada sociedade civil, cabendo à CUT um papel de destaque. Isto exige da Central o estabelecimento de prioridades no campo da relação com as organizações da sociedade civil, como CNBB, CPT, MST, ABI, OAB, UNE, organizações não-governamentais e partidos políticos comprometidos com os interesses populares e organizações de base do movimento popular. Esse é o sentido da proposta de chamar uma Conferência pelo emprego, pela terra e pela cidadania, e da articulação de uma Frente Popular pela Cidadania.

Um combate efetivo ao neoliberalismo e à deterioração social exige mobilização e articulação permanente com os movimentos sociais, atraindo os setores técnicos e acadêmicos envolvidos com essas questões e comprometidos com os interesses da população. É preciso ampliar o trabalho junto à juventude e estreitar os laços com o movimento popular, contribuindo para consolidar organizações próprias e



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



envolvendo os sindicatos nas lutas dos bairros, das periferias das grandes cidades e do campo.

Esse imenso leque de problemas sociais coloca na ordem do dia a escolha de prioridades de ação, capazes de envolver a maioria da população no combate aos males da política econômica atual. A luta contra o desemprego deve envolver os trabalhadores, que vivem sob constante ameaça de desemprego, os jovens impedidos de ter acesso ao primeiro emprego, além dos ambulantes e trabalhadores na chamada economia informal, que têm seus direitos sociais e previdenciários sistematicamente negados. Do mesmo modo, a luta por saúde pública, saneamento básico, educação pública e gratuita, e por direito à moradia tem potencial suficiente para envolver trabalhadores, movimento estudantil, e movimento popular e conquistar o apoio da opinião pública.

### **Propostas da CUT para política industrial, geração de empregos e renda**

A elevação da produtividade industrial deve resultar em benefício social e não em demissão em massa de trabalhadores e crescente precarização e informalização do mercado de trabalho. Para tanto, são essenciais a ampliação dos investimentos em educação, pesquisa científica, tecnologia e formação profissional, e a reconstrução, modernização e expansão da infra-estrutura econômica e social em transportes, energia, telecomunicações, habitação, saúde e saneamento.

Essas políticas devem estar subordinadas aos objetivos de geração de empregos, distribuição de renda e fortalecimento da estrutura produtiva e a preservação do meio ambiente. Isso requer a adoção de políticas setoriais e uma ação do Estado no sentido de orientar e facilitar os investimentos nos setores produtores de bens de consumo de massa e intensivos em mão-de-obra, além de investimentos diretos para garantir a prestação de serviços públicos a toda a população.

A definição de setores prioritários na agenda das políticas setoriais produz efeitos positivos na absorção dos desempregados e excluídos do mercado de trabalho. Entretanto, não são suficientes para garantir a elevação contínua e consistente de renda e nem de liderar a expansão do conjunto da economia.



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUE**





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



Isso vai exigir a incorporação de outros setores entre as prioridades das políticas produtivas, em particular do complexo metalmeccânico, do químico e dos setores de fronteira tecnológica, como informática, telecomunicações, biotecnologia, química fina, novos materiais etc., além da adoção de seletividade nas políticas produtivas através da identificação prévia das necessidades mais prementes dos distintos setores, sempre associadas à participação deles no emprego industrial (direto e indireto) e no conjunto do emprego na economia.

A abertura externa, para cumprir um papel positivo para o país e contribuir para a modernização e reestruturação com justiça social, deve ser realizada de forma gradual, seletiva e vir acompanhada por políticas de desenvolvimento (industrial, agrícola, tecnológica e de capacitação profissional) que sejam capazes de modernizar os setores, antes de concluir-se pela sua franca exposição à concorrência internacional.

A política de abertura deve orientar-se pela escolha do perfil produtivo desejável e possível para o futuro, contando com o envolvimento de toda a sociedade. O governo não pode, através de uma abertura indiscriminada, decidir pelo sucateamento ou fragilização de importantes setores produtivos com fortes impactos no aumento da exclusão social.

Essas diretrizes de políticas de desenvolvimento, orientadas a gerar empregos e renda, exigem ações sindicais concretas nas seguintes direções:

Pressionar o governo, junto a todos os setores democráticos e populares, a reorientar a política econômica direcionando-a à promoção do crescimento econômico com equidade social, ambiental e regional. O recente desemprego no país deve-se, em grande medida, às medíocres taxas de crescimento dos últimos anos. Para incorporar, anualmente, todos aqueles que ingressam no mercado de trabalho e reduzir as taxas atuais de desemprego seria necessário que o país voltasse a crescer cerca de 7% ao ano.

Lutar por uma ampla reforma agrária com metas anuais de assentamento fixadas e negociadas com os atores sociais mais representativos, aliada a uma política agrícola orientada especificamente para a



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



produção familiar, capaz de fixar as famílias no campo e aumentar a produção de alimentos como parte de uma política de combate à fome e à miséria no campo e na cidade.

Lutar pela implementação de uma nova política industrial, que signifique também uma reestruturação ecológica do sociedade industrial, associada à revisão da política de comércio exterior capaz de estimular os investimentos em setores geradores de emprego e renda (direto e indireto) e orientada por uma visão de cadeia produtiva.

5 de 44 horas – prevista na Constituição – para 40 horas para todos os trabalhadores, sem redução de salário e sem flexibilização. A drástica redução da jornada de trabalho para todos pode manter o nível atual de emprego no país ou mesmo gerar empregos se for ampliada a limitação existente às horas extras.

Promover uma ampla reformulação e valorização do sistema público de emprego existente, orientando-o a conciliar e articular o programa de seguro-desemprego à intermediação de mão-de-obra e à educação e reciclagem profissional.

Criar um Fundo Nacional de Geração de Emprego e Educação Profissional, constituído a partir da totalidade dos recursos do FAT, do “Sistema S”, dos recursos atualmente destinados aos fundos de promoção regionais (Sudam, Sudene, Finor etc.) e de uma taxa adicional média aplicada sobre as importações dos produtos de consumo e intermediários (exceto para bens de capital). Essa taxa deve ter um valor máximo e variar de acordo com a participação dos produtos importados na produção nacional.

Esse fundo será gerido de modo tripartite e será responsável pela aplicação das políticas públicas orientadas à reciclagem profissional, à intermediação de mão-de-obra, ao seguro-desemprego e pela política de geração de empregos. Os recursos do programa permanente de geração de empregos devem ser destinados para setores de atividade econômica que são capazes de gerar mais empregos e de qualidade e para as regiões ou localidades onde o fenômeno do subemprego e do desemprego sejam mais elevados do que as médias nacionais.

Instituir um Programa de Renda Mínima Nacional com o objetivo de retirar do mercado de trabalho



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUIE**



todas as crianças e adolescentes (no mínimo até 14 anos) e ao mesmo tempo garantir, integralmente, a sua presença nas escolas.

Um amplo programa com essas características seria capaz de promover alterações importantes em três dimensões fundamentais da situação social no país: contribuiria para erradicar o analfabetismo das futuras gerações de trabalhadores, ampliaria as oportunidades de emprego para os adultos e poderia manter a renda daquelas famílias com crianças e adolescentes que abandonariam os seus empregos para se dedicarem à escola.

Os recursos para esse programa devem ser fixados em lei e oriundos de determinado percentual fixo do Orçamento Geral da União e das Transferências aos Estados e Municípios. Esse programa deve se constituir na área prioritária das políticas direcionadas à Assistência Social. Os municípios serão responsáveis pela execução desse programa e a sua gestão e fiscalização envolverá entidades de classe, associações de pais, escolas e governo.

O volume dos recursos das três fontes de financiamento desse programa deve ser definido tendo como meta fundamental a erradicação desse tipo de trabalho (de crianças e de adolescentes até 14 anos) até o ano 2000.

### **Propostas para um desenvolvimento rural sustentável**

A filiação da Contag à CUT, a crescente ampliação da base sindical e a especificidade desta sua base (que reúne um amplo contingente de agricultores familiares ao lado de assalariados rurais, aposentados e sem-terra) dão à Central Única dos Trabalhadores todas as condições de desenvolver iniciativas locais e globais voltadas para a superação das desigualdades sociais e pelo estabelecimento de uma estratégia de desenvolvimento econômico e social no meio rural brasileiro.

Para a CUT, a inversão da lógica concentradora e excludente reinante no setor rural brasileiro tem que ser superada através de um novo projeto de desenvolvimento sustentável para a agricultura, estruturado em





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



dois eixos estratégicos: a realização de uma ampla e massiva reforma agrária e na expansão e fortalecimento da agricultura familiar.

As crescentes ocupações promovidas pelo MST e pela Contag/CUT e sindicatos filiados, fizeram a reforma agrária voltar à centralidade do debate político nacional. É papel da CUT aprofundar o debate sobre o significado da reforma agrária como alternativa para a incorporação dos excluídos, para o incremento da capacidade produtiva da agricultura brasileira e para quebrar os vínculos de dominação tradicional e de sustentação de um setor dos mais retrógrados da política brasileira.

Além de democratizar a estrutura fundiária brasileira, é preciso promover o desenvolvimento no meio rural sobre outras bases. Em todos os países desenvolvidos a opção pela agricultura familiar foi a alternativa encontrada para a garantia do abastecimento alimentar, para a criação de um mercado de consumo interno forte e para a geração de divisas necessárias ao fortalecimento da economia.

Promover o desenvolvimento da agricultura familiar significa apostar numa opção de incremento da produtividade agrícola descentralizada, respeitando a cultura do modo de vida dos agricultores. Significa ainda a possibilidade de geração de empregos a custo inferior a outros setores da economia, a contenção do êxodo rural e a promoção de uma prática agrícola potencialmente menos nociva ao meio ambiente que aquela gerada pela agricultura em larga escala.

A realização de uma efetiva reforma agrária, a disputa dos recursos públicos para a agricultura, a ampliação do montante investido, a reorientação das demais políticas públicas (pesquisas tecnológicas, infra-estrutura) com prioridade para a agricultura familiar, uma política fundiária que permita a permanência do jovem no campo e a ampliação da área dos minifúndios são alternativas globais voltadas para a construção destas novas estratégias de desenvolvimento para o meio rural brasileiro que devem estar sempre presentes no discurso e prática sindical da CUT.

Ao longo dos últimos anos o movimento sindical tem avançado na formulação e na construção de experiências em torno de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável capaz de equacionar



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



as variáveis ambiental, social e econômica.

É papel da CUT discutir e propor, ao Estado e à sociedade civil, diretrizes de orientação do desenvolvimento rural sustentável capazes de incrementar a agricultura familiar e gerar oportunidades de obtenção de renda, sempre tendo como objetivo a Segurança Alimentar e como balisadores: a democracia e justiça social, a sustentabilidade dos recursos naturais e a inserção estratégica do setor agro-alimentar no conjunto da economia.

As políticas da CUT destinadas ao setor rural devem se pautar pelos seguintes elementos:

### **Política agrícola**

Uma das grandes conquistas do sindicalismo rural no último período foi a implantação do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Sua formatação atual inclui a criação de Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Desenvolvimento, onde se prevê a participação dos agricultores na gestão das seguintes linhas que constam do Programa: elaboração e negociação de políticas para a agricultura familiar, infra-estrutura e serviços para os municípios, capacitação e formação profissional, e financiamento rural.

O principal aspecto a se ressaltar na instituição do Pronaf reside no fato de tratar-se de um programa específico para a agricultura familiar, baseado em critérios historicamente defendidos pelo movimento sindical.

Porém, os limites a serem superados não são poucos. O montante de recursos é extremamente insuficiente para cobrir a demanda da agricultura familiar brasileira. Os poucos recursos, hoje disponíveis, são destinados aos setores da agricultura familiar mais estruturados. Por fim, mesmo estes agricultores situados nas categorias “consolidados” e “em transição”, têm tido grandes dificuldades em ter acesso ao crédito, sobretudo em função das exigências colocadas, das altas taxas de juros e da burocracia do sistema financeiro na liberação dos recursos.



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUIE**





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

As propostas de política agrícola a serem defendidas pela CUT devem se orientar por:

- aprofundamento da implantação do Pronaf, com ampliação do montante de recursos e de municípios atingidos e a instituição de mecanismos específicos para os segmentos mais marginalizados hoje não atingidos pelo programa;
- democratização do sistema de crédito rural e apoio a estruturas de crédito descentralizadas e sob o controle dos agentes – como as cooperativas de crédito;
- incremento das políticas de capacitação profissional dos agricultores familiares;
- reorientação dos serviços de pesquisa e extensão no sentido de aproximá-los de um novo modelo e das necessidades da agricultura familiar;
- instituição de mecanismos de garantia da renda agrícola como a política de preços mínimos;
- políticas de comercialização e abastecimento;
- revisão da política de importações.

### Política agrária

Apesar do intenso processo de mobilização e apoio social em torno deste tema, a ação governamental ainda está muito longe de efetivar a reforma agrária.

Mesmo as metas do já tímido programa de assentamentos do governo FHC – que previa o assentamento de 60 mil famílias em 1996 e prevê o assentamento de 80 mil famílias em 1997 – não vêm sendo cumpridas. Segundo dados do INCRA, foram assentadas em 1996 44 mil famílias, sendo que dentro deste contingente, 16 mil foram assentadas em projetos antigos, em terras já desapropriadas há muito tempo.

Por outro lado, os recursos do Procera (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) são insuficientes para assentar 80 mil famílias em 1997, segundo as metas do próprio governo.

As poucas iniciativas que vêm sendo tomadas são insuficientes para agilizar as ações de



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



desapropriação e consolidação dos assentamentos. A proposta do novo ITR não traz grandes inovações na tributação sobre os segmentos das grandes propriedades, onde mais se concentram as terras improdutivas que poderiam ser destinadas aos projetos de assentamentos.

A Justiça condena, num processo viciado e manipulado pelos latifundiários, o líder do MST, José Rainha, a 26 anos de prisão, sendo parte de uma tentativa de contraposição aos legítimos movimentos e suas lideranças.

Frente à opinião pública, FHC acena com “concessões” aos trabalhadores sem-terra, mas negocia com a Bancada Ruralista no Congresso a verdadeira política de apoio aos grandes proprietários e grandes grupos econômicos. Seu discurso tem sido pautado pelo autoritarismo e pela violência contra as organizações dos trabalhadores rurais.

Assim, as ações da CUT para a política agrária devem se pautar pelos seguintes aspectos:

- realização de uma ampla e massiva reforma agrária;
- ampliação dos recursos do Proterra e agilização dos processos de concessão dos financiamentos;
- exigência de ampliação das metas de assentamento;
- agilização dos processos de desapropriação obstruídos;
- incremento das políticas de assistência técnica e gerencial aos assentamentos;
- estabelecer uma aliança permanente com o MST, Movimento dos Atingidos por Barragens, Conselho dos Seringueiros, Movimento dos Pescadores, Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, Organizações dos Povos Indígenas, CPT e demais organizações aliadas;
- desenvolver uma campanha contra a impunidade dos assassinos e mandantes de assassinatos de trabalhadores rurais e aliados;
- desenvolver e participar da campanha nacional em defesa de José Rainha do MST.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



## Políticas para os assalariados rurais

Os assalariados rurais se constituem a parcela mais empobrecida da agricultura, e em decorrência de toda a população brasileira. Em que pese o processo de reestruturação produtiva ter eliminado milhares de postos de trabalho, esta categoria tende a permanecer relativamente estável em 5 milhões de trabalhadores(as), sendo a maior base dos assalariados rurais do mundo.

Seus direitos são eliminados ou não respeitados, as condições de trabalho são péssimas, a violência, o trabalho escravo e infantil têm sido uma constante. Denúncias são feitas e nada se faz.

Assim, as ações da CUT para os assalariados rurais devem estar pautadas pelas seguintes questões:

- denúncia das falsas cooperativas (Coopergatos) que visam substituir e fraudar os direitos dos trabalhadores;
- luta pela manutenção e ampliação de seus direitos, inclusive de aumento real dos salários e registro em Carteira;
- pela implementação do contrato coletivo de trabalho;
- por políticas sociais, especialmente educação e saúde;
- luta pela reforma agrária, visando o assentamento daqueles interessados;
- desenvolver uma campanha de denúncia a violência e ao trabalho escravo e infantil.

## Políticas sociais no campo

No Brasil, existe um profundo fosso entre o mundo urbano e o mundo rural. A infra-estrutura é precária, o sistema de saúde e educação se encontra em pior situação que nas cidades.

É papel das várias instâncias do sindicalismo rural reivindicar:

- plano de investimentos em infra-estrutura básica no meio rural (saneamento, estradas, energia e telefonia rural);
- políticas de saúde e educação compatíveis com as especificidade geográficas, econômicas e culturais



das populações rurais.

Ainda no campo das políticas sociais, é papel do sindicalismo rural dedicar especial atenção a situação dos velhos do campo. Segundo dados da Contag, existem hoje 1 milhão de aposentadorias potenciais entre aquelas que estão represadas em Brasília e processos que ainda não foram iniciados, o que significaria benefícios da ordem de mais de 1,4 bilhão de reais ao ano.

O grande contingente de aposentados no meio rural exige do movimento sindical uma postura mais agressiva na defesa de seus direitos econômicos e de outras políticas para a terceira idade.

### **Ações no âmbito sindical**

Existem iniciativas para o fortalecimento dos agricultores familiares que dependem diretamente do movimento sindical, este deve ser um campo prioritário para a construção de alternativas de desenvolvimento. Situam-se neste âmbito da ação sindical:

- organização da produção e da comercialização e gestão dos assentamentos: Os campos prioritários para o fortalecimento da capacidade organizativa dos trabalhadores são o fortalecimento das iniciativas de cooperativismo e associativismo entre os agricultores familiares, e a gestão dos assentamentos de reforma agrária.
- planos de desenvolvimento local: Participar ativamente na elaboração de Projetos Desenvolvimento Sustentável Local e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento (ou de Saúde, ou de Agricultura), estabelecer parcerias com o poder público ou a sociedade civil no sentido de organizar as especificidades regionais buscando a melhoria do nível de vida e a recuperação do poder aquisitivo das populações rurais e urbanas devem ser uma preocupação constante de nossos sindicatos e uma nova forma de construir alternativas locais.

## Política de Segurança Alimentar

As propostas da CUT para inserção da Segurança Alimentar como parte estratégica de um Programa Nacional de Desenvolvimento devem se pautar pelos seguintes aspectos:

No campo da auto-suficiência alimentar:

- incrementar a capacidade de produção de alimentos voltados para o mercado interno, onde se incluem ações como a democratização fundiária e políticas agrícolas destinadas aos agricultores familiares;
- fortalecimento das políticas reguladoras observando-se: a) as necessidades alimentares da população, b) a sustentabilidade dos recursos naturais.

No campo do acesso físico e econômico a produção de alimentos:

- barateamento dos gêneros alimentares, onde também se inserem a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar;
- recuperação do poder aquisitivo do conjunto da população;
- criação e fortalecimento de políticas e mecanismos de regulação e abastecimento (estoques reguladores, preços mínimos, rede de abastecimento).

## Propostas para uma política de cidadania

O aprofundamento da crise econômica do país nos anos 1980 fez com que chegássemos à década de 1990 com extrema carência de bem-estar social.

Podemos destacar como fatores responsáveis dessa crise a baixa produção interna, a diminuição da base de arrecadação combinada com o aumento de impostos para os segmentos mais pobres, a política de redução do papel do Estado na economia e os conseqüentes cortes nos gastos sociais.

O resultado desse quadro é o processo de ampliação da exclusão social, tornando ainda mais precárias as condições de vida de uma grande parcela da população, agravando problemas como a violência, o desemprego, a fome, a criminalidade e a degradação do meio ambiente.



A cada ano 1,5 milhão de jovens chegam ao mercado de trabalho, onde são obrigados a vender sua força de trabalho por qualquer valor e em qualquer condição, como forma de garantir sua subsistência.

Segundo levantamento do próprio Ministério do Trabalho, no período de janeiro de 1990 a junho de 1996 foram fechados 2,06 milhões de postos de trabalho, enquanto que, no mesmo período, mais de 9 milhões de pessoas se tornaram aptas ao trabalho.

A perda da capacidade de investimento do Estado em serviços essenciais como saúde e educação compromete cada vez mais a dimensão pública desses serviços, fortalecendo a ideologia privatista. Essa perspectiva muda radicalmente o conceito de cidadania. Ao invés de sujeito de direitos, é atribuída a condição de cidadão àqueles que se constituem enquanto consumidores e podem adquirir direitos apenas enquanto mercadorias.

É importante ressaltar que a responsabilidade do Estado em relação à sociedade deve ser compreendida enquanto um duplo papel: realizar ações com o objetivo de reduzir ao máximo os efeitos econômicos e sociais negativos decorrentes de conjunturas recessivas, e planejar e regular os fatores produtivos. Com a sua minimização, o Estado perde a capacidade de assumir suas responsabilidades em relação à sociedade.

Sendo assim, as políticas sociais podem ser definidas enquanto um conjunto de ações planejadas e implementadas pelo Estado, combinadas com mecanismos de controle social, objetivando o desenvolvimento e bem-estar individual e coletivo da população. Enquadram-se aí a educação, a seguridade social (saúde, previdência e assistência), a promoção de igualdades de oportunidades, saneamento, meio ambiente, lazer, cultura etc.

Nesse sentido, é impossível falarmos de democracia se esses direitos sociais e fundamentais não estiverem garantidos a todos os segmentos sociais. Não podemos construir uma sociedade cidadã sem que haja um desenvolvimento econômico sustentável, subordinado aos interesses sociais.

Quanto ao papel do Estado em relação às políticas sociais, é importante notar que a realidade hoje





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



existente impõe a sua redefinição. Acostumamos a enxergar o Estado como o único agente responsável pela definição e execução dessas políticas. Na perspectiva de um embate mais ideológico, Estado e mercado sempre surgiram como únicas alternativas de viabilização do bem-estar social. No entanto, a dinâmica atual tem-nos mostrado que outros atores sociais podem e devem contribuir nas definições, implementações, controle e eficácia das políticas públicas.

Essa preocupação já estava presente na estratégia da CUT definida no 4º Congresso e vai ser ainda mais aprofundada no 5º Congresso, onde a CUT define como uma de suas prioridades o estabelecimento de uma aliança estratégica com outros setores do movimento social, como forma de se construir um modelo alternativo de sociedade, baseado na democracia e justiça social.

Hoje, passados dois anos do 5º Concut, a situação social do país é ainda mais grave, apontando para a necessidade de se ampliar ainda mais os investimento na área social. A imprensa tem divulgado dados que mostram uma drástica redução desses investimentos no governo FHC.

O programa “Comunidade Solidária”, criado pelo governo enquanto mecanismo de combate à miséria, tem se mostrado ineficiente, populista, excludente e com forte apelo assistencialista. Além disso, a participação da sociedade civil prevista nesse programa exige dela contrapartidas no financiamento das iniciativas conjuntas. Ou seja, o mesmo governo que diz ser preciso privatizar as empresas públicas para que o Estado possa se dedicar apenas ao social, busca transferir parte dessa responsabilidade para setores privados.

A CUT considera como prioritária a construção de um projeto alternativo de âmbito global, que dê conta de garantir todos os direitos dos trabalhadores: emprego, salário digno, educação básica e profissional, seguridade social, habitação etc. Por isso, consideramos insuficientes a implementação de políticas que tenham como objetivo apenas minimizar os efeitos negativos do neoliberalismo.

A CUT deverá intensificar e priorizar sua luta por políticas sociais públicas, como Habitação, Saúde, Previdência e Assistência Social, o Seguro Acidente de Trabalho, entre outras políticas, e nós, trabalhadores,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



e a sociedade civil, deveremos ter um controle de gestão e participação cada vez maior. Além desta luta prioritária, vários sindicatos buscam complementarmente prestar serviços aos sócios, como cooperativas de habitação, assistência de serviços de seguros civis (de vida, carro, incêndio), além de outras prestações.

É fundamental que o 6º Concut aponte como objetivo aglutinar, no campo cutista, e em associação com o movimento popular e da sociedade civil, experiências que visem formar Cooperativas Habitacionais, Cooperativas de Seguros Civis e Cooperativas de fundos de pensão complementares. Tais recursos e investimentos deverão ser dirigidos para fortalecer experiências cooperativadas e de autogestão que impulsionem prioritariamente a geração de emprego e distribuição de renda. Por outro lado devemos combater veementemente as “chamadas cooperativas de trabalho”, que visam o corte de direitos dos trabalhadores.

Apesar do avanço da atuação da CUT no campo das políticas sociais, ainda enfrentamos muitas dificuldades no desenvolvimento desse trabalho, pelo fato de o movimento sindical se apresentar historicamente mais voltado para as questões relacionadas ao emprego e salário.

É preciso igualar em importância a luta em defesa do salário e emprego e a luta em defesa dos direitos sociais. O trabalhador empregado com carteira assinada (a maioria nem isso tem) não significa necessariamente que ele se constitui em cidadão.

Para garantir os direitos dos trabalhadores em sua plenitude, a ação da CUT deve continuar sendo a de aglutinar todos os setores da sociedade, comprometidos com as transformações necessárias e urgentes. A parceria com outros movimentos e com as ONG's tem resultado numa melhor qualificação da nossa atuação. Realizar uma Conferência da Juventude e uma Conferência sobre o tema “Terra, Emprego e Cidadania”, com estes setores, demonstra a correção da política da CUT.

### **Ação sindical frente à reestruturação produtiva e à reforma do Estado**

O denominador comum da reestruturação produtiva é a atitude predatória e conservadora dos



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



empresários, que encaram o trabalho como custo e não como um valor fundamental no processo produtivo. Isso fica patente na gestão autoritária das relações de trabalho, no recurso da rotatividade e jornadas extraordinárias de trabalho, no descaso com a educação e formação profissional, condições e segurança no trabalho e no recorrente questionamento do direito à livre organização sindical dos trabalhadores.

O corte nas despesas salariais das empresas é uma das principais formas de ajuste estrutural frente à necessidade de menores custos. As inovações tecnológicas, ao pouparem mão-de-obra, também cumprem o mesmo papel, e muito raramente a sua introdução vem acompanhada de discussão com os sindicatos.

Essa visão conservadora do papel do trabalho no processo produtivo no Brasil trouxe como resultado uma maior flexibilização do mercado de trabalho nos anos 1990, chegando-se a registrar uma taxa de rotatividade da mão-de-obra de 37% em 1995.

Assim, a reestruturação industrial em curso no Brasil tem agravado a concentração de renda, a precarização e a informalização do mercado de trabalho, já presentes nos anos 1980.

A reestruturação produtiva criou, nos anos 1990, uma situação nova e mais complexa para a realidade do mercado de trabalho. Segundo dados da PNAD/89-95, foram eliminados mais de 2,0 milhões de empregos na indústria – cerca de 20% do total da força de trabalho nesse setor. No mesmo período, somente na categoria dos bancários, foram eliminados mais de 400 mil empregos. O mais dramático é que a despeito do crescimento do PIB, entre 1993 e 1996, não houve aumento nos níveis de emprego na indústria e no sistema financeiro.

A própria duração do desemprego tem aumentado em virtude dos novos requisitos de seleção para novas contratações por parte das empresas, devidos às maiores exigências de escolaridade e de adaptação ao trabalho junto aos novos processos produtivos, aumentando, cada vez mais, a parcela daqueles que exercem vários tipos de bico e regimes especiais de contrato de trabalho.

Esse conjunto de questões tem colocado para os sindicatos a exigência de articular um universo cada vez mais amplo de interesses dos trabalhadores numa estratégia comum de ação, tendo como objetivo a



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



consolidação dos valores básicos de solidariedade. Esse quadro dá a dimensão dos nossos desafios.

A CUT, desde o seu 2º Congresso Nacional, vem gradativamente incorporando a agenda da reestruturação produtiva e dos novos modelos de organização do trabalho às suas prioridades e decisões congressuais.

A Central não se opõe à inovação tecnológica, organizacional ou, em linhas gerais, à modernização industrial. As inovações podem ter um importante papel na valorização do trabalho e na redução das desigualdades sociais, de renda, regionais e culturais.

De toda forma, é preciso que se reconheça que a crescente incapacidade do setor produtivo em gerar empregos e incorporar parcela desse enorme contingente de excluídos do setor formal não se deve somente à crescente difusão das inovações tecnológicas e ao reduzido crescimento econômico.

Está associado, também, ao fato de que uma parcela significativa desse setor produtivo não tem sido capaz de se reestruturar e modernizar. Em virtude do aumento da concorrência interna e externa, muitas empresas estão reduzindo constantemente os seus níveis de produção e de emprego ou mesmo desativando totalmente a produção. Dessa forma, a atitude sindical, frente à reestruturação produtiva e à modernização tecnológica, deve ultrapassar os preceitos da aceitação passiva ou da recusa a qualquer iniciativa das empresas em promover mudanças.

As experiências internacionais, nacionais e históricas têm revelado que a opção pela recusa à inovação não tem resultado em conquistas para os trabalhadores e muito menos em fortalecimento e maior representatividade dos sindicatos. Ao contrário, essa opção acaba facilitando a estratégia empresarial de estabelecer vínculos individuais ou mesmo coletivos diretamente com os trabalhadores em torno de consensos mínimos no local de trabalho com a conseqüente exclusão dos sindicatos.

A simples afirmação de que tais negociações são sempre uma forma de cooptação dos trabalhadores para o projeto da empresa não dá conta da complexidade desse processo e pode criar um distanciamento entre os trabalhadores e a orientação dos sindicatos.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Quanto à reforma do Estado, que está sendo implementada pelo governo brasileiro, também tem produzido graves conseqüências para o mundo do trabalho e para a sociedade. Ao adotar a tese do Estado mínimo, nas esferas federal, estadual e municipal, os governos se preocupam em reduzir a atuação do Estado, especialmente no que se refere à prestação de serviços demandados pela maioria da população, privatizando-os ou terceirizando. No entanto, o Estado é benevolente na relação com os setores dominantes, como no caso do socorro aos bancos privados, na redução de impostos e facilidade em financiamentos.

Além disso, os governos procuram retirar, via reforma administrativa, os direitos conquistados pelos servidores públicos: concurso público, estabilidade, isonomia salarial etc. Efetua cortes no orçamento das áreas sociais, transforma órgãos públicos em organizações sociais e estabelece planos de demissão voluntária dos servidores.

Estas estratégias têm como conseqüência a precarização das relações trabalhistas, o endividamento do Estado e o desmonte dos serviços públicos.

A reforma administrativa, como sinônimo de moralização da máquina pública, tem como objetivo central a dispensa em massa dos servidores. O método que o governo tem se utilizado para aprovar as suas propostas de reforma administrativa no Congresso Nacional tem sido rotina: ora oferecendo aumentos salariais para parlamentares ou através de cargos para cabos eleitorais na esfera pública.

O enfrentamento do desmonte do serviço público exige que os trabalhadores do setor estabeleçam canais de comunicação com a sociedade, visando disseminar a idéia do serviço público como direito do cidadão e dever do Estado. Mobilizar a sociedade contra projetos, como a reforma administrativa e da previdência, é a única garantia na manutenção de um Estado provedor de serviços de qualidade e voltado para a maioria da população.

É necessário também debater com todas as entidades formas de aperfeiçoamento na organização sindical de servidores públicos, o papel do Estado e ações concretas que apontem para uma unidade entre servidores e sociedade, na defesa dos serviços públicos universal e de qualidade.





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



Para educação, o Programa nacional de FHC, autodenominado “Programa de Valorização do Ensino Básico” é um instrumento de ataque ao ensino público e gratuito.

É na verdade a implantação da política de descentralização orientada pelo FMI e Banco Mundial, que visa a municipalização do ensino, abrindo caminho para privatização da escola pública, na medida que a grande maioria das prefeituras não possui recursos para mantê-las.

Este programa também está articulado numa tentativa de ofensiva e ataque às organizações dos trabalhadores em educação e de suas conquistas. Neste sentido, a CUT é contrária à municipalização do ensino e desenvolverá uma campanha em defesa da escola pública, gratuita e de qualidade.

### Plano de ação

O governo FHC é responsável pelo agravamento da crise social brasileira. Os constantes ataques a direitos sociais conquistados historicamente pelos trabalhadores e pelos setores organizados da sociedade combinado com o processo de desmantelamento do Estado trazem como resultado a ampliação da exclusão social. Ficam ainda mais precárias as condições de vida de uma grande parcela da população, agravando problemas como a violência, o desemprego, a fome, a criminalidade e a degradação do meio ambiente.

Diante desse quadro, é de fundamental importância o nosso empenho na unificação das lutas sociais que ocorrem no país. Já demos um grande passo nesse sentido durante o ano de 1997. No início de abril, realizamos em Brasília a Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania, evento esse aprovado pela 8ª Plenária Nacional da CUT e construída com outros setores do movimento social. No dia 17 de abril estivemos novamente em Brasília junto aos trabalhadores sem-terra na maior manifestação pública contra as reformas neoliberais de FHC. O dia 25 de julho, “Dia Nacional de Luta em Defesa da Terra, Salário, Emprego, Previdência e Cidadania” para todos, também foi organizado em conjunto com vários setores do movimento social.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



O governo FHC, por outro lado, segue empenhado na aplicação do seu projeto causando desemprego, arrocho, eliminando direitos dos trabalhadores e destruindo os serviços públicos com suas reformas neoliberais. Não hesita sequer em utilizar os mecanismos de repressão mais violentos para tentar desarticular as lutas dos trabalhadores.

A CUT, assumindo sua responsabilidade como organização maior da classe trabalhadora brasileira, conclama:

À unificação de todos os processos de luta em curso para acumular forças e mais condições para derrotar as políticas neoliberais de FHC. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de avançar na construção de uma Greve Geral que paralise o país, como forma de aumentar a pressão sobre o governo, em defesa dos direitos dos trabalhadores.

No sentido de viabilizar essa estratégia de luta aponta para as seguintes atividades e calendário:

- a) articular a luta contra a aprovação das Reformas Administrativa e da Previdência em curso no Congresso Nacional, levantando essas bandeiras nas manifestações já previstas e organizando atividades específicas em Brasília e nos estados a respeito desses temas;
- b) impulsionar a campanha contra o desemprego trabalhando como centro a redução da jornada de trabalho sem a redução de salários, denunciando as tentativas do governo e seus aliados de retirar os direitos trabalhistas, como a proposta de contrato temporário que tramita no Congresso, realizando uma conferência temática específica sobre o emprego e desemprego;
- c) organizar manifestações e atividades conjuntas nos estados, unificando todos os setores em luta;
- d) chamar aos sindicatos urbanos para apoiar as lutas pela reforma agrária;
- e) implementar as resoluções da Conferência da Cidadania, e, em especial, o Encontro Nacional Democrático Popular ainda este ano;
- f) resgatar a memória de Ernesto Che Guevara, como referência para reforçar a luta;
- g) defender democratização dos meios de comunicação estimulando as rádios comunitárias;



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



- h) organizar manifestações pelo direito à moradia;
- i) criar uma política para desempregados/excluídos, defendendo a anistia para as suas dívidas públicas (água, luz etc.).
- j) participar da construção da Marcha Global e do Tribunal Permanente contra o trabalho infantil.

### **Calendário:**

2º semestre:

Centrar a luta contra a aprovação das reformas Administrativa e da Previdência, além da unificação das campanhas salariais.

*20 de agosto* – Caravanas em Brasília contra a Reforma Administrativa e da Previdência;

*29 de agosto* – Ato pela Dignidade e pela Vida, em Volta Redonda-RJ, com a CUT, todo o movimento popular, sociedade civil e partidos de esquerda.

*7 de setembro* – Grito dos Excluídos.

*16 de setembro* – Dia Nacional de Luta em defesa da Justiça, Terra, Emprego, Previdência e Cidadania, com caravanas ao local do julgamento de José Rainha.

*Final de setembro*

– Reunião da Direção Nacional, para discutir a continuidade do calendário de lutas, como a organização da Marcha Nacional contra o Desemprego e a possibilidade de construção da Greve Geral.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



## Moções

### Em denúncia ao tratado multilateral sobre investimentos na OCDE

Os delegados do 8º Cecut denunciam as negociações em curso, no âmbito da OCDE, de um “Tratado Multilateral sobre Investimentos” – MAI, em inglês – uma ameaça contra os direitos sociais, trabalhistas e a própria soberania nacional. O MAI se propõe a constituir “uma economia global única”, em que os investidores estariam acima de qualquer controle, dando às multinacionais o papel de substituir os Estados.

Todas as normas, convenções coletivas e leis que forem consideradas como “entraves” para o investimento das multinacionais poderiam, de acordo com as negociações em curso, ser denunciadas numa corte internacional de Justiça.

O governo brasileiro, que formalmente não faz parte da OCDE (apenas em regime de observador), está perfeitamente informado do conteúdo do mesmo. Duas reuniões foram realizadas entre representantes da OCDE e autoridades. Uma em Brasília e outra no Rio de Janeiro, sem sequer dar qualquer informação pública sobre o assunto.

A CUT-SP se associa à denúncia desse Tratado e faz um alerta ao conjunto do movimento sindical sobre as ameaças que ele contém, reafirmando defesa dos direitos e conquistas sociais dos trabalhadores no Brasil e no mundo todo.

### Moção de solidariedade à Greve Geral da UPS

O 6º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores manifesta sua solidariedade aos companheiros da UPS (United Parcel Service) em greve desde o dia 04 de agosto.

Tal manifestação expressa não somente o sentimento de solidariedade internacional que emana da classe trabalhadora, como também do nosso entendimento que a luta dos companheiros pela extinção do





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



trabalho por tempo parcial, manutenção de direitos trabalhistas e previdenciários é parte de uma mesma luta contra a política neoliberal do imperialismo que neste caso se expressa na precarização do trabalho.

Entendemos também que o caminho da mobilização e do enfrentamento direto apontado pelos companheiros é a forma mais eficaz de derrotar a política neoliberal.

Viva a Greve dos Trabalhadores da UPS dos Estados Unidos.

### **Moção de repúdio à diretoria do Banestes**

Os delegados e delegadas presentes no 6º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT, realizado na cidade de São Paulo-SP, em 1997, *repudiam* veemente a decisão do Banco do Estado do Espírito Santo S/A – Banestes S/A, de extinguir o Conselho de Representação e Participação dos Empregados do Sistema Financeiro Banestes— Cresb e exigem que o Governador do Espírito Santo, Vitor Buaiz, determine que a Diretora do Banestes reveja a decisão e reconheça o Conselho e a eleição que os companheiros e companheiras do Banestes vão realizar no próximo mês de outubro/1997. A CUT apoia e reconhece a organização dos trabalhadores do Banestes e apóia a realização das eleições do Cresb.

### **Moção de apoio em defesa das rádios comunitárias**

Assim como a terra é hoje mais do que nunca um fator de vida, de dignidade e justiça social, e em função dessas questões os trabalhadores lutam ardorosamente, inclusive com a própria vida pela sua distribuição, os meios de comunicação não podem ser privilégios de uma minoria.

Neste sentido, o 6º Concut aprova o apoio à luta incessante no sentido de garantir a implantação das rádios comunitárias, bem como se solidariza com as rádios comunitárias apreendidas, como uma forma de garantir o acesso da população aos meios de comunicação. Da mesma forma, condena a atitude servil do Ministro Sergio Mota, que tem atendido prontamente os desejos das emissoras de rádios e colaborado na campanha difamatória que os veículos de comunicação têm feito contra as rádios comunitárias.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



### **Moção de repúdio contra a política implantada no sistema de saúde da Bahia**

Nós, trabalhadores e trabalhadoras da rede pública de Saúde do Estado da Bahia, pedimos a este Congresso, o voto de repúdio contra o Governo do Estado, Sr. Paulo Souto, afilhado de ACM, que, no rolo compressor, aprovou na Assembléia Legislativa, o projeto de privatização da saúde (criação das organizações sociais) e da Bahia-farma, consideramos que, estes atos ferem todos os princípios do SUS e da Constituição Federal.

Abaixo o governo comandado por ACM!

### **Moção de repúdio**

Nós, participantes do 6º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (Concut), na condição de representantes das entidades abaixo subscritas, repudiamos, durante a realização deste Congresso, a inclusão do artigo 6º na reedição da Medida Provisória de número 1.539-34, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, autorizando a abertura do Comércio aos domingos.

Consideramos que o artigo fere direitos elementares do cidadão trabalhador, penalizando a classe comerciária, hoje já bastante castigada pela política de arrocho salarial do Plano Real, pela rotatividade da sua mão-de-obra e por uma carga horária extenuante de 60 horas semanais. Transformando-se o domingo em dia comum de trabalho e transferindo-se a folga obrigatória para outros dias, os comerciários, além de perderem o convívio familiar em dia de descanso sacramentado e as oportunidades de lazer coletivo, perdem também as compensações dos critérios negociados para funcionamento do Comércio aos domingos e outros dias de feriados, tais como pagamento em dobro das horas extras, transporte, alimentação, dentre outras. A maioria da categoria é constituída de mulheres (60%), que sofrem com a dupla jornada, a de casa e a do local de serviço, e são as maiores vítimas da falta de carteira assinada e da falta de uma política de assistência à família mediante a concessão de creches.



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUE**



A medida não gera oferta de mais empregos. Os trabalhadores do Comércio farão portanto mais horas extras aos domingos, sem a devida remuneração, o que afasta a possibilidade de abertura de mais postos de serviço. A MP de FHC, que incluiu o artigo 6º de tema muito diferenciado dos demais tratados na matéria, dispondo sobre a participação do trabalhador nos lucros ou resultados da empresa, tem o intuito claro de beneficiar as grandes redes comerciais, em detrimento inclusive dos pequenos comerciantes, sem condições de competir em preços e operacionalidade.

Pelos motivos expostos, exigimos que o artigo 6º da Medida Provisória seja retirado.

O governo Fernando Henrique mais uma vez contraria interesses dos trabalhadores e se coloca ao lado dos interesses dos grandes grupos econômicos.

Pelo direito ao descanso, à família, ao lazer, à vida. Contra o trabalho aos domingos. Pela geração de emprego e renda, 40 horas semanais!

**Moção de repúdio ao governo FHC pela privatização da Petrobras e contra as demissões provocadas pela implementação do *self-service* nos postos de gasolina**

Os delegados presentes a este 6º Concut repudiam de forma veemente a privatização e a entrega da Petrobras patrocinadas pelo governo FHC às companhias petrolíferas multinacionais e a iniciativa privada, uma vez que a mesma tem um papel econômico e político estratégico na luta pela defesa da soberania nacional, controle e auto-sustentação da produção de petróleo e seus derivados.

Por outro lado, repudiamos concomitantemente a drástica redução no número de trabalhadores que vem sendo implementada pelas companhias distribuidoras de petróleo e derivados, como a Shell e a Esso, que decidiram implementar o sistema *self-service* de atendimento e PDV, provocando de imediato, na primeira, a redução de 400 empregos.



### **Moção de repúdio à impunidade da morte do índio Galdino**

Nós, delegados do 6º Concut, repudiamos a conduta da Juíza do Distrito Federal que numa atitude injustificável perante a sociedade brasileira, inocentando os jovens que atearam fogo no cidadão “Índio Galdino”, quando desqualificou o crime cometido por esses jovens de crime hediondo, possibilitando assim o seu julgamento na justiça comum com penalidades de dois anos de prisão por serem “réus primários”.

Tendo claro que essa conduta de benevolência não se daria se tais jovens fossem filhos de uma classe que exclui os trabalhadores, os menos favorecidos, os desassistidos desse governo como era o cidadão Galdino.

Esses jovens são frutos de uma política de exclusão patrocinada pelo projeto neoliberal de FHC.

A citada juíza perdera a oportunidade de mostrar para a sociedade que tais crimes, que infelizmente acontecem com muito mais frequência do que é de conhecimento público, devem ser realmente punidos.

### **Moção de apoio ao movimento da luta antimanicomial**

Os trabalhadores reunidos no 6º Congresso Nacional da CUT, realizado no período de 13 a 17/8/1997 em São Paulo, aprovaram moção de apoio ao movimento da luta antimanicomial, através do projeto de reforma psiquiátrica que está tramitando no Congresso Nacional.

A aprovação do Projeto de Reforma Psiquiátrica permitirá aos usuários dos serviços de saúde mental, o resgate da cidadania e o tratamento digno.

### **Contra a justiça da Paraíba que há 14 anos não julgou o assassinato de Margarida Maria Alves**

Nós, delegados do estado da Paraíba a este 6º Concut, vimos propor a todos os trabalhadores e trabalhadoras presentes neste Congresso, que aprovemos uma Moção de Repúdio à Justiça Paraibana que, além de manchada com a prática de nepotismo por alguns juízes, deixa impune os assassinos da companheira Margarida Maria Alves, assassinada brutalmente há 14 anos; no entanto, a justiça permite que



os assassinos, que ocupam as colunas sociais dos maiores jornais de circulação no estado, continuam impunes.

Queremos punição imediata aos mandantes e assassinos de Margarida!

### **Moção de solidariedade aos sindicalistas e parlamentares combativos**

No dia 23 de julho, centenas de sindicalistas da CUT, junto com policiais militares que estavam em greve, realizaram o que ficou conhecido como “ação de cidadania”, ocupando o plenário da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Pois o governo do Estado, Antonio Brito (PMDB) forçava a votação de projeto de lei que autorizava a privatização total da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT), e o pacote da Educação.

Essa votação acabou acontecendo em sessão fechada (secreta). A partir desse fato o governo do Estado impulsionou uma campanha condenatória dos sindicalistas e trabalhadores e de difamação dos parlamentares de oposição que apoiaram esse justo movimento.

Agora, acionaram o Ministério Público que abriu processo contra sete lideranças do movimento – buscando enquadrá-los na “Lei de Segurança Nacional”.

Por isso o 6º Concut se solidariza com esses companheiros e repudia o ataque político orquestrado contra os que corretamente defendem o patrimônio público e as conquistas dos trabalhadores.

### **Contra a privatização do seguro acidente de trabalho e a revisão das normas técnicas do INSS**

Nós, delegados e delegadas do 6º Concut, nos posicionamos contra a privatização do seguro acidente de trabalho e a revisão das normas técnicas do INSS que tratam sobre acidentes e doenças do trabalho, medida esta articulada diretamente com o processo de reformas da Previdência levada a cabo pelo governo neoliberal de FHC.

Repudiamos a política deste governo, que institucionaliza e cria mecanismos legais para sustentar o





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

processo de reestruturação produtiva, que em nome da qualidade e do lucro aumenta brutalmente o ritmo de trabalho e precariza as condições de trabalho que vêm vitimando centenas de milhões de trabalhadores.

O governo ao não criminalizar e punir as empresas – verdadeiras responsáveis pelos acidentes, doenças e mortes no trabalho – e ao não pôr em prática as políticas públicas de saúde, joga nas mãos da iniciativa privada bilhões de dólares do seguro acidente de trabalho. Sucateia e acaba com os serviços públicos ferindo desse modo o princípio de universalidade ao direito à saúde. No entendimento desse governo neoliberal, apenas uma minoria terá acesso à saúde. Por meio do projeto elaborado pelo MPAS, que revisa as normas técnicas referentes às doenças ocupacionais, ataca frontalmente os direitos dos trabalhadores conquistados com muita luta. Baseados em preconceitos referentes às questões de raça e gênero, a norma exclui parcela significativa de trabalhadoras e trabalhadores que hoje são vítimas da LER, leucopenia e de outras tantas doenças provocadas pelo processo desumano de trabalho, além de ter uma ofensiva clara no sentido de privatizar o SAT e repassá-lo às seguradoras privadas.

Neste sentido, a CUT se posiciona contra a privatização do SAT e a revisão de normas técnicas do INSS com a metodologia imposta pelo governo de FHC. Propomos ainda, que o Plano de Lutas de nossa Central, contra as reformas de FHC, defenda o SAT público, estatal e sob controle dos trabalhadores e de maneira nenhuma participe das discussões ou da formulação das mútuas ou seguradoras, e desenvolva uma ampla mobilização junto aos trabalhadores e as trabalhadoras na defesa da previdência, dos serviços públicos e estatais, bem como o funcionalismo público, atacados brutalmente pelo governo FHC.

### **Moção de repúdio ao governo Tasso Jereissati**

O 6º Concut repudia veementemente o governo Tasso Jereissati por sua prática truculenta e ditatorial para com os trabalhadores em suas manifestações por suas reivindicações. Dentre estas o ato internacional em defesa dos direitos dos trabalhadores em 17/10/1996 e mais recente na greve das polícias militares e civil.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

## **Moção de repúdio à aprovação da venda de medicamentos em supermercados**

Os participantes do 6º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – Concut, ocorrido em São Paulo no período de 13 a 17 de agosto de 1997, manifestaram-se contrários e repudiam o movimento pelo governo neoliberal de FHC, visando aprovar a venda de medicamentos em supermercados.

Não é novidade essa ação do Executivo. Quando da aprovação da MP do Plano Real em 1994, curiosamente em uma medida econômica, constavam artigos que autorizavam a venda de medicamentos em supermercados, empórios, botequins etc. Essa tentativa de desregular o comércio de medicamentos visa atender aos interesses das indústrias multinacionais farmacêuticas, dos supermercados e do comércio varejista de medicamentos. Fruto da ação organizada da sociedade esses artigos foram rejeitados no Congresso Nacional.

Agora sob a forma de um Projeto de Lei ressurgiu essa tentativa de desregulamentação do comércio de medicamentos. Os deputados federais e senadores não podem sucumbir diante das pressões dos monopólios das indústrias multinacionais e dos supermercadistas.

Esses senhores tratam o medicamento como uma mercadoria qualquer e, sob o argumento de facilitar o acesso da população, explicam que não existe qualquer interesse de fortalecimento do Sistema Único de Saúde, que deveria garantir o verdadeiro acesso aos tratamentos e terapêuticas disponíveis hoje pela medicina.

O uso indiscriminado de medicamentos é responsável hoje pela maioria dos casos de intoxicações letais, conforme registro do SINITOX/Fiocruz.

Não é possível admitir que a saúde do povo seja tratada com tamanho descaso. Todos os cidadãos têm direito à saúde com dignidade, que pressupõe, entre outras ações, acesso e uso dos medicamentos de forma racional, como parte de uma Política de Medicamentos e Assistência Farmacêutica.





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

### **Moção de solidariedade ao povo palestino**

Nós, delegados ao 6º Congresso da CUT, manifestamos nossa solidariedade ao povo Palestino.

O governo do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, tem desrespeitado a autoridade Palestina em seu próprio território. Centenas de pessoas, entre elas idosos e crianças têm sido arbitrariamente presas e torturadas, dezenas de casas de famílias palestinas têm sido demolidas, milhares de mulheres palestinas gestantes estão sem garantia de atendimento médico-hospitalar, colocando em risco suas vidas e a de seus filhos. A população palestina está sem direito ao trabalho no campo e na cidade.

Nós, trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, não podemos ficar indiferentes à esse frontal desrespeito aos direitos humanos do povo palestino.

Exigimos pronunciamento de nossos governantes e pressão internacional para que se garanta a autodeterminação do povo palestino e medidas concretas que garantam a paz na região.

Obs.: Dar ciência ao governo brasileiro, embaixada de Israel e representação da autoridade Palestina no Brasil.

### **Moção de apoio**

Os (as) delegados (as) presentes ao 6º Concut manifestam seu incondicional apoio ao 2º Coned – Congresso Nacional de Educação, a realizar-se de 6 a 9 de novembro, em Belo Horizonte. Este evento representa um marco na disputa do Plano Nacional de Educação, instrumento que a sociedade brasileira deve utilizar para o enfrentamento das políticas neoliberais em curso e para a construção de um projeto educacional democrático e incluyente.

### **Moção contra as cooperativas fraudulentas criadas por empresários com o apoio do governo do estado**

Nós, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados do Ceará, vimos pedir o apoio dos



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



delegados e delegadas do 6º Concut a se manifestarem contra as cooperativas fraudulentas que estão sendo criadas pelo patrões, com o apoio do governo do Ceará, e já se espalharam pelo Brasil inteiro, com incentivo dos empresários que somente exploram e tiram os direitos dos trabalhadores e sem as mínimas condições de trabalho. Um modelo de cooperativa que exclui os trabalhadores das decisões, não garantindo nem uma participação dos trabalhadores. Sendo assim são cooperativas patronais, sem a mínima democracia, reforçando a lógica do capitalismo, onde poucos ganham muito ganham pouco.

### **Moção de repúdio**

Os delegados presentes no 6º Concut, reunidos em São Paulo nos dias 13, 14, 15, 16 e 17 de agosto de 1997, repudiam veementemente a atitude antidemocrática, antisindical, espúria e covarde da multinacional alemã do ramo químico, mundialmente conhecida, o grupo Basf.

Sua unidade em São Bernardo do Campo/SP, conhecida como Basf Demarchi (Glasurit), fabricante das tintas Suvinil, no último dia 15 de agosto, após uma paralisação de protesto e advertência frente à morosidade e a inércia nas negociações sobre participação nos lucros, demitiu por “justa causa” os dirigentes sindicais de base, os companheiros Fábio Augusto Lins e Aparecido Donizete da Silva, além de um dos 4 membros da Comissão de Fábrica, o companheiro Moacir Pereira da Silva e suspendeu um outro, o companheiro José Maria Vieira.

O irônico desta discussão é que o discurso até então era o da transparência e o respeito às representações dos trabalhadores, como supostamente seria na Alemanha.

### **Moção pelos 80 anos da greve insurrecional de São Paulo**

O 6º Concut lembra com carinho e reivindica como parte da própria tradição da nossa Central os acontecimentos ocorridos de 9 a 15 de julho de 1917, quando o operariado de São Paulo, em protesto contra o assassinato do sapateiro Antônio Martinez e contra a exploração, paralisou as indústrias da cidade,



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUE**





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

organizou suas próprias milícias e ocupou praticamente os principais bairros operários daquela época: o Brás e a Moóca.

Durante uma semana dezenas de milhares de operários e operárias sustentaram corajosamente um combate desigual contra tropas militares fortemente armadas, que vitimou mais de uma centena de trabalhadores.

Tal movimento teve como cenário principal justamente a região onde se situa a Sede Nacional da CUT, na rua Caetano Pinto, onde residia e de onde saiu o enterro do sapateiro assassinado pela polícia, que foi o estopim para a generalização da greve e para o levante que se seguiu.

O Congresso recomenda que a CUT Estadual São Paulo e as entidades filiadas de São Paulo assumam a defesa da memória desta luta, assumindo, inclusive, a preservação do patrimônio histórico arquitetônico ainda sobrevivente, hoje ameaçado pelo novo zoneamento imposto pela administração municipal malufista.

### **100 anos de Canudos**

Há 100 anos Canudos foi destruída de forma dramática; chegava ao fim um episódio que mexeu com as mais profundas emoções da alma sertaneja e, sem dúvida, uma das mais belas e desconhecidas passagens da aventura humana. Na célebre comunidade fundada por Antônio Conselheiro em 1893, o povo sertanejo buscou construir uma nova experiência de vida, sem polícia e sem impostos, onde não havia patrão nem empregados e a terra era um bem coletivo.

Em quatro anos, Canudos tornou-se a segunda maior cidade da Bahia com mais de 25 mil habitantes, (Salvador tinha na época 200 mil habitantes), e esse extraordinário crescimento desagradava as elites fundiárias, a igreja e o governo, que promoveram uma verdadeira guerra civil envolvendo os canudenses e mais de 12 mil soldados do Exército Brasileiro oriundos de 17 estados.

Após 1 ano de combates, finalizados em 5 de outubro de 1897, a cidade estava destruída e 25 mil conselheiristas mortos, mas não houve redenção; Canudos lutou até o fim das últimas forças. Assim, foi

interrompida uma experiência que pôs em cheque uma cidade do sertão baiano; outros valores éticos e morais tentavam se firmar enquanto salvação para o país.

A história de Canudos ainda está por ser contada. Relembrar este acontecimento em um país como o Brasil, que a memória popular apresenta sua história a partir da visão das elites, é de importância fundamental, pois assim estaremos sintonizando o passado ao nosso tempo e à nossa consciência, contribuindo para o resgate da extraordinária experiência vivida por um povo que *não se rendeu!*

### **Moção de repúdio à prisão de trabalhadores rodoviários em Belo Horizonte/MG**

Os trabalhadores e trabalhadoras, delegados ao 6º Concut, representantes de todos os estados brasileiros, exigem a imediata libertação dos companheiros Willer Ferreira, Geraldo Gomes, Márcio Batista, Cristiano Gomes, Antonio Valério, Moisés Oliveira e Valdir Ribeiro, dirigentes sindicais presos arbitrariamente em 25 de julho de 1997, dia da greve nacional dos transportes contra o fim das aposentadorias aos 25 anos de serviço e por melhores condições de vida.

Os congressistas aqui reunidos repudiam qualquer ação policial sobre o legítimo e democrático direito de manifestação dos trabalhadores.

### **Moção de solidariedade com os trabalhadores eletricitários de Mar Del Plata, Argentina**

Nós, os 2.140 delegados ao 6º Congresso Nacional da CUT do Brasil, condenamos energicamente os grupos econômicos Camuzzi S.A. (italiano), United Utilits (inglês), Citicorp (norte-americano) e Loma Negra (argentino) que compraram a Empresa de Energia Elétrica de Mar del Plata (ESEBA) e que estão demitindo trabalhadores e os principais dirigentes do Sindicato, além de desrespeitar outros direitos dos trabalhadores e dos usuários, violando concretamente o art. 14 da Constituição Argentina, as Convenções de 87 e 98 da OIT, o art. 39 da Constituição da Província de Buenos Aires e os artigos 1, 5 e 6 da Lei Nacional de Associações Sindicais.



Repudiamos tais atitudes, que são as mesmas que o modelo neoliberal aplica aqui no Brasil e em toda a América Latina. Exigimos o respeito aos direitos dos trabalhadores e usuários e à Liberdade Sindical, interrompendo imediatamente os processos contra os dirigentes sindicais.

### **Moção de apoio – CPI da Reeleição Já!**

Mais uma vez a nação assistiu a mais uma absurda manobra do governo FHC com a aprovação do projeto de Reeleição pelo Congresso Nacional.

Com a ampla denúncia e divulgação pela grande imprensa das gravações com os diálogos dos deputados Ronivon Santiago e João Maia (ambos do PFL) confessando o recebimento de 200 mil reais para voltar a favor do governo federal, fica claro e evidente para todos aqueles que acompanham o desenrolar da conjuntura nacional que tal projeto só foi possível graças à compra de votos com dinheiro a favores públicos.

O movimento sindical representado neste 6º Concut pelos delegados presentes não pode ficar calado diante deste fato, devendo repudiar e exigir a instalação de uma CPI para que sejam apuradas todas as denúncias de corrupção do governo federal apresentadas pela imprensa falada e escrita.

Pelo repúdio ao Governo FHC que não mede esforços para impedir a constituição da CPI no Congresso.

Pela CPI da Reeleição Já!

### **Repúdio ao bloqueio econômico a Cuba**

Neste 6º Concut necessário se faz lembrar, em nome da solidariedade internacional, a resistência do povo cubano, digna de todo o respeito e admiração por parte de todos aqueles que lutam pela emancipação das classes trabalhadoras, ao bloqueio econômico imposto pela decadente economia americana.

O gangsterismo americano comandado por Bill Clinton usa a lei Helms-Burton para orientar os seus capachos aliados com o objetivo de dobrar a vitoriosa revolução cubana, o que nunca conseguiu durante mais três décadas.



Por isso nossa homenagem à determinação do povo cubano em manter os princípios que visam a consolidação do socialismo no seu país, ao mesmo tempo, o 6º Concut registra o mais veemente repúdio ao governo americano, que se arvora o xerife do mundo.

### **Repúdio ao resultado do julgamento de José Rainha, líder nacional do MST**

Os delegados presentes ao 6º Concut vêm repudiar, através desta moção, o recente julgamento do líder do MST José Rainha, condenado a 26 anos de prisão.

O Movimento dos Sem Terra que hoje se constitui num forte movimento de massas na justa luta pela Reforma Agrária, já teve suas fileiras centenas de companheiros mortos e que, como é do conhecimento de todos, tais mortos foram patrocinados pelos latifundiários organizados na UDR – União Democrática Ruralista.

As denúncias e os protestos são feitos e em números crescentes, mas a impunidade campeia, sendo, inclusive, acobertada pelo governo federal. No final, ninguém é responsabilizado!

É visível a postura autoritária do governo FHC frente ao Movimento dos Sem Terra, senão vejamos: falseia as estatísticas ao apresentar regularização fundiária como desapropriação da terra; transforma o INCRA de órgão executor da Reforma Agrária em “imobiliária” e “bolsa” de valorização patrimonial do latifúndio; sem contar Corumbiara e Eldorado dos Carajás, massacres executados pelo aparato policial do Estado, substituem assassinatos realizados por pistoleiros no período do regime militar.

Portanto, torna-se assim injusta, arbitrária e de caráter político o julgamento e a sentença proferida. Nosso repúdio ao Poder Judiciário, a serviço de FHC como principal responsável pela condução do julgamento e nossa solidariedade ao companheiro José Rainha.

### **Solidariedade ao povo cubano**

Há 40 anos o povo cubano protagonizou uma das revoluções mais heróicas do nosso século,





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

derrotando o ditador Batista e desafiando o maior império existente.

Durante todo esse período os EUA tentaram sufocar a revolução, seja através de ações militares como a invasão da Baía dos Porcos, seja através do bloqueio econômico.

Recentemente o governo Clinton, fez aprovar no congresso americano a “Lei Helms-Burton” que exige que todas as empresas que tem nos EUA não negociem com Cuba, provocando uma crise com os diversos imperialismo europeus, o que provocou a suspensão temporária desta odiosa lei.

No entanto, a revolução cubana não está ameaçada apenas pela política dos EUA. Fidel Castro e o PC cubano tem, desde o governo de Cuba, aplicando uma série de medidas econômicas que em nada ficam a dever às políticas neoliberais aplicadas no restante da América Latina.

O congresso da CUT denuncia a política dos EUA como colonialista, e chama o povo cubano e os trabalhadores da América Latina a defenderem as conquistas da revolução, bem como a lutarem contra as medidas de Fidel Castro e do PC cubano, que de fato estão levando Cuba a se tornar um prostíbulo, como já foi há 40 anos.

### **Apoio e solidariedade à luta dos PMs**

O 6º Concut aprova seu apoio e solidariedade à luta dos policiais militares em nosso país, notadamente os cabos e soldados.

Entendemos que o papel que está imposto a estes trabalhadores pelo Estado, os coloca em estado de contradição com sua classe social; contudo também com estes trabalhadores temos que ser solidários, buscando, sobretudo apoiar suas lutas na busca de conquistar seu direito de sindicalização, à democratização das corporações militares e avançar na construção de uma concepção de segurança pública que contemple a maioria da população.

## Moções de apoio às reivindicações do Movimento de Gays, Lésbicas e Travestis

Há 20 anos, num gueto da cidade de Nova York, centenas de gays, lésbicas e travestis enfrentaram, pela primeira vez na história, os ataques homofóbicos da polícia local, num levante que durou vários dias e instituiu o dia 28 de junho como o

“Dia do orgulho gay”. Foi estopim para o surgimento, no mundo todo, de inúmeros movimentos de defesa dos direitos das pessoas que não seguem a mesma orientação sexual imposta como “certa” pela sociedade burguesa. Esses movimentos vêm impondo resistência aos organismos que controlam o comportamento das classes oprimidas. As instituições burguesas humilham, ameaçam, agredem, condenam e matam qualquer trabalhador ou desempregado que não siga as suas leis opressoras. Assim são justificados, pelas leis burguesas, as perseguições a gays, lésbicas e travestis, assim como aos negros e às mulheres.

Nesse sentido, o 6º Concut resolve:

1. Apoiar o projeto de lei 1.151, da deputada federal Marta Suplicy, que institui o direito de união civil entre pessoas do mesmo sexo.
2. Repudiar a violência anti-homossexual no estado de Pernambuco, campeão nacional de assassinatos de gays, lésbicas e travestis, com 26 casos registrados no ano passado.
3. Combater a homofobia dentro dos sindicatos e locais de trabalho, desenvolvendo política que vise a supressão da discriminação contra gays, lésbicas e travestis trabalhadores nas organizações sindicais, e na sociedade em geral, em comum acordo com as entidades que já lutam contra esse preconceito.

## Solidariedade ao companheiro Lula

Nós, delegados reunidos no 6º Concut, vimos através desta moção, prestar a nossa solidariedade ao companheiro Luís Inácio Lula da Silva, que foi vítima de uma campanha difamatória, orquestrada pelo governo FHC, fortemente propagandeada pela mídia, com intuito político claro de tentar atingir o campo

democrático popular e de inviabilizar uma possível candidatura desses setores, que poderá se expressar através do companheiro Lula.

O companheiro Lula, maior liderança operária e de massas surgidas no Brasil nos últimos anos, tem sido ao longo da sua vida política um exemplo de ética, dignidade e de compromisso com a classe trabalhadora.

### **Solidariedade à luta do povo do Timor-Leste**

O 6º Concut reunido em São Paulo em 13, 14, 15, 16 e 17 de agosto de 1997, por unanimidade, compromete-se com a luta de libertação do povo Timor-Leste, cujo território encontra-se ocupado por tropas militares da Indonésia, num dos mais bárbaros e sangrentos episódios da história da humanidade.

Acusamos o governo ditatorial indonésio pelo assassinato do companheiro David Alex, morto sob torturas, exigimos seu esclarecimento perante a opinião pública internacional, rejeitando liminarmente a versão de que tenha sido morto em combate.

Exigimos ainda o respeito à integridade física dos companheiros José Antonio belo, Manoel Loke Matan, e de todos integrantes das Forças de Libertação do Timor-Leste, que encontram-se presos pelas tropas de ocupação indonésias.

Para tal, exigimos o envio de uma Comissão de organismos internacionais para investigar as circunstâncias desta covarde execução política, que deve ser condenada em todos os fóruns internacionais. Não admitir a impunidade e exigir a devolução do corpo de David Alex para que seja submetido a autópsia por peritos independentes.

E finalmente em nome da luta pela libertação dos povos, da solidariedade humana, da autodeterminação dos povos e do absoluto e irrestrito respeito aos direitos humanos, o plenário do 6º Concut exige:

- 1) Retirada imediata das tropas de ocupação da Indonésia do território do Timor-Leste;



- 2) Convocação pela ONU, sob supervisão de organizações independentes, de um referendo para que o povo do Timor-Leste decida seu próprio destino;
- 3) Libertação de Xanana e de todos os prisioneiros políticos timorenses;
- 4) Libertação imediata de todos os sindicalistas indonesianos que encontram-se presos por lutarem pela democracia na Indonésia e contra a ocupação indonésiana de Timor-Leste;
- 5) Adoção pelo governo do Brasil de uma política externa de inequívoca solidariedade à autodeterminação do Timor-Leste, concedendo a Timor-Leste a autorização para instalação de missão oficial em território brasileiro.

Ao mesmo tempo, convocamos a todo o movimento sindical, popular e de solidariedade a participarem de ato político de repúdio ao assassinato de David Alex e de entrega de carta ao Ministério das Relações Exteriores, exigindo a condenação da bárbara ocupação do Timor-Leste, a realizar-se na próxima quarta-feira, dia 3 (quarta-feira), às 12h30, em frente ao prédio do Itamaraty.

### **Moção de aplauso à Lei da Biodiversidade**

Há anos o Acre vem sendo objeto de exploração desmensurada de suas riquezas naturais. Entre as principais riquezas exploradas estão os recursos da flora e também a experiência secular dos povos que habitam a região, sem que nada de concreto tenha sido feito até agora pelas autoridades do Estado e do país.

Recentemente foi aprovada na Assembléia Legislativa do Acre, a Lei da Biodiversidade, de autoria do deputado Edvaldo Magalhães do PCdoB, que regulamenta a presença de estrangeiros e a saída de nossos recursos naturais para serem utilizados pelos laboratórios das transnacionais dos fármacos.

Regozija-nos, também, a repercussão positiva desencadeada na imprensa nacional a aprovação dessa lei, o que pode servir como incentivo para a aprovação de projeto de lei da Senadora Marina Silva do PT, que tramita no Senado Federal e que virá regulamentar a utilização de nossa biodiversidade no nível nacional.

## EXECUTIVA NACIONAL

### EFETIVOS

1	Vicente Paulo da Silva	STI Metalúrgicas do ABC
2	João Vaccari Neto	SEE Bancários de SP
3	João Antonio Felicio	APEOESP-Sindicato dos Professores - SP
4	Remigio Todeschini	STI Químicas, Petroquímicas e Plásticas do ABC - SP
5	Altemir Antonio Tortelli	STR de Jacutinga-RS
6	Mônica Valente	SindSaúde-SP
7	Kjeld A Jakobsen	STI Energia Elétrica de Campinas - SP
8	José Jairo Ferreira Cabral	Sind. Trab. Processamento de Dados de PE
9	Sandra Rodrigues Cabral	Sind. Trab. Educação de GO
10	Marcelo Borges Sereno	Sindmina-RJ
11	Rita de Cássia Evaristo	STI Metalúrgicas de BH e Contagem - MG
12	Antonio Carlos Spis	STI Destilação e Refinação de Petróleo de SP
13	Luzia de Oliveira Fati	STR de Santarém - PA
14	Jorge Luiz Martins	STI Calçados de Franca - SP





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

- |    |                           |   |
|----|---------------------------|---|
| 15 | José Maria de Almeida     | STI Metalúrgicas de BH e Contagem - MG            |
| 16 | Rafael Freire Neto        | APEOESP-Sindicato dos Professores - SP            |
| 17 | Paulo Fernando Coutinho   | SEE Bancários do ES                               |
| 18 | Júnia da Silva Gouvêa     | Sind. Trab. Saúde e Previdência de SP             |
| 19 | Pedro Ivo S. Batista      | SEE Bancários do CE                               |
| 20 | Silvana Klein             | Sind. Serv. Públicos da Justiça do Trabalho do RS |
| 21 | Lujan Maria B. de Miranda | Sind. Professores e Aux. Administrativo do PI     |
| 22 | Wagner Gomes              | Sind. Metroviários de SP                          |
| 23 | Pascoal Carneiro          | STI Metalúrgicas da BA                            |
| 24 | Gilda Almeida             | Sind. Farmacêuticos de SP                         |
| 25 | Júlio Turra               | Sind. dos Professores do ABC - SP                 |

### SUPLENTES

- |   |                               |                                      |
|---|-------------------------------|--------------------------------------|
| 1 | David Zaia                    | SEE Bancários de Campinas - SP       |
| 2 | Maria Ednalva Bezerra de Lima | Sind. Trab. Educação do Estado da PB |
| 3 | Francisco Alano               | SE Comércio de Florianópolis - SC    |
| 4 | Zenóbio José da Silva         | STR de Ponto Novo - BA               |
| 5 | Sebastião Gazito              | STI Metalúrgicos do ABC - SP         |



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

6

Sebastião L. de Oliveira Neto

Oposição STI Metalúrgicas de SP

7

Aloísio Sergio Rocha Barroso

Fed. Nac. dos Médicos

### EFETIVOS DO CONSELHO FISCAL

1

Washington Luis G. Pereira

STI Metalúrgicas de Manaus - AM

2

Alba Luci Rego de Moraes Peloso

Sind. Serv. Públicos Estaduais do CE

3

Carlos F. Maldonado B. de Oliveira

Sind. Trab. Educação UFRJ-RJ

### SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1

Juarez Bispo Matheus

Sind. Condutores de Veículos Rodov. de Campinas - SP

2

Marta Vanelli

Sind. Trab. Educação da Rede Oficial - SC

3

Janira da Rocha Silva

Sind. Previdenciários do RJ

## DELEGAÇÕES INTERNACIONAIS

### ITÁLIA

#### CONFEDERAÇÃO GERAL ITALIANA DO TRABALHO - CGIL

Sergio Cofferati, secretário-geral,  
Giacomo Barbieri, diretor do departamento internacional,  
Nana Corossacz, assessora responsável pela América Latina,  
Andrea Lanzi e Attilio Fania , assessores,  
Mario Agostinelli, secretário-geral da CGIL-Lombardia.

#### CONFEDERAÇÃO ITALIANA DE SINDICATOS DE TRABALHADORES – CISL

Sergio D'Antoni, secretário-geral,  
Luigi Cal, diretor do departamento internacional,  
Enrico Giusti, assessor da ISCOS/CISL.

### CANADÁ

#### CONGRESSO CANADENSE DO TRABALHO – CLC

Dick Martin, tesoureiro e também presidente da ORIT,  
Anna Nitoslawska, assessora do departamento internacional e vice-presidente da ORIT.



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

## ARGENTINA

CENTRAL DOS TRABALHADORES ARGENTINOS – CTA

Délia Bisutti, secretária de Relações Internacionais,  
José Jorge Rigane, secretário de Interior,  
Eduardo Menajovsky, assessor da área internacional.

## COLÔMBIA

CENTRAL UNITÁRIA DOS TRABALHADORES DA COLÔMBIA – CUT

Hector Fajardo, secretário-geral.

## DINAMARCA

CONFEDERAÇÃO DINAMARQUESA DE SINDICATOS, LO – Danmark

Erik Nielsen, Departamento Internacional.

## HOLANDA

CONFEDERAÇÃO HOLANDESA DE SINDICATOS – FNV

Willy Wagemans, diretor do Departamento Internacional.

## ANGOLA

UNIÃO NACIONAL DE TRABALHADORES DA ANGOLA

CONFEDERAÇÃO SINDICAL – UNTS-CS

Manuel Diogo da Silva Neto, presidente,  
Mário de Jesus Rodrigues da Costa, secretariado executivo.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

## PORTUGAL

CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES—  
INTERSINDICAL NACIONAL – CGTP-IN

Florival Lança, secretário de Relações Internacionais.

UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES—PORTUGAL— UGT-P

José Veludo, vice secretário-geral.

## BÉLGICA

CONFEDERAÇÃO DE SINDICATOS CRISTÃOS – CSC

Marcel Savoye, membro da Direção Nacional .

## BIELO-RÚSSIA

ASSOCIAÇÃO DE SINDICATOS INDEPENDENTES DA INDÚSTRIA DA REPÚBLICA DA BIELO-RÚSSIA

Alexandre Evdokimtchik, vice-presidente,

Sergio Bertoni, assessor.

## URUGUAI

PLENÁRIO INTERSINDICAL DE TRABALHADORES—CONVENÇÃO NACIONAL  
DE TRABALHADORES – PIT-CNT

Eduardo Fernandez, presidente da Associação de Bancários do Uruguai,

Luis Romeiro, Federação da Borracha,

Richard Read, presidente da Federação dos Trabalhadores da Bebida - FOEB.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





## **VENEZUELA**

CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA VENEZUELA

– CTV

Cesar Gil, secretário de Relações Internacionais.

## **EUA**

FEDERAÇÃO AMERICANA DO TRABALHO - CONGRESSO DE ORGANIZAÇÕES  
INDUSTRIAIS – AFL-CIO

Bill Lucy, comitê executivo, presidente da Internacional dos Servidores Públicos, presidente da  
Coalizão de Sindicalistas Negros – CBTU,

William Duncan, assessor da CBTU,

Stan Gacek, assessor da secretária de Relações Internacionais,

Bruce Jay, coordenador do Centro de Solidariedade para as Américas,

Carolyn Kazdin, assessora do Centro de Solidariedade,

David Boys, Sindicato dos Servidores Públicos – SEIU.

## **ESPANHA**

COMISSÕES OBREIRAS – CC.OO.

Blanca Gomes, secretária de Formação.

CONFEDERAÇÃO INTERSINDICAL GALEGA— CIG

Xesús Ramón G. Boan, secretário de Relações Internacionais.

CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



**AJUDA**



**SAIR**



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUE**





## **CHILE**

CENTRAL UNITÁRIA DE TRABALHADORES – CUT

Mario Merino Arenas, conselheiro efetivo.

## **FRANÇA**

CONFEDERAÇÃO FRANCESA DEMOCRÁTICA DO TRABALHO - CFDT

Jean François Trogrlic, secretário de Relações Internacionais,

Evelyne Pichenot, assessora responsável pela América Latina.

CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO - CGT

Maurice Lamoot, secretário Confederal,

Helene Bouneaud, assessora do Departamento Internacional.

## **QUEBEC**

CONFEDERAÇÃO DE SINDICATOS NACIONAIS – CSN

Normand Brouillet, assessor da Executiva.

## **ÁFRICA DO SUL**

Congresso Sul-Africano de Sindicatos

– COSATU

Bangumzi Sifingo, diretor de Relações Internacionais

CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



**AJUDA**



**SAIR**



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUIE**





## **CUBA**

CENTRAL DOS TRABALHADORES DE CUBA – CTC

Pedro Ross Leal, secretário-geral,

Leonel Gonzalez Gonzalez, secretário de Relações Internacionais,

Miguel Lopez Ballester, assessor.

## **GUATEMALA**

Carlos Salgueiro, secretário-geral da FESINTROP.

## **PANAMÁ**

CONVERGÊNCIA SINDICAL

Augusto Cesar Castillo, secretário-geral .

## **PARAGUAI**

CENTRAL UNITÁRIA DOS TRABALHADORES

Alan Flores, presidente,

Jorge Avarenga, secretário-geral,

Pedro Guimenez, presidente da FETICOMAP.

CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



**AJUDA**



**SAIR**



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUIE**





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

## Representantes das organizações sindicais internacionais e regionais:

CONFEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÕES SINDICAIS LIVRES  
– CIOSL

William Jordan, secretário-geral.

ORGANIZAÇÃO REGIONAL INTERAMERICANA DOS TRABALHADORES – ORIT

Luis Anderson, secretário-geral.

Maria do Carmo Teixeira, assessora.

FEDERAÇÃO SINDICAL MUNDIAL – FSM

Antonio Neto, vice-presidente,

Valentim Pacho, secretário-geral adjunto.

## Representantes dos Secretariados Profissionais Internacionais:

Vicente Carrerra, secretário Regional de Educação da Federação Internacional dos Trabalhadores da Construção e Madeira – FITCM,

Timotheo Beaty, coordenador Regional dos Secretariados Profissionais Internacionais e também da Internacional dos Serviços Públicos,

Mauricio Sant'Anna, secretário Regional da Federação Internacional de Trabalhadores dos Transportes, ITF,

Kenneth Zinn, coordenador da Internacional dos Trabalhadores na Indústria Química e Mineração –



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



ICEM, para a América do Norte,

Roque Aparecido da Silva, coordenador da Internacional dos Trabalhadores na Indústria Química e Mineração – ICEM, para a América Latina,

Cristian Rivers, coordenador de formação da ICEM,

Geraldo Iglesias, secretário adjunto da União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação, UITA, para a América Latina.

### **Também estiveram presentes os representantes das organizações:**

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE TRABALHO – OIT

João Carlos Alexim,

Fernando Serrano.

INSTITUTO LATINO AMERICANO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL— ILDES

Joachim Knoop,

Antonio Carlos Lopes Granado.

# QUADRO GERAL DO CONGRESSO

6º Concut em números	
Delegados inscritos	2.266
Delegados credenciados	2.140
Entidades internacionais convidadas	42
Delegados internacionais	71
Entidades nacionais convidadas	52
Convidados nacionais	116
Observadores	307
Crianças (creche do 6º Concut)	15
Pessoal de apoio	254
Total de pessoas no evento	2.903

Os números da CUT		
Em 1994	Agosto de 1997	%
2009 Sindicatos filiados	2570 Sindicatos filiados	27,92% de crescimento de sindicatos filiados
17.468.153 trabalhadores na base	19.451.589 trabalhadores na base	11,36% de crescimento da base
4.103.827 trabalhadores sindicalizados (23,49% em relação à base)	6.028.620 trabalhadores sindicalizados (30,99% em relação à base)	46,90% de crescimento de sindicalização

Delegados por estado						
Estados	Total de delegados	%	Homens	%	Mulheres	%
Acre	16	0,75	8	50,00	8	50,00
Alagoas	16	0,75	15	93,75	1	6,25
Amapá	6	0,28	5	83,33	1	16,67
Amazonas	22	1,03	19	86,36	3	13,64
Bahia	239	11,17	183	76,57	56	23,43
Ceará	106	4,95	91	85,85	15	14,15
Distrito Federal	77	3,60	55	71,43	22	28,57
Espírito Santo	59	2,76	46	77,97	13	22,03
Goiás	19	0,89	11	57,89	8	42,11
Maranhão	25	1,17	19	76,00	6	24,00
Mato Grosso	15	0,70	9	60,00	6	40,00
Mato Grosso do Sul	12	0,56	9	75,00	3	25,00
Minas Gerais	155	7,24	106	68,39	49	31,61
Pará	48	2,24	35	72,92	13	27,08
Paraíba	30	1,40	25	83,33	5	16,67
Paraná	91	4,25	65	71,43	26	28,57
Pernambuco	92	4,30	64	69,57	28	30,43
Piauí	33	1,54	19	57,58	14	42,42
Rio de Janeiro	160	7,48	104	65,00	56	35,00
Rio Grande do Norte	45	2,10	35	77,78	10	22,22
Rio Grande do Sul	185	8,64	127	68,65	58	31,35
Rondônia	27	1,26	16	59,26	11	40,74
Santa Catarina	90	4,21	72	80,00	18	20,00
São Paulo	550	25,70	396	72,00	154	28,00
Sergipe	17	0,79	12	70,59	5	29,41
Tocantins	5	0,23	4	80,00	1	20,00
Totais	2140	100,00	1550	72,43	590	27,57

Delegados por ramo de atividade						
Ramo	Total de delegados	%	Homens	%	Mulheres	%
Administração pública	206	9,63	135	65,53	71	34,47
Alimentação	50	2,34	42	84,00	8	16,00
Comerciários	68	3,18	56	82,35	12	17,65
Comunicações	61	2,85	51	83,61	10	16,39
Construção civil	48	2,24	44	91,67	4	8,33
Difusão artística e cultural	4	0,19	4	100,00		0,00
Educação	551	25,75	274	49,73	277	50,27
Extração mineral	5	0,23	5	100,00		0,00
Financeiro	183	8,55	144	78,69	39	21,31
Informática	17	0,79	15	88,24	2	11,76
Metalúrgicos	209	9,77	194	92,82	15	7,18
Profissionais liberais	2	0,09	2	100,00		0,00
Químico/Petroquímico	79	3,69	74	93,67	5	6,33
Rurais	204	9,53	180	88,24	24	11,76
Seguridade social	171	7,99	89	52,05	82	47,95
Transportes	74	3,46	67	90,54	7	9,46
Urbanitários	92	4,30	83	90,22	9	9,78
Vestuário	25	1,17	19	76,00	6	24,00
Outros	91	4,25	72	79,12	19	20,88
Totais	2140	100,00	1550	72,43	590	27,57

# TEXTOS REMETIDOS À 9ª PLENÁRIA

## Estrutura sindical e relações de trabalho

### **Sindicato orgânico: uma necessidade**

1. O 5º Concut, realizado em 1994, aprovou “a abertura de um processo de discussão sobre a transformação ou não dos sindicatos filiados em sindicatos orgânicos à Central”. A 7ª e 8ª Plenárias, cumprindo decisão do 5º Concut, discutiram esta questão e, por ampla maioria, decidiram avançar no processo de implantação do sindicato orgânico.

2. Desde a 7ª Plenária, quando foi aprovado “o desafio de transformar os sindicatos filiados em sindicatos orgânicos da Central Única dos Trabalhadores” o debate sobre a ruptura com a estrutura sindical atrelada, com a estrutura CLT, voltou a ocupar o centro das preocupações dos cutistas.

3. Na 8ª Plenária reafirmamos a ligação indissolúvel entre a construção do Sindicato orgânico e a luta pela liberdade e autonomia sindical: “Não será possível a construção de sindicatos livres, independentes e autônomos, de uma estrutura orgânica da CUT, do local de trabalho à estrutura nacional da Central, sem conquistarmos a plena liberdade e autonomia sindical”.

4. A história da CUT se confunde com a luta pela Liberdade e Autonomia Sindical. A própria fundação da Central se deu no marco da ruptura com os setores do movimento sindical que na época se recusaram a romper com a estrutura sindical CLT, criando uma estrutura horizontal, de classe, proibida na época pela legislação brasileira. Aquele momento, já indicava a impossibilidade de criação de uma estrutura sindical unitária fora dos marcos da Liberdade e Autonomia.

5. Essa tendência se confirmou com a criação nos anos seguintes das duas CGTs, da Força Sindical e outras Centrais. Essa situação foi muito bem caracterizada na oitava Plenária: “No Brasil não existe a unidade dos trabalhadores em uma única estrutura e projeto sindical, como se tentou construir nos debates



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

iniciais do Conclat, mas que foram inviabilizados pela ação de setores atrasados e de sindicalistas, que hoje estão participando da CUT. Os trabalhadores já se organizam em várias Centrais sindicais, e em diferentes Confederações e Federações de trabalhadores, como a Fittel/Fenatel, Fitert/Fenart, CNB/Contec, CNM/CNTM, e a pulverização sindical, garantida pela unicidade e o imposto, levou a existência de mais de 20 mil sindicatos, na sua maioria pequenos sindicatos inviáveis política e estruturalmente”.

6. Em um contexto de ofensiva neoliberal contra direitos e conquistas dos trabalhadores, aumento do desemprego e da precarização do trabalho, os vícios da velha estrutura sindical atrelada são um obstáculo adicional para construção das mínimas condições de resistência e disputa com o capital e o governo e de luta pela hegemonia da sociedade. Na 8ª Plenária, já prevíamos as condições da disputa dos projetos sindicais com a quebra da unicidade sindical e a importância da construção da estrutura orgânica cutista: “a disputa não será apenas entre os diversos projetos de sindicalismo existentes, mas também com patronato, que nunca escondeu, na sua maioria, a aversão com o sindicalismo. Alguns setores, mais do que um projeto de sindicato por empresas, tem um projeto de sindicatos amarelos e patronais. Apenas a filiação dos sindicatos não garantirá sua autonomia e independência, somente o fortalecimento do projeto de classe representado na CUT poderá representar uma defesa frente assédio patronal e dos outros projetos sindicais.”

7. Na 8ª Plenária já identificávamos o esgotamento da tática definida quando da fundação da CUT em 1983: “É preciso criar fortes elementos de tensão na estrutura CLT, para que possamos almejar mudanças. Não vacilamos em criar a estrutura vertical nacional da CUT. Hoje não basta mais nossa tática de ganhar os sindicatos–CLT, filia-los e democratizá-los, como era a estratégia adotada nos primórdios da CUT.

8. O modelo de “filiação de sindicatos” permite o descompromisso com os princípios e as campanhas promovidas pela CUT e com a sua prática e concepção sindical. Verifica-se que, após a “filiação”, muitos sindicatos apenas carregam o logotipo da CUT em seus boletins e jornais. Adotam uma prática distanciada dos princípios da Central, isolam-se nas suas campanhas específicas, não participando das lutas gerais que



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



acontecem na sociedade, fundamentais para fazer as grandes mudanças. Esta prática não contribui para a construção de relações solidárias entre os trabalhadores, uma necessidade para que as campanhas sejam vitoriosas. Além disso, em muitos casos, praticam um sindicalismo sem nenhuma relação com o projeto cutista.

9. O modelo de sindicato orgânico aprovado pela 8ª Plenária é o sindicato regido pelos princípios cutistas: autonomia, independência, democracia, pela base, de massas, classista e de luta.

10. As principais características desse modelo são: a) um sindicato representativo de um dos ramos de atividade definidos pela CUT; b) um sindicato de massas, reunindo os trabalhadores do ramo em âmbito regional ou mesmo nacional, com uma forte estrutura local, de base, mas respeitando as tradições do sindicalismo; c) é um sindicato organizado como instância da Central, referenciado nas resoluções dos Congressos da CUT; d) é um sindicato com autonomia política; as assembleias de base ou instâncias representativas das bases são os órgãos de decisão do sindicato; e) são os trabalhadores sindicalizados que controlam o orçamento da entidade; f) o patrimônio próprio construído com recursos dos trabalhadores é de propriedade da categoria.

11. Nesta estrutura orgânica, os sindicatos continuarão sendo a principal organização da categoria, nas suas lutas específicas e na implantação das políticas da Central, em sua base. No entanto, a CUT deve fazer o enfrentamento, defendendo os interesses de todas as categorias, contribuindo nos processos de negociação e ajudando a implementar o Contrato Coletivo de Trabalho.

12. Essa conjuntura exige enfrentamentos globais, através de uma central sindical classista, representativa do conjunto dos sindicatos. Continuar resistindo e fazendo o enfrentamento, através de sindicatos com poucos associados, organizando campanhas isoladas, só poderá afastar os trabalhadores da organização sindical. Para criar uma ampla mobilização social e fazer o enfrentamento de classe e de projetos, precisamos construir uma instituição da classe trabalhadora, uma sólida organização de classe, uma Central sindical organizada do local de trabalho às suas estruturas nacionais, independente e



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



autônoma, e capaz de através da sua ação sociopolítica alterar a correlação de forças atual.

13. Agora, para implantar o sindicato orgânico, é preciso que haja mudanças na forma de dirigir e organizar os sindicatos, na democratização dos métodos de consulta aos associados e na diminuição da distância que ainda há entre as decisões políticas da Central e as condições dos sindicatos para implementá-las. Defendemos que o 6º Concut aprove propostas rumo ao sindicato orgânico, e que sejam ponto de partida para a construção de uma central sindical que tenha princípios assumidos por todos.

### **Construir a estrutura sindical orgânica cutista**

#### Propostas

a) Consolidar a Estrutura Sindical Cutista e Unificar nossos sindicatos, por ramo de atividade, em bases mínimas regionais, até o ano 2000.

O 6º Concut decide estabelecer como meta a fusão dos sindicatos da Central por ramo de atividade, em bases mínimas regionais, isto é, em cada Estado apenas um sindicato por ramo (como já existe em algumas categorias), até o 7º Concut, rumo à construção de sindicatos unitários. Para isso, os ramos devem estabelecer prazos internos de unificação dos seus sindicatos, e todos os sindicatos devem estabelecer mecanismos estatutários que garantam a filiação de todos os trabalhadores do ramo, inclusive os terceirizados. Caberá a Executiva Nacional acompanhar, junto à Estrutura Vertical, o andamento do processo de unificação dos sindicatos e as 9ª e 10ª Plenárias Nacionais debaterão as medidas necessárias para a consolidação desse processo. O projeto dos ramos deve ser permanentemente adequado às mudanças que estão ocorrendo no Mundo do Trabalho. Quanto ao funcionalismo público é preciso levar em consideração as suas especificidades. A CUT deve envolver o conjunto do funcionalismo das 3 esferas para discutir a forma de organização mais adequada deste setor.

b) Comissão de Base cutista e Comissão Unitária de Base:





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

O 6º Concut indica para os sindicatos da CUT a constituição de Comissões de base dos sindicalizados, em cada local de trabalho/empresa, e propõe; que em todas as convenções/acordos coletivos se negocie a constituição de uma estrutura unitária dos locais de trabalho que reúna sindicalizados e não sindicalizados, com papel de contratação das questões locais e consultivo sobre as questões da empresa. Esse congresso decide, também, que, até a 10ª Plenária, todos os sindicatos da CUT devem incluir em seus Estatutos essa organização de base. Cabe a Estrutura Vertical da Central estabelecer prazos e metas para a estruturação das Comissões de Base dos sindicatos ou delegados sindicais. O direito de organização sindical no local de trabalho deve ser um dos principais eixos da nossa proposta de legislação trabalhista democrática, que está sendo elaborada por uma comissão de dirigentes sindicais e o Conselho Jurídico da CUT.

c) Organizar uma CUT representativa de todos os setores da economia:

O 6º Concut decide que uma das prioridades da Central, envolvendo tanto a nossa Estrutura Vertical, quanto Horizontal, é a organização dos trabalhadores não organizados em sindicatos, da economia informal, trabalhadores autônomos e aqueles sob os sindicatos de carimbo. Para isso, propõe: o estabelecimento de um percentual mínimo das receitas de todas as estruturas da CUT (Horizontal e Vertical) destinada a sustentação dessa política; e que as CUTs Estaduais e a Estrutura Vertical estabeleçam objetivos de crescimento da Central nesses setores.

d) Dar os primeiros passos concretos de definição de um Estatuto normativo dos sindicatos da CUT: estabelecimento de um teto de três anos para os mandatos sindicais;

- A definição de Comissões eleitorais que sempre devem contar com pelo menos representantes de todas as chapas concorrentes;

- Aprovação obrigatória das contas dos sindicatos em assembléias gerais ou outra instância de representação de base.

- Proibir a participação em eleição de juízes classistas. Devemos dar mais um passo na nossa independência estabelecendo a proibição de participação em eleição de juízes classistas nos Estatutos dos sindicatos da CUT.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUI



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



• Imposto sindical e contribuições compulsórias: o 6º Concut estabelece o prazo de três anos (7º Concut), para que todos os sindicatos da CUT não dependam financeiramente de quaisquer contribuição compulsória dos associados ou não associados. Para isso, todos os sindicatos da CUT tem até a 10ª Plenária para modificar seus Estatutos, proibindo a cobrança de taxas compulsórias dos associados e dos não associados, adequando suas estruturas à sustentação financeira, baseada em contribuições espontâneas dos associados e não associados e outras formas de arrecadação de recursos.

• Padronização de Finanças: O 6º Concut define a obrigatoriedade da cobrança de um percentual mínimo de 1% de mensalidade por parte dos sindicatos da CUT. Esse é um passo necessário para a independência dos sindicatos frente ao imposto sindical e outras taxas compulsórias. Para isso, o 6º Concut define um prazo até a 9ª Plenária para adequação dos Estatutos dos sindicatos da CUT.

e) Aproximar a CUT dos seus sindicatos de base:

Esse Congresso decide criar dois cadastros nacionais da CUT. Um cadastro composto de todos os dirigentes de sindicatos cutistas, e mais os delegados sindicais dos sindicatos, juntamente com os membros de todas as instâncias da CUT. O segundo cadastro composto de todos os sindicalizados em sindicatos cutistas. Essas duas listas devem ser semestralmente atualizadas pelos sindicatos de base. É definição desse Congresso que essas duas listas só podem ser utilizadas para enviar material interno da Central Única dos Trabalhadores definidos em reunião da Executiva da Central. O objetivo desses dois cadastros é permitir a comunicação mais efetiva da Central com os trabalhadores, e a construção assim de uma consciência cutista na base da Central.

f) Criar no Estatuto da Central uma Comissão de Garantia e de Estatutos:

O 6º Congresso decide criar uma Comissão de Garantia e de Estatutos que tem a responsabilidade de zelar pela aplicação dos mesmos e têm o mandato provisório de elaborar juntamente com representantes da estrutura vertical da Central uma proposta de Estatuto normativo cutista que deve ser apresentado para aprovação na décima Plenária, que será convocada com esse ponto especial da ordem do dia. A proposta



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



de Estatuto normativo aprovada na 10ª Plenária deve ser debatida em todas as instâncias da CUT e sindicatos para ser ratificada no sétimo Congresso, como o Estatuto normativo do sindicato cutista. A Comissão de Garantia tem o mandato coincidente com o da Executiva Nacional, e é composta de cinco membros. Sua eleição seguirá as regras de proporcionalidade da Central.

### **Revigorar a estrutura horizontal cutista**

14. A estrutura horizontal da Central é a representação da classe, acima das divisões de categoria ou de ramo. Sua importância e seu peso na organização de Campanhas políticas, como as Diretas, a luta pelo *impeachment*, por ocasião de greves gerais contra o arrocho e os pacotes antipopulares foi sempre decisiva. Esse papel de participação na vida política geral da Nação continua essencial. Mas no entanto absolutamente insuficiente. As seções estaduais da CUT vêm se ressentindo da mudança da Conjuntura, e a necessidade de ocupar novos espaços políticos. Não basta mais ter um papel político geral, mandar representantes da seção estadual para Assembléias de categorias, e preparar greves gerais.

### Propostas

1. Participar de forma mais qualificada das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego e dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde e Educação, Conselhos da Criança e do Adolescente e da Previdência. Caberá às CUTs estaduais junto com a SNF elaborar programa específico para formação dos quadros sindicais que representam a CUT nestes organismos;
2. Participar ativamente da organização e assessoria às Campanhas de todos os sindicatos da CUT na região, estreitando as relações entre os sindicatos e as CUTs Estaduais, atuando conjuntamente com as direções dos sindicatos nos processos de negociação com os patrões e governos;
3. Debater o orçamento dos Estados e dos municípios, e buscar uma atuação conjunta com a sociedade civil local para influenciar na sua elaboração;



4. Organizar nas sub-regiões estruturas solidárias intersindicais e cutistas, implantando as CUTs estaduais em todas as regiões do seu respectivo estado. Cabe às CUTs estaduais decidir sobre as formas de funcionamento e organização dessas estruturas;

5. Interiorizar as CUTs é numa das principais tarefas para construirmos uma Central representativa em todo o território nacional. Principalmente nesta conjuntura que, devido a globalização, está havendo um desconcentração do parque industrial brasileiro;

6. Participar ativamente junto com outros setores da sociedade local na organização de Campanhas de caráter regional, como luta por moradia, mais escolas, saúde, defesa do meio ambiente etc.;

7. Dotar de melhores condições financeiras, as CUTs que se encontram com mais dificuldades. Reafirmar a decisão da 8ª Plenária Nacional quanto à destinação de um percentual para constituição de “fundos de auxílio” às CUTs Estaduais.

### **Auto-sustentação financeira**

15. Devemos dar continuidade ao processo de auto-sustentação financeira da CUT, combatendo a inadimplência e a sonegação, democratizando e tornando mais transparentes as finanças de todas as instâncias da CUT e entidades filiadas.

Por isso, propomos:

16. Todas as entidades filiadas à CUT e instâncias orgânicas devem adotar o “orçamento participativo”, como forma de permitir a democratização na discussão sobre finanças e a melhor utilização dos recursos.

17. A discussão sobre finanças deve ser realizadas em assembleias ou em outras instâncias de participação de base.

Realizar campanhas permanentes de sindicalização, reforçando a necessidade da sustentação financeira dos sindicatos, por parte dos trabalhadores.

19. Procurar manter o equilíbrio financeiro, entre “receita e despesa”, na CUT e em todas as suas



entidades filiadas e orgânicas.

20. O 6º Concut autoriza as Plenárias Nacionais a discutir alterações nas contribuições estatutárias, tendo por base o “orçamento participativo”.

21. Combater sistematicamente a sonegação e a inadimplência, e implantar o “sistema unificado de pagamento com autorização do desconto bancário feito diretamente na fonte da entidade filiada”. Além disso, que todas as instâncias da CUT e sindicatos publiquem anualmente seus balancetes financeiros, e os remetam à Central. Que haja transparência e acesso, por parte da CUT, de todas as informações financeiras das entidades filiadas.

22. Realizar alteração estatutária permitindo às instâncias da CUT ter registros fiscais próprios, para evitar que instâncias com títulos protestados, cheques sem fundos e dívidas com a União, não prejudiquem as demais instâncias.

23. Todas as entidades, federações e confederações filiadas à CUT devem contribuir sobre a totalidade das receitas, mesmo que provenham de entidades filiadas à CUT.

24. O 6º Concut reafirma as decisões da reunião da Direção Nacional realizada em maio de 1995:

a) As entidades que atrasarem o pagamento de contribuição estatutária de qualquer Título, seja ele mensal, trimestral, semestral, ou anual, taxa assistencial ou o imposto sindical, por seis meses, serão suspensas pelas CUTs Estaduais. Aquelas que se enquadrarem neste critério, não participarão das atividades da Central (congressos, plenárias, seminários, cursos, viagens, representação da CUT etc.) e serão interrompidos o fornecimento de serviços prestados pela CUT, tais como envio de publicações, materiais de campanha etc.” A suspensão só será revogada após três meses da quitação total da dívida por parte da entidade.

b) No caso da inadimplência reincidir sobre 12 títulos, será encaminhada a discussão sobre a desfiliação da entidade no congresso de sua respectiva abrangência. A refiliação só será aceita mediante a quitação total da dívida anterior atualizada.



25. O 6º Concut decide que todas as negociações de dívidas de contribuições estatutárias terão como prazo máximo o último mês de mandato da direção da entidade filiada devedora que negociar a dívida, ou seja, o máximo de 36 meses.

26. Qualquer negociação de dívida sobre contribuição estatutária, a entidade filiada deverá, obrigatoriamente, apresentar o balanço contábil do ano que anteceder a data da negociação, bem como os balancetes dos meses do ano que acontecer a negociação da dívida.

### **Legislação trabalhista e SDRT**

27. Propomos que o 6º Concut aprove como texto básico (*“O que mudar na estrutura sindical e nas relações de trabalho?”*, publicação de agosto de 1996), elaborado, a partir das discussões realizadas pelo Grupo de Trabalho Legislação Trabalhista e Sindical e pelo Conselho Jurídico da CUT.

28. Este texto deve ser referencial para a discussão entre todos os sindicatos cutistas, sociedade, as outras centrais sindicais e o 6º Concut.

### **Negociação e contratação**

29. Articular as campanhas salariais das categorias, com o objetivo de estabelecer contratos coletivos nacionais diminuindo a divisão e segmentação da classe trabalhadora, e combatendo a manobra patronal de transferências de plantas industriais para se aproveitar das diferenças regionais de salário e condições de trabalho. Esse é um dos objetivos da ação da CUT na questão da Negociação e Contratação coletivas.

30. A continuidade do Núcleo de Dirigentes para o acompanhamento das Negociações Coletivas, que tem debatido e avaliado os encaminhamentos necessários às campanhas salariais e o processo de mobilização dos trabalhadores, é parte integrante dessa ação sindical. Este núcleo tem buscado a articulação das Estruturas Verticais e da Executiva da CUT, e aumentado em muito a nossa capacidade de análise e de debate sobre a conjuntura econômica e política. Esta experiência de construção da unidade das



direções sindicais deve ser também buscada pelas CUTs, nos estados.

31. Somente constituindo mecanismos de debate e ação sindical conjuntos de toda Central conseguiremos promover a solidariedade e unidade entre as categorias/ramos, aumentando nossa capacidade de resistência, e atuando como um corpo orgânico e de classe, assim rompendo o isolamento das lutas e das campanhas salariais.

### **Caminhos para a organicidade sindical no setor rural**

32. A representatividade da CUT no setor rural tem de ser articulada à dimensão estratégica da agricultura e à especificidade dos segmentos que formam esta base sindical. Os

“rurais da CUT” não são simplesmente uma categoria, mas sim um conjunto de categorias. São trabalhadores assalariados, sem terras, agricultores familiares e mais recentemente os aposentados rurais vêm se constituindo enquanto um importante segmento do setor, cada um com demandas, formas de organização, mobilização e negociação diferenciadas. A denominação genérica “trabalhadores rurais” precisa dar lugar a definições mais afirmativas, daí a necessidade do rural ser tratado como um setor.

33. Uma importante especificidade deste setor reside no fato de que sua principal base sindical são agricultores familiares – são trabalhadores que, com suas famílias, na maioria das vezes possuem seus meios de produção e efetivamente produzem, para seu consumo e/ou para o mercado. Esta especificidade exige um comportamento diferente na ação sindical, já que as mediações aqui não se dão nas relações capital-trabalho.

Nesta condição a CUT tem sob sua influência direta um segmento importante de um setor estratégico da economia. Tratar afirmativamente esta especificidade significa a possibilidade de um grande salto na capacidade da CUT em articular alternativas democráticas de desenvolvimento global para o país numa perspectiva de classe.

35. As mudanças na ação sindical precisam se materializar em termos organizativos. Desde há muito o





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

sindicalismo rural vem travando debates sobre as melhores formas de organização. É tempo de todo este processo de discussões afunilar para definições que dêem concretude às novas formas de ação, às especificidades e que tudo isso conflua para a construção da organicidade sindical na CUT numa perspectiva de transição. Para isso é necessário desenvolver alguns aspectos:

36. Ampliação da base sindical: mesmo com a filiação da Contag à CUT é necessário avançar ainda mais na representatividade da Central no meio rural, através da filiação de novos sindicatos e federações, assim como através da ampliação do número de trabalhadores sindicalizados.

37. Construção da nova estrutura orgânica: com a filiação da Contag à CUT (abril 1995) e a extinção do DNTR (novembro 1995) os rurais passam por um período de transição em sua organização nacional diferenciada das demais categorias. De entidade orgânica (DNTR) passam a entidade filiada. Visando aprofundar o processo de transição, se faz necessário abrir um debate no interior da Contag e federações sobre sua consolidação enquanto estrutura orgânica da Central. Temas estes que deverão necessariamente estar articulados com o debate sobre os ramos da CUT.

38. Construção de organizações diferenciadas: aliado ao debate e iniciativas para a regionalização dos sindicatos, faz-se necessário constituir organizações sindicais próprias para os assalariados rurais e para os agricultores familiares. Existem experiências em curso deste tipo de organização, sejam eles na organização de sindicatos e federações diferenciadas (de assalariados rurais em São Paulo e de Agricultores Familiares em Santa Catarina), seja na organizações de sindicatos de trabalhadores da agroindústria. Estas experiências precisam se materializar num plano de ação para a nova organização sindical.

39. Regionalização da base sindical: hoje, no Brasil, são 3.300 sindicatos de trabalhadores rurais. A ampliação do poder efetivo dos sindicatos sempre foi vinculada à necessidade de ampliação da base de representação, do nível municipal para um nível regional. Mesmo com a tendência de municipalização de algumas das políticas públicas, a regionalização torna-se uma das principais políticas para dar maior organicidade ao movimento sindical, possibilitando uma intervenção mais qualificada e com maiores



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIR

possibilidades de êxito, articuladas dos municípios, micro-regiões, estados e nacional.

40. Organização sindical de base: a distribuição difusa dos trabalhadores no espaço rural traz um paradoxo para a questão da organização de base: por um lado ela se torna extremamente difícil, por outro profundamente necessária para aproximar o sindicato do cotidiano do trabalhador. O debate sobre as Organizações por Local de Trabalho merece ser aprofundado e implementado, bem como outros mecanismos para a organização de base dos agricultores familiares;

O papel das associações e cooperativas: intervir nos aspectos da chamada “organização da produção e comercialização” é condição necessária para o fortalecimento do sindicalismo entre os agricultores familiares. Situam-se neste âmbito as suas principais demandas.

42. Aumentar a participação dos assalariados rurais: Hoje, o debate sobre diferenciação na representação de assalariados e agricultores familiares é feito quase exclusivamente pelos agricultores familiares. É necessário criar mecanismos para que os assalariados rurais sejam os efetivos sujeitos da construção da organização sindical para este seu segmento.

43. Aproximação dos assalariados rurais com o setor da alimentação: esta aproximação deve ser progressiva, principalmente através do desenvolvimento de ações conjuntas, como seminários, mobilizações etc. Por ser uma tendência a integração da agricultura à indústria de transformação, esta aproximação precisa ser exercitada desde já, com uma forte relação com a discussão sobre a organização do sindicato e do ramo de atividade e as diferenças regionais;

44. Consolidação e multiplicação de lideranças qualificadas para uma nova perspectiva de ação sindical no meio rural: o crescimento da CUT no meio rural precisa ser acompanhado por um processo de qualificação dos dirigentes sindicais, em seus diversos níveis e nos diversos segmentos. A experiência do Projeto CUT/Contag de Pesquisa e Formação Sindical tem se mostrado como uma valiosa iniciativa, que precisa, posteriormente, ser ampliada e diversificada.



## Políticas permanentes

### Relações Internacionais da CUT

#### América Latina

1. A política de relações internacionais da CUT para a América Latina deve ter como orientação básica o combate ao neoliberalismo e a busca de soluções para desafios comuns, como o desemprego, o arrocho dos salários, trabalho informal etc. Isso exige a coordenação das lutas que vêm ocorrendo na região (de uma forma ainda desarticulada) e a realização de iniciativas, em nível nacional e internacional, capazes de construir alternativas à globalização.

2. Isto implica nas seguintes políticas:

a) Fortalecer e ampliar a representatividade da ORIT no continente americano, entendendo que esta deve promover a articulação das lutas contra as políticas neoliberais, formulando alternativas solidárias pela criação de empregos e ampliação dos direitos sociais.

b) Respeitando a autonomia e as distintas culturas sindicais existentes, devemos fortalecer nossas relações bilaterais na América Latina, promovendo intercâmbios, troca de experiências e realização de ações conjuntas de modo a confrontar nossa concepção sindical com a de nossos parceiros. Devemos priorizar as centrais dos países que enfrentam desafios semelhantes aos nossos, como é o caso do México, Argentina, Chile, Venezuela, entre outros.

c) Estimular a atuação de nossas confederações nas estruturas regionais dos Secretariados Profissionais Internacionais visando ampliar a nossa presença na América Latina, avançar na luta contra o corporativismo e enfrentar os temas concretos colocados pela globalização.

d) Propor uma agenda para a nossa atuação que contemple a luta contra a privatização, a informalidade, a dívida externa e em defesa do emprego, do salário, dos direitos sindicais e sociais.



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



e) Propor uma campanha pela redução da jornada de trabalho, sobretudo no setor industrial do continente.

f) Fortalecer a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) visando consolidar seu papel de articular as lutas sindicais na região, decisivo para a formulação de políticas que combatam o caráter excludente da integração, para promover a ampliação dos espaços institucionais de intervenção e realização de mobilizações conjuntas.

g) Aprofundar as discussões com nossos sindicatos e com a sociedade civil sobre o modelo de integração representado pela ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e as estratégias sindicais para defender uma integração com base na justiça e o progresso social, contribuindo para que a ORIT e a Coordenadora também promovam este debate.

### Países industrializados

3. As políticas neoliberais aprofundaram as contradições que fizeram do Brasil um país que convive com os desafios da modernidade sem ter solucionado os problemas do atraso. A introdução das novas tecnologias e intensificação das estratégias empresarias de redução de custos e aumento de competitividade diluíram ainda mais as diferenças dos problemas enfrentados no local de trabalho pelos trabalhadores nos países desenvolvidos e no Brasil. Aprofundar o intercâmbio com as centrais desses países sobre os temas e desafios relativos à modernidade tecnológica constitui prioridade da nossa política de relações internacionais.

### Europa Ocidental

4. As relações com as centrais destes países evoluíram de solidariedade e cooperação para intercâmbio de temas como o contrato coletivo, a organização no local de trabalho, a reestruturação produtiva, a questão da mulher trabalhadora e do meio ambiente e saúde do trabalhador etc. Esse intercâmbio continua sendo





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



fundamental para a consolidação da CUT, das confederações nacionais e sindicatos de base. Essas relações devem avançar no sentido da formulação de ações combinadas. Para isso é necessário:

- a) Fortalecer as relações com as centrais com as quais já mantemos uma política tradicional de intercâmbio.
- b) Ampliar uma política de relações bilaterais com as centrais que já temos intercâmbio, mas que pode ser fortalecido, como as centrais escandinavas.
- c) Contribuir para o intercâmbio entre a CCSCS e CES sobre a integração de mercados.

#### América do Norte

- a) Fortalecer as relações bilaterais com AFL-CIO dos Estados Unidos, bem como com as centrais canadenses CLC e CSN, tendo como temas principais a ALCA, atuação sindical no continente e campanhas cooperativas.
- b) Envolver nossas confederações neste intercâmbio sobretudo nos setores industriais, agro-industriais e serviços de origem norte-americana com forte presença no Brasil.

#### Ásia

Nossas prioridades devem se concentrar junto ao movimento sindical dos países de industrialização recente (os chamados Tigres Asiáticos), em particular com a KCTU da Coreia, envolvendo também nossas confederações. Em que pesem as diferenças de concepções que guardamos com relação ao movimento sindical na China, não podemos abstrair a sua presença e o impacto que a China vem causando sobre a economia globalizada. Consideramos importante, mas ainda insuficiente, a decisão da CIOSL de alterar sua posição com relação a esse país. Conhecer a realidade dos trabalhadores e do sindicalismo chinês deve ser um dos objetivos de nossas relações bilaterais na região. Devemos também tentar abrir relações com centrais de países como a Índia e Austrália, até agora praticamente inexistentes.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



### África

6. Constituem nossas prioridades as relações com as centrais dos países de língua portuguesa, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Devemos ainda ampliar, envolvendo nossas confederações, as relações com a COSATU da África do Sul.

### Leste Europeu

7. Devemos buscar conhecer melhor a realidade destes países e do seu movimento sindical após todas as transformações sofridas pela região e o impacto na organização dos trabalhadores, apoiando ativamente a política de solidariedade da CIOSL com os trabalhadores do Leste, bem como exigir transparência na afiliação de organizações à mesma.

### CIOSL

8. Compete à CIOSL e as centrais filiadas coordenar e orientar as lutas dos trabalhadores diante dos principais problemas colocados pela globalização. Isso passa pelo reconhecimento das desigualdades da economia mundial e a necessidade de colocar a distribuição de renda em nível mundial novamente na agenda política, não só dos governos nacionais, mas também das instituições internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional a Organização Mundial do Comércio e demais órgãos das Nações Unidas.

### Combate ao dumping social

9. A defesa da cláusula social tem o objetivo de combater a prática do *dumping* social, impedir o uso do trabalho infantil, o trabalho escravo, a discriminação de raça e gênero no mercado de trabalho e promover a defesa do direito de organização e negociação sindical. Essa iniciativa da CIOSL e maior parte das centrais filiadas para que a cláusula social faça parte dos acordos internacionais



de comércio deve ser acompanhada pelo revigoramento do papel normativo da OIT e defesa das normas internacionais do trabalho.

10. Para evitar atitudes protecionistas contra os países em desenvolvimento, a CUT defende que a aplicação de sanções negativas por parte da OMC deve ser somente realizada nos casos daqueles países onde persistem a violação dos direitos básicos da OIT. Os governos dos países que buscam soluções definitivas para esses problemas devem se beneficiar de sanções positivas, isto é, de recursos técnicos, financeiros e humanos para combater a prática do *dumping* social sempre que houver a participação dos trabalhadores e do movimento sindical na formulação e implementação das soluções.

### Defesa da Carta Social

11. A defesa e ampliação dos direitos sociais e da legislação trabalhista no interior dos blocos comerciais regionais (NAFTA, ALCA, Mercosul etc.) tem sido uma das principais estratégias para promover o combate ao déficit social e democrático que caracterizam essas iniciativas.

12. Exigir o cumprimento desses direitos pelos governos e empresas transnacionais, que se favorecem das facilidades tarifárias no interior desses blocos, deve ser uma prioridade da CIOSL e das organizações afiliadas. Compete à CUT ampliar as pressões sobre o governo brasileiro em favor da dimensão social e adoção da Carta Social do Mercosul.

### Direitos Humanos e Sindicais

Os ataques ao direito de organização sindical não são compatíveis com a democracia e atentam contra os direitos do cidadão. A multiplicação desses ataques em diferentes partes do mundo se traduz na perseguição, prisão e, às vezes até em morte de dirigentes e militantes sindicais. Promover a defesa dos direitos humanos e sindicais, afirmar a importância do sindicalismo na sociedade e impedir que atos de barbárie como o assassinato de trabalhadores sem terra no Brasil prossigam impunemente constituem





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

prioridades da política da CUT no plano nacional e internacional.

14. Defendemos mudanças no Comitê de Direitos Humanos e Sindicais da CIOSL que favoreçam a sua agilidade e eficácia. Embora seja importante, é insuficiente a divulgação, pelo Comitê de Direitos Humanos da CIOSL, dos crimes praticados contra os trabalhadores. A CUT entende que o movimento sindical deve estabelecer parcerias com entidades da sociedade civil de defesa dos direitos humanos e incentivar a constituição de tribunais internacionais para o julgamento moral de governos que compactuam com a violação dos direitos humanos e sindicais.

#### *Solidariedade com os povos*

15. A CUT deve dar prosseguimento às suas iniciativas próprias de solidariedade internacional a exemplo da campanha de solidariedade ao povo cubano e contra o bloqueio econômico norte-americano; promover solidariedade ao povo do Timor Leste, sob ocupação do regime autoritário da Indonésia; e ao povo palestino.

#### **Política Nacional de Formação**

1. A política nacional de formação da CUT vem sendo considerada uma política estratégica para a CUT desde o seu nascimento, uma vez que se trata de um instrumento para a construção de um projeto sindical classista, democrático, de massas e pela base, que é a nossa Central. É, fundamentalmente, um instrumento indispensável para a qualificação de nossa ação e nossa organização sindicais, em especial em um momento em que os desafios colocados à classe trabalhadora são muito mais complexos, tal como o que estamos vivendo.

2. De 1986 a 1994, a Política Nacional de Formação (PNF), consolidou os seus princípios básicos: seu caráter estratégico e orgânico à Central, sua gestão planejada, sistemática e democrática, seus fóruns de funcionamento (Encontros Nacionais de Formação – Enafor ; Coletivo Nacional de Formação – Conafor), sua



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



concepção metodológica e sua Rede Nacional de Formação Cutista (escolas, coletivos).

3. No último período, a PNF vem se reestruturando a fim de atender aos novos desafios colocados para nossos sindicatos e nossa Central. Estes desafios exigem que a PNF coloque para si mesma os seguintes objetivos estratégicos:

- Ajudar a CUT a qualificar-se para enfrentar os desafios colocados pela Globalização em geral e o Mercosul em particular;
- Ajudar a CUT a qualificar-se para enfrentar os desafios colocados pela reestruturação produtiva, seja no plano macro (políticas públicas e espaços institucionais) seja no plano micro (mudanças no local de trabalho);
- Ajudar a CUT a definir uma estratégia de ação e organização no local de trabalho, em especial frente às mudanças acima referidas;
- Ajudar a CUT a intervir com mais qualidade nos espaços institucionais tripartites ou outros conselhos públicos, sob a orientação de políticas de desenvolvimento, de emprego, de saúde, de educação etc.
- Ajudar a CUT no aprofundamento de nossa formulação sobre a questão da Formação Profissional, no campo da ação sindical, da negociação sindical, e, em especial, da formação sindical, onde todo o acúmulo político-metodológico da PNF deve ser utilizado;
- Ajudar a CUT e Contag a consolidarem uma estratégia para um projeto alternativo de desenvolvimento rural e construção do sindicalismo cutista no campo;
- Ajudar a Central a aprofundar o seu modelo sindical, ramos, OLT, sindicato orgânico, sistema democrático de relações de trabalho e liberdade e autonomia sindical.

4. Para atingir esses objetivos estratégicos, a PNF vem se reestruturando de acordo com a seguinte orientação:

5. Aprofundar a organicidade da PNF à CUT, buscando a integração com o conjunto das políticas da CUT, com os sindicatos, CUTs Estaduais, Estruturas Verticais e CUT Nacional.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



6. Consolidar a Rede Nacional de Formação, como um instrumento que garanta a gestão e a execução da política de formação em todo o território nacional, dialogando com os desafios nacionais/globais e regionais/específicos.

7. Consolidar uma política de sustentação financeira da formação articulada a uma política mais geral de auto-sustentação e de orçamentação participativa da CUT.

8. Aprofundar o processo de sistematização e elaboração metodológica a partir da experiência formativa da Central.

9. Consolidar os espaços de sistematização e socialização dos acúmulos temáticos produzidos pela Rede de Formação e pelas políticas da Central, bem como desenvolver um trabalho de maior articulação com centros de pesquisa, universidades etc.

10. São estes os objetivos que a PNF vem se colocando e para que de fato os consolidemos, é necessário o envolvimento do conjunto da Central, suas instâncias horizontais e verticais e sindicatos, tomando para si a tarefa de dirigir e consolidar uma política estratégica como esta.

## **Políticas sociais da CUT**

### Saúde, Previdência e Assistência Social

1. A CUT acumulou muito na área de seguridade social. Fomos força expressiva em conferências nacionais, atuamos com grande repercussão nos conselhos setoriais, disputamos projetos no parlamento e lideramos mobilização em todo o Brasil também sobre as questões de seguridade social.

2. Como resultado desta política, nos tornamos uma das principais referências da sociedade organizada sobre os temas do setor, criando uma forte aliança com as entidades representativas dos demais usuários da seguridade social. Estamos na prática desenvolvendo a política da “CUT cidadã”, preocupada não apenas com os trabalhadores com carteira assinada, mas sim com o conjunto da população.



3. Estas lutas ainda não se traduziram em conquistas efetivas para todos nós. Ao contrário, o que temos conseguido é “perder menos”, frente os ataques do projeto neoliberal.

4. Nesse próximo Concut devemos, além de reafirmarmos posições históricas em defesa dos trabalhadores, precisar algumas questões avançando em novas resoluções:

#### Sobre Saúde

5. Reafirmamos nossa defesa do SUS como a melhor política de saúde para nosso país. Queremos a universalidade, a equidade, a integralidade e a gratuidade das ações do SUS, sob efetivo controle social. Repudiamos a proposta do Banco Mundial de implantar um sistema de saúde pobre para os pobres, com apenas alguns procedimentos mais econômicos, abandonando os que precisarem de tratamentos mais custosos.

6. Somos contra os processos de privatização do atendimento à saúde da população, disfarçada ou explícita, em curso. Defendermos o SUS como um sistema que ofereça atenção de boa qualidade para todos. Assumimos o compromisso de rever a tendência histórica dos sindicatos optarem por convênios médicos privados em processos negociais. Além do que, reconhecemos as limitações dos convênios e seguros saúde, particularmente nas ações de prevenção e intervenção no ambiente de trabalho.

7. Propomos ainda, a revisão do desconto em imposto de renda de atendimento médico em saúde. Não é correto

“distribuir” entre todos, as despesas com consultas particulares ou gastos pessoais em saúde. Exigir o funcionamento adequado do SUS é o caminho correto para superar essas questões.

#### Sobre Previdência

8. Reafirmamos nosso projeto de Previdência apresentado à sociedade e no Congresso Nacional. A Previdência tem que ser pública e ter o caráter social, ou seja, redistributivo da renda. Deve priorizar a





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

taxação dos lucros e ser administrada por um conselho quadripartite, composto por trabalhadores da ativa, aposentados, empregadores e governo, como uma das formas para se evitar fraudes e sonegação.

9.

Repudiamos as iniciativas redutoras de direitos previdenciários dos trabalhadores, expressas na política neoliberal, e reafirmamos o nosso compromisso de continuar lutando pela manutenção dos direitos dos trabalhadores na reforma da Previdência e contra os privilégios.

### Sobre Assistência Social

Reafirmamos nossa defesa de um Sistema de Assistência Social de fato, subordinado a amplo controle social, articulando as ações da área, atendendo a todos que dele necessite, combatendo as fraudes, picaretagens e clientelismos. Apoiamos a Lei Orgânica do setor pois, embora com limitações, foi o caminho que se construiu para a constituição do Sistema.

### Sobre Seguridade Social

11. Queremos reafirmar nossa defesa do conceito de Seguridade Social, integrando a Saúde, a Previdência e a Assistência em uma só política. São ações indissolúveis que se integram para atender o conjunto das necessidades e direitos de toda a população. Para tanto devem ter planejamentos integrados e orçamento único.

### Saúde do trabalhador e meio ambiente

1. A ofensiva neoliberal investe na precarização das normas relativas a higiene e segurança do trabalho, mesmo quando nos deparamos com o surgimento de novas formas de adoecimento e morte de trabalhadores decorrentes da intensificação do ritmo de trabalho: LER, estresse, doenças cardiovasculares etc.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



2. Apesar de todo o discurso neoliberal de “proteção ao meio ambiente”, registra-se um aumento considerável da incidência de doenças decorrentes da degradação do meio ambiente provocadas pela poluição da terra, água e ar, como alguns tipos de câncer, doenças do aparelho respiratório, malformação fetal etc.

3. Por isso, os agravos à saúde dos trabalhadores e a deterioração do meio ambiente devem se constituir em preocupações constantes para a Central. Assim, nós trabalhadores da CUT, neste 6º Concut, propomos incrementar nossas lutas no sentido de:

a) Intensificar as ações de organização nos locais de trabalho, com a constituição de Comissões de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente, por trabalhadores eleitos democraticamente pelas bases e com direito de estabilidade. Este é o caminho mais eficiente para a prevenção dos acidentes e doenças no trabalho;

b) Intensificar o trabalho de formação sindical em saúde, trabalho e meio ambiente, capacitando mais dirigentes e trabalhadores de base para discutir e exigir melhores condições de trabalho e meio ambiente, integrada na Política Nacional de Formação da CUT. Ter publicações específicas da área além de uma política de divulgação e comunicação;

c) Lutar pela existência na rede pública do atendimento dirigido aos trabalhadores, através de Centros de Referência e Programas de Saúde do Trabalhador, fortalecendo assim, o Sistema Único de Saúde. Intensificar a participação da CUT nos Conselhos de Saúde em todos os níveis, integrando esta ação junto às Secretarias de Políticas Sociais;

d) Lutar para que o Seguro Acidente de Trabalho continue público, dentro do Sistema de Seguridade Social, com maior controle da gestão por parte dos trabalhadores, usuários e com o aumento da cobertura dos benefícios.

e) Garantir melhoria nas leis e normas básicas em matéria de Higiene e Segurança do Trabalho, complementadas pela contratação coletiva (Legislação de Sustento) e lutar para que não haja a precarização da legislação vigente;



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



f) Fortalecer o Coletivo Nacional de Saúde e Meio Ambiente (formado por membros dos Coletivos Estaduais e da Estrutura Vertical), os Coletivos Estaduais e o nosso instituto técnico, o Inst (capacitando-o para sistematizar e socializar informações e dados da área);

g) Lutar por normas de âmbito internacional nos mercados regionais que garantam: direito a informação nos locais de trabalho relativas às questões de saúde e meio ambiente; direito de recusa em ambientes contaminados e de risco; livre acesso a todas as informações relacionadas ao meio ambiente e à saúde no trabalho;

h) Incentivar a criação de grupos de trabalho sobre a saúde da mulher, rurais, aids, criança e adolescente, agentes químicos, físicos e biológicos, radiação, saúde mental, produtos cancerígenos etc., integrando atividades com as diversas Comissões e Grupos temáticos dentro da CUT.

### **O meio ambiente no meio sindical**

1. Passados cinco anos da ECO-92, muito pouca coisa mudou em nosso país no que se refere ao meio ambiente. O governo brasileiro adiou nos últimos quatro anos a criação do Conselho das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92. A tradução e a publicação da Agenda 21 somente foi concluída em 1996 e as discussões sobre a Agenda 21 Nacional ainda nem começaram.

2. O recente enfraquecimento do Conama— Conselho Nacional do Meio Ambiente – mostra claramente qual é a verdadeira intenção do governo: excluir a sociedade civil e os trabalhadores destas discussões. Além disso, a ausência de políticas públicas do governo federal na questão ambiental tem transferido decisões importantes, de caráter nacional (e portanto de toda a sociedade) à esfera dos estados. Assim, os interesses econômicos e políticos locais dão hoje o “tom” das políticas públicas para a Amazônia, por exemplo.

3. O crescimento da miséria é um dos fatores que incidem negativamente sobre o Meio Ambiente. Nas regiões metropolitanas, pressionados pelos altos custos da moradia face aos baixos salários, constroem-se





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



moradias precárias nas áreas de proteção de mananciais comprometendo o fornecimento de água às futuras gerações. A Reforma Urbana necessária assim como o direito do uso social da propriedade previsto na Constituição da República, não foram sequer objeto de apreciação pelo governo.

4. Uma central sindical como a CUT, comprometida com a construção de uma sociedade justa, democrática e igualitária, deve eleger a luta em defesa do ambiente e da qualidade de vida como prioridade.

5. É preciso formar cada vez mais quadros com capacidade de intervir nessa discussão, tanto no local de trabalho, quanto nos fóruns sociais que se ocupam dessa temática. A questão da defesa do meio ambiente não pode ficar restrita à Comissão Nacional de Meio Ambiente.

6. Temos como tarefa urgente a implementação da resolução do 4º Concut que define a transformação das CIPAs em verdadeiras Comissões de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente, intervindo não só no ambiente interno das fábricas, mas também no ambiente externo.

7. Devemos intensificar o processo de rearticulação da Rede CUT Amazônica, transformando-a em espaço privilegiado de intervenção no debate sobre o desenvolvimento da região.

8. Ampliar a participação da CNMA no subgrupo 6 do Mercosul, articulando o trabalho com a SRI e a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul.

9. Desenvolver ações conjuntas com o Coletivo Nacional de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente.

10. Para tanto, é urgente o fortalecimento da Comissão Nacional de Meio Ambiente da CUT e a organização de Comissões em todos os estados.

### **Combate à AIDS**

1. Surgido em 1980 em países ricos, atingindo segmentos específicos, o vírus HIV desenha hoje um novo mapa, consolidando seu perfil epidemiológico nos países subdesenvolvidos e na população economicamente ativa, de baixa renda.

2. O Brasil encontra-se entre os quatro primeiros países do mundo em casos notificados, ficando para o



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUE**



estado de São Paulo e Rio de Janeiro o registro de 62% das notificações.

3. Uma face ainda mais perversa dessa nova realidade é o aumento da incidência da AIDS em mulheres. De um passado recente, onde a cada 33 homens era infectada 1 mulher, já chegamos a alarmante proporção 3x1, e apesar de o uso de drogas injetáveis marcar o perfil entre 1987 à 1990, a via sexual continua sendo o fator mais importante de contaminação feminina.

4. Por concentrar-se em público jovem, na idade produtiva, a AIDS tem que ser uma das preocupações do mundo do trabalho, pois cria novos conflitos entre patrões e empregados.

5. Ainda é exigido o teste de HIV em muitas empresas e, constatada a infecção, trabalhadores são sumariamente demitidos.

6. Pressionados pelo alto custo de tratamento, governos optam por políticas preventivas e empresários simplesmente ignoram essa realidade. Uma pesquisa do Datafolha revela que 81% das empresas não têm programas de prevenção e assistência aos funcionários doentes, e desse total 94% nem pretende tê-la.

7. Dentro desse contexto, em busca de uma melhoria na qualidade de vida da classe trabalhadora, a CUT cria em 1992 a Comissão Nacional de Prevenção à AIDS – CNPA – com o objetivo de contribuir na reversão desse quadro.

8. Como uma série de trabalhos publicados, campanhas de prevenção realizadas, a CNPA, no sentido de fortalecer a CUT para o combate à AIDS; promover a adoção de práticas seguras relacionadas à prevenção a transmissão do vírus HIV e promover a qualidade de vida dos trabalhadores que vivem com HIV e com AIDS, propõe:

a) Organizar um Programa Nacional que contenha campanha de prevenção, com cartazes, cartilhas, adesivos e camisetas e seminários que capacitem dirigentes, cipeiros comissões de local de trabalho; na tarefa da negociação coletiva, de modo a garantir direitos dos portadores do HIV;

b) Que o 6º Concut indique a todos seus sindicatos filiados a realização de campanhas permanentes de prevenção à AIDS, reforçando o 1º de Dezembro —“Dia Internacional de Combate à AIDS”, Carnaval e “Dia





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Internacional da Mulher”.

c) Que o 6º Concut indique a todos seus sindicatos filiados a inclusão de pontos referentes a garantia de direitos aos trabalhadores portadores do vírus em suas minutas de negociação coletiva, bem como a garantia de bio-segurança no local de trabalho;

d) Que todos os Sindicatos filiados à CUT requisitem das Secretarias de Saúde e sejam postos de distribuição gratuita de preservativos, para suas respectivas bases;

e) Que os sindicatos reivindiquem das Secretarias de Saúde programas de prevenção e combate à AIDS, nos locais de trabalho, sob controle também dos Sindicatos.

### **Política de combate ao racismo**

1. A luta anti-racismo de sindicalistas cutistas teve início bem antes do 5º Concut, quando foi reconhecida oficialmente pela Central, como relevante para a organização dos trabalhadores.

2. Os avanços conseguidos pela CNCDR (Comissão Nacional Contra a Discriminação Racial), sob a coordenação da SPSO, são inquestionáveis, apesar da pouquíssima estrutura de trabalho e, ainda, pouco envolvimento da maioria dos dirigentes. Mesmo assim, a nossa ação tem contribuído para que a CUT se consolide enquanto Central preocupada com todos os problemas que afetam a classe trabalhadora. Várias CUTs Estaduais, Ramos e Categorias já incluem em suas agendas, a organização de seminários, campanhas e criação de comissões anti-racismo.

3. Realizamos duas conferências sindicais interamericanas pela igualdade racial, em 1994 na Bahia, e, em 1995 nos EUA. Nesta última conferência foi criado o Inspir – Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial, do qual participam todas as Centrais do Brasil, a ORIT e AFL-CIO, que tem como presidente, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente nacional da CUT.

4. Em maio de 1995, realizamos o 1º Encontro Nacional de Sindicalistas da CUT contra a Discriminação Racial. Este encontro definiu como tarefa principal a organização de uma Marcha contra o Racismo, pela



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Igualdade e pela Vida, em comemoração aos 300 anos da imortalidade de Zumbi.

5. Em 20/11/1997 – aproximadamente 30 mil trabalhadores anti-racistas, em todo o país, participaram do Dia da Consciência Negra Brasileira. Grande parte eram sindicalistas – fruto inequívoco do grande esforço de praticamente todas as CUTs Estaduais. O envolvimento das CUT se manifestaram também na organização de ações, como a Jornada Zumbi pela Vida – que durou dez dias de caminhada, de São Paulo à Aparecida, com paradas nas cidades para discutir o tema. A caminhada terminou com a realização da Missa dos Quilombos, cantada por Milton Nascimento.

6. Estas atividades, aliadas ao aprofundamento da Campanha pela implementação da Convenção 111 e a denúncia do seu descumprimento formalizada pela CUT, junto à OIT, em novembro de 1992, possibilitou a vinda de peritos da OIT ao Brasil. Quando, além de comprovarmos o descumprimento, propusemos a criação de um organismo de governo que definisse políticas de combate à discriminação.

7. Assim, em novembro de 1995, foi criado o GTEDEO – Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação – do qual participam trabalhadores, empresários e governo. Este organismo, dependendo da atuação da CUT, pode se transformar num importante instrumento de elaboração de políticas de igualdade de oportunidades para negros e negras, mulheres e outros setores discriminados.

8. Em 13/05/96, o governo lança o PNDH (Programa Nacional de Direitos Humanos), tentando agregar várias de nossas propostas, como:

- Implementação da Convenção 111;
- Funcionamento efetivo do GTEDEO;
- Pressão para que haja a promoção de políticas de igualdade de oportunidades;
- Aperfeiçoamento da legislação antidiscriminatória;
- Inclusão do quesito cor no Sistema de Informação do Ministério do Trabalho;
- Investimento na educação e capacitação de um modo geral e na população negra, em particular;
- Titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos;





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

- Adoção de políticas que promovam social e economicamente a comunidade negra.

9. Uma grande vitória marcou 1996: a readmissão de Vicente do Espírito Santo, eletricitário de Santa Catarina. A sua forte decisão de se rebelar contra a demissão, por racismo, apoiada por seu sindicato e pela CUT Santa Catarina, fez com que a vitória fosse em todas as instâncias da justiça de forma inédita.

10. Em abril de 1997 realizamos o 2º Encontro Nacional de Sindicalistas da CUT contra a Discriminação Racial, que aprovou, para serem reafirmadas no 6º Concut, as seguintes propostas:

- Garantir no orçamento da Central condições para possibilitar a execução das propostas aprovadas neste 6º Concut. Instituir a prática de rateio, pelas CUTs Estaduais, das despesas dos membros da coordenação da CNCDR, por ocasião das suas reuniões ordinárias.
- Aprofundar o conhecimento e o debate relativo ao impacto da reorganização do trabalho, da qualidade total e da globalização, sobre os trabalhadores negros e negras.
- Na campanha da CUT contra o desemprego, cadastrar os desempregados, levando em conta o quesito cor.
- Orientar que na organização de campanhas de sindicalização nos sindicatos da CUT, sejam contempladas as questões de gênero e raça.
- Desenvolver um programa de capacitação das assessorias jurídicas dos sindicatos para atendimento às queixas de discriminação racial.
- Orientar os sindicatos da CUT a desenvolverem pesquisa sobre o perfil de seus/suas trabalhadores/as, levando em conta o quesito cor/raça e gênero.
- Manter um banco de dados nacional, sobre emprego/desemprego; legislação antidiscriminatória; cláusulas de acordos coletivos antidiscriminatórios; exclusão social; experiências de formação, para instrumentalizar os sindicatos.
- Orientar a inclusão nos boletins e materiais informativos das CUT, ramos e sindicatos, matérias sobre questão racial e gênero.

- Que as comissões continuem, a exemplo de 1995 e 1996, realizando atividades na Semana da Consciência Negra (20/11).
- Realizar um levantamento de toda legislação antidiscriminatória existente, inclusive em tramitação, buscando fazer o acompanhamento, a divulgação e/ou a luta para sua melhoria ou implementação.
- Que os Cecuts e Concuts pesquisem seus delegados analisando o quesito cor.
- Orientar os sindicatos, especialmente os participantes nos conselhos de saúde, que cobrem a implementação da decisão da 10ª Conferência Nacional de Saúde, sobre a leucopenia.
- Aprofundar a discussão sobre anemia falciforme e melanina.
- Articular a intermediação da CNCDR, no planejamento das Secretarias, nos grupos de trabalho ou comissões da CUT, de forma que suas discussões e informações contribuam para a melhor elaboração de cada política setorial.
- Que a CNCDR, as Estaduais e dos Ramos, participem ativamente da mobilização e realização das Conferências Estaduais e/ou Regionais, em defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania, contribuindo na construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo.

Quanto as propostas sobre educação

11. A comissão anti-racismo da CNTE e o 2º Encontro Nacional de Sindicalistas da CUT contra a Discriminação Racial aprovaram propostas para serem adotadas pelas escolas, buscando a perspectiva afrocêntrica; passando pelos recursos pedagógicos e orientação lingüística para 1º, 2º e 3º graus e propostas de socialização de experiências educativas e campanhas.

12. Como estas propostas envolvem entidades da educação que não estavam presentes no 2º Encontro, a SPSO, após debater com as mesmas; fará chegar às CUTs Estaduais, uma proposta discutida por todas as entidades.

Propostas de formação

13. O 2º Encontro discutiu sugestões e as encaminhou à Oficina sobre Formação, que será realizada



em conjunto com a SNF, na perspectiva de se desenvolver uma abordagem anti-racista nos conteúdos trabalhados pela SNF. O resultado desta Oficina será publicado e remetido às CUTs Estaduais e sindicatos filiados.

14. Está em andamento a publicação de uma cartilha, em conjunto com a SNF, análise sobre a Convenção 111 da OIT, exemplos de vitórias da luta contra a discriminação no emprego, bem como uma relação da legislação anti-racista.

15. Em julho de 1997 será realizado um Seminário Nacional, onde se procurará organizar a recontagem da história da organização dos trabalhadores, a partir da vinda dos negros para o Brasil e não somente a partir de uma visão eurocêntrica. O produto desse seminário será publicado em conjunto com a Secretária Nacional de Formação.

## Mulher

1. O perfil da população economicamente ativa vem mudando com a entrada massiva das mulheres na força de trabalho. Elas são maioria no setor de serviço, na educação, na indústria têxtil, vestuário, calçados, químicas e microeletrônica, além da grande concentração de trabalhadoras na área rural.

2. No comércio, nos bancos e nas empresas em geral, as mulheres assumem funções de secretárias, digitadoras, telefonistas e atendimento ao público. Quando exercem profissões liberais, consideradas “masculinas”, estão predominantemente em enquadramentos hierárquicos inferiores.

3. Há no país um grande contingente de trabalhadores no mercado informal, sem garantias dos direitos trabalhistas e, destes, na sua maioria são mulheres. Mesmo com este crescimento da mão-de-obra feminina, o preconceito e a discriminação são fatores que impedem a admissão de mulheres ao emprego. A raça, a idade, o estado civil, e boa aparência interferem no seu ingresso no mercado de trabalho.

4. Além disso, o mercado tem se baseado na divisão sexual do trabalho trazendo consigo uma hierarquização de qualificação e remuneração que inferioriza as trabalhadoras.





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



5. O processo de precarização das relações de trabalho em curso já é utilizado há muito para os trabalhos tidos como femininos: costura, limpeza e cozinha. Este processo se universaliza e tem levado ao incremento do trabalho em domicílio, contratado por empresas. Não há ainda muitos estudos sobre as diferenças entre os sexos nessas condições, porém já se sabe que o trabalho em domicílio da mulher para empresas é sem vínculo empregatício. Esta é a relação preferencial que o empresário oferece para as mulheres com filhos, pois as obriga a dar conta simultaneamente a dupla jornada de trabalho e da maternidade, sem ônus para quem as emprega.

6. A discriminação e a desqualificação do trabalho feminino e dos salários inferiores contraria a legislação brasileira que prevê o pagamento de salário igual para trabalho igual. Segundo o levantamento que integra o relatório do Desenvolvimento da ONU (Organização das Nações Unidas), mostra que as mulheres brasileiras recebem, em média, 76% do valor do salário dos homens.

7. A dupla jornada das trabalhadoras urbanas e rurais, a falta de equipamentos sociais, de políticas públicas de atendimento a saúde e educação, acabam por sobrecarregá-las de duas formas: uma, obrigando-as a suprir sozinhas tais carências e, outra, a aceitar as condições oferecidas pelo mercado.

8. Dentro deste contexto histórico, as mulheres se organizam dentro da Central discutindo e propondo ao conjunto da CUT formas de luta que buscam romper com a discriminação de gênero.

9. A partir da criação da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora/CUT, em 1986, e culminando com a implementação de cotas em 1994, a Central tornou-se a mais importante referência de organização das mulheres da América Latina. No entanto, as resoluções de plenárias e congressos, aprovadas com intuito de minimizar os problemas sentidos por esta importante parcela da classe trabalhadora, não têm sido colocadas em prática.

10. Justamente com o objetivo de fazer com que as resoluções referentes à questão de gênero saiam do papel e sejam implementadas pelos sindicatos e instâncias da CUT é que foi lançada, na 7ª Plenária Nacional da CUT, em 1995, a campanha "Cidadania: Igualdade de Oportunidades na Vida, no Trabalho e no



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Movimento Sindical”, tendo como eixo prioritário a qualificação profissional feminina e a questão do salário igual por trabalho de igual valor.

11. Esta campanha foi lançada em alguns Estados, porém sem que fosse dado o acompanhamento necessário, seja devido a diversas dificuldades quanto à composição e funcionamento da CNMT, seja por falta de retorno das instâncias cutistas. Mesmo assim, a campanha serviu de alavanca para as resoluções de gênero da CIOSL, o que foi importante para fortalecer a política da CUT.

12. É importante que a CUT implemente e divulgue a campanha, através de suas instâncias, fazendo o debate em relação ao tema “gênero”, no sentido da implementação de nossas resoluções congressuais.

13. Para tanto, propomos alteração da composição da CNMT, da seguinte forma:

- Cada ramo de atividade indicará uma pessoa, a qual deverá ter respaldo político e financeiro da respectiva instância vertical para desenvolver o trabalho na CNMT e no próprio ramo.
- A cada seis meses seriam realizadas plenárias com a participação das CUTs Estaduais, através das CEMT (Comissões Estaduais sobre a Mulher Trabalhadora), visando integrar o trabalho desenvolvido nos ramos com as regiões e instâncias horizontais.
- Pautar o debate das propostas que foram sugeridas pelo 4º Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, realizado em maio de 1997, para os Cecuts e no Concut.
- Organizar e implementar o Núcleo Temático de Gênero, que deverá atuar em conjunto com outros temas relacionados à política de formação da CUT.

### Juventude

1. O número de jovens que ingressam anualmente na População Economicamente Ativa é superior a 1,5 milhão, com uma qualificação profissional extremamente precária.

2. A média de escolaridade apresentada pela população brasileira é pouco superior a três anos. O fato de crianças e adolescentes desenvolverem atividades econômicas tem ocasionado o abandono escolar, o



que é extremamente grave, pois impede que eles busquem melhores colocações no mercado.

3. A qualidade do ensino público também compromete as perspectivas de nossa juventude que se vê diante de um mercado de trabalho em constante transformação e cada vez mais exigente.

4. Além disso, a maior parte do orçamento público destinado à formação profissional continua sendo gerida e controlada por empresários que oferecem cursos nas áreas de maiores interesses do capital, desconsiderando a formação do jovem enquanto cidadão.

5. O Movimento Sindical não pode ficar alheio a essa realidade. A CUT iniciou um processo de discussão sobre a juventude, ao realizar uma conferência nacional, com o intuito de criar um espaço permanente de intervenção sobre essa temática.

6. Estamos propondo três formas de abordagem para a temática da juventude:

- *Juventude e mercado de trabalho* – essa abordagem permite discutir os impactos da reestruturação produtiva em relação aos jovens e a definição de políticas de educação básica e profissional, juntamente com políticas de geração de emprego. Sobre educação profissional, é importante estar atento para o tipo de profissão que apresenta maiores perspectivas num mercado de trabalho que vem sofrendo transformações constantes.

- *Participação dos jovens no sindicato* – essa abordagem permite um diagnóstico em relação a pouca participação de trabalhadores jovens no movimento sindical e a definição de estratégias com o objetivo de reverter esse quadro. É preciso identificar junto aos jovens, como ampliar os espaços para a sua participação no movimento sindical;

- *Juventude e cidadania* – o objetivo é criar um espaço de intervenção conjunta com outros setores da sociedade civil que trabalhem com a questão da juventude. Essa intervenção mais ampla deve ter o objetivo de criar campanhas contra as diversas formas de exploração de nossa juventude e a luta pela implementação de políticas públicas que revertam a crescente marginalização de parte expressiva da nossa juventude.



## Pela erradicação do trabalho infantil

1. Dados do IBGE de 1993 revelam a existência de 5 milhões de crianças de 5 a 14 anos inseridas no mercado de trabalho (60% no campo). Se no 4º Concut trabalhávamos com uma estimativa de 7,5 milhões, pois inexistia uma pesquisa que retratasse a realidade, podemos afirmar também que houve uma diminuição do número de trabalhadores infantis provocada de um lado pelo crescente desemprego e, de outro, pelas ações de combate ao trabalho infantil que vêm sendo desenvolvidas pela sociedade civil, a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente. Seja que número for, a verdade é que é preciso erradicar o trabalho infantil e devolver à criança seus direitos de cidadania: o direito de estudar, brincar, praticar esportes. O direito de ser criança.

### Por que criança trabalha?

2. O primeiro motivo é o econômico: do lado da família, a pobreza. Criança trabalha para “ajudar” na renda familiar. Do ponto de vista do empresário, o trabalhador infantil é mais barato. Seu salário, via de regra, é um terço do salário de um adulto; não tem carteira assinada, nenhum direito a 13º, férias remuneradas, previdência social e mesmo capacidade de organizar-se para reivindicar direitos. O segundo motivo é social: faltam políticas públicas para a infância brasileira. Em tempos neoliberais, cortam-se os gastos com as políticas sociais; faltam escolas, falta uma política de geração de emprego e renda, e as poucas políticas adotadas tais como a instituição de bolsa educação não se universalizam. Há ainda um terceiro motivo: a ideologia dominante em nossa sociedade coloca para a infância pobre duas falsas alternativas; o trabalho ou a rua e, entre estas duas, elege o trabalho como solução. Uma falsa solução, já que as conseqüências do trabalho infantil, além do imediato, é a sua não formação, a manutenção de sua desqualificação para o trabalho e, com isso, do subemprego, do baixo salário, da pobreza.





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

### A atuação da CUT

3. Nossa Central vem desenvolvendo ações de combate ao trabalho infantil desde 1992, em vários níveis

– denúncia, sensibilização, conscientização – junto aos dirigentes sindicais e aos trabalhadores, junto às crianças trabalhadoras e junto à sociedade. Fizemos vários estudos de caso, com o objetivo de mobilizar a sociedade e os poderes públicos para a tomada de medidas concretas para sua erradicação; promovemos cursos e seminários para discussão do problema e elaboração de propostas, desenvolvemos a campanha: “Lugar de Criança é na Escola” – Não ao Trabalho Infantil”. Participamos dos fóruns da sociedade de defesa dos direitos da criança e do adolescente, especialmente do Fórum Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil. Muito há ainda que se fazer.

### Tarefa da CUT no próximo período

4. A luta pela erradicação do trabalho infantil é parte integrante da luta por salário e emprego e pela construção da cidadania. Esta questão tem que estar na agenda permanente da CUT e seus sindicatos, em todas as negociações de todos os setores da cadeia produtiva e de serviços, pois pode não ser constatada a presença de crianças numa determinada fábrica, mas é muito provável que sua matéria-prima seja produto do trabalho infantil.

5. Ao mesmo tempo, a CUT deverá continuar a desenvolver seus estudos de caso para, ao dar visibilidade à exploração do trabalho de crianças, criar as condições para seu combate junto à sociedade o que implica envolvê-la na luta por políticas públicas que possibilitem à criança acesso, permanência e sucesso na Escola. Lutar pela instituição de Programa de Renda Mínima vinculada à permanência das crianças na Escola deve ser central para a CUT.

6. A escola é a política pública número um para a criança. Porém ela ainda é excludente, não só porque faltam vagas, mas também porque ela não leva em conta a realidade da criança. Trabalha com uma visão



CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

idealizada de criança a partir de um modelo de criança de classe média e, ao fazer isso, não acolhe aquela que não se adequa a esse modelo. A CUT, com todas as entidades da educação, deverá atuar junto aos professores, abrindo com eles uma discussão para que a escola cumpra o seu papel, garanta a toda criança seu direito à educação.

7. Cabe ainda à Central atuar junto à opinião pública, para que ela mude seus valores culturais e ideológicos e passe a ver o trabalho infantil como problema e, assim, a combatê-lo. Para isso, a CUT deverá ampliar sua participação nos fóruns de defesa dos direitos da criança e adolescente, fortalecê-lo e construí-los onde não existem e, em especial, o Fórum pela erradicação do trabalho infantil.

8. A CUT deve, ainda, realizar uma campanha pela ratificação da Convenção 138 da OIT, que proíbe o trabalho infantil.

### Educação

O 6º Concut reafirma que a luta por uma educação pública, gratuita, universal e de boa qualidade é uma das prioridades de nossa Central. Os sindicatos e entidades ligadas ao ensino e filiados à CUT têm demonstrado uma enorme capacidade de entendimento da importância desta questão. No entanto, temos ainda um grande desafio, que é o de envolver toda a estrutura da Central, inclusive a Secretaria de Políticas Sociais, de forma que esta luta não fique restrita somente aos setores ligados à educação.

2. As esferas governamentais já têm sua estratégia definida para atuar neste setor. Esta estratégia está configurada no que chamamos de Reformas Educacionais, que têm sido alvo de profundos debates e de posições contrárias do movimento sindical ligado à educação.

3. A CUT aprovou, em “Seminário Nacional em Defesa da Educação”, realizado em março de 1995, suas propostas para a educação, rumo à construção de um projeto educacional da CUT para o país.

4. Estas propostas, para debate com toda a estrutura da Central e a sociedade, estão centradas na defesa dos direitos dos trabalhadores em educação, do ensino e pesquisa de qualidade, de uma escola



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



formadora de cidadãos e cidadãs, na gestão democrática e na garantia do acesso e permanência de todas as crianças do campo e da cidade na escola.

5. Além disso, aquele seminário realizado em 1995, aprovou também a realização de uma Campanha Nacional em Defesa da Educação, cujo lançamento aconteceu no segundo semestre daquele ano. Consideramos que o 6º Concut deve aprovar a retomada, de forma coesa, desta campanha, cujos princípios, propostas e objetivos permanecem atuais. A preocupação básica deve ser a de sensibilizar e envolver todos os setores da sociedade e, particularmente, do movimento sindical, para poder avançar na compreensão da importância da educação.

6. Esta campanha deve contemplar os seguintes pontos:

- Denunciar o estado de calamidade pública da educação brasileira;
- Defender o caráter público e universal da educação;
- Lutar pela gestão democrática das escolas;
- Defender o direito ao acesso e permanência na escola, em todos os níveis, inclusive a educação de jovens e adultos;
- Exigir o aumento de verbas para a educação;
- Lutar pela extinção da dualidade entre educação profissional e educação para a cidadania, atualmente existente, integrando os dois conteúdos nos currículos escolares.

7. Essa campanha deve estimular cada categoria a incluir em suas agendas sindicais, reivindicações educacionais, em consonância com o projeto educacional cutista. Além disso, deve capacitar os dirigentes sindicais sobre a importância da educação como elemento estratégico para os trabalhadores no próximo século.

8. O envolvimento de todos os sindicatos cutistas numa campanha desta natureza também tem como objetivo desenvolver, através da educação, a solidariedade entre as categorias e traçar melhores condições para fazer a disputa pela hegemonia na sociedade.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



9. Propomos, para serem aprofundados na Central e em seus sindicatos filiados, entre outras, as seguintes questões;

- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundo Paulo Renato);
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
- Reformas do Ensino Médio e Profissionalizante;
- Participação dos trabalhadores no controle social da educação e nos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação.

10. No 2º Coned – Congresso Nacional de Educação, que será realizado ainda neste ano, todas estas questões serão debatidas, bem como a Campanha Nacional em Defesa da Educação.

### **Política de habitação**

1. A realização da 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, Habitat II, realizada em Istambul (Turquia), entre 3 e 14 de junho de 1996, retomou, em nível mundial, a discussão sobre o direito à moradia. As concentrações urbanas ao redor do planeta contabilizam 500 milhões de pessoas sem lar, ou alojadas em condições precárias.

2. Em nosso país, as políticas econômicas recentes só fizeram agravar os problemas sociais. A falta de uma reforma agrária, aliada ao modelo excludente e concentrador de renda vigente nas últimas décadas, acentuou a migração do campo para as cidades, envolvendo-as com um cinturão de miséria e violência. A prioridade absoluta para a política monetária continua favorecendo a especulação financeira e implica um distanciamento, cada vez maior com relação à questão da moradia popular.

3. A autoconstrução tem sido a forma predominante de edificação das cidades. É a população construindo com seus próprios recursos as suas moradias sem qualquer interferência do poder público, nem mesmo para verificar condições de segurança. O déficit habitacional é uma discussão antiga. Os números



variam de 5,6 milhões a 15,4 milhões, a depender do critério adotado.

4. É grande o número de organizações populares envolvidas com o assunto, mas a mobilização tem deixado a desejar. Depois dos embates das ocupações urbanas e de um ciclo de grandes mobilizações, apoiadas na discussão do valor das prestações cobradas pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), que levou à constituição de inúmeras associações de mutuários, as mobilizações dos chamados sem-teto são esporádicas e restritas à periferia. É necessário ampliar o movimento em defesa da moradia, articulando a luta pelo direito a uma habitação digna, com a luta dos trabalhadores rurais por reforma agrária e dos sindicatos em defesa do salário e do emprego.

#### Moradia e atores sociais

5. Os últimos 20 anos viram surgir mais de 80% das organizações da sociedade civil em nosso país. A luta por democracia, por direitos sociais e construção da cidadania levou à constituição de organizações, incluindo associações de base, sindicatos e centrais sindicais, cooperativas profissionais, organizações de auxílio mútuo, associações de luta por direitos de minorias, institutos ligados às universidades e um sem número de entidades genericamente denominadas de organizações não governamentais, as ONGs.

6. Na questão habitacional, as grandes mobilizações populares aconteceram em torno de duas grandes vertentes. Aquelas decorrentes da questão fundiária envolvem o setor informal, com as ocupações de terreno, construção de favelas, luta contra o despejo e reivindicação de infra-estrutura para as áreas ocupadas, dando lugar aos movimentos de defesa dos favelados e associações de moradores. A outra vertente, corresponde às mobilizações do pessoal de carteira assinada, mutuários do SFH, contra os aumentos de prestação e organização de ações coletivas contra o BNH, e depois CEF, dando lugar as Associações de Mutuários.

7. Essa diversidade de atores e propósitos exige uma articulação capaz de viabilizar a construção de um movimento de proporções nacionais, envolvendo todas as forças democráticas, comprometidas com a



transformação da sociedade, para garantir o direito à moradia e o atendimento das reais necessidades da maioria da população.

### O movimento sindical e a CUT, na luta por moradia

8. Em 1994 foi criado o Comitê Nacional para Preparação da Conferência Habitat II, com a participação de representantes do movimento popular, igrejas, entidades empresariais e acadêmicas, além das organizações não-governamentais. O Fórum da Reforma Urbana teve assento no comitê. Foram realizados encontros preparatórios, com destaque para a Conferência Brasileira para o Habitat II, realizada no Rio de Janeiro, entre 9 e 12 de maio de 1996.

9. A participação da CUT nesse processo aconteceu a partir de algumas entidades nacionais filiadas, como a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Federação Nacional dos Arquitetos (FNA) e a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge). Através de sua representação no Conselho Curador do FGTS, a CUT participou da Conferência Brasileira, no Rio, e da Habitat II, em Istambul.

10. No Conselho Curador do FGTS, a presença da CUT desde 1990 representa um importante espaço na luta institucional, atuando de forma unitária com toda a bancada dos trabalhadores, articulando com as demais entidades da sociedade civil, negociando e defendendo as propostas que interessam aos trabalhadores e à maioria da população.

### Propostas de ação

11. É preciso articular a atuação no Conselho com os movimentos ligados à temática urbana, coordenando a ação das entidades nacionais filiadas que tratam do tema, trazendo essa discussão para a Central e colocando nossa participação no CCFGTS a serviço do movimento popular.

12. A importância da questão dos assentamentos humanos, que inclui as moradias urbanas e rurais, além dos assentamentos agrícolas, está a exigir uma maior discussão entre os sindicatos e uma efetiva





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



articulação do movimento sindical com o movimento popular, passando pelos setores técnicos e acadêmicos que tratam dessa questão e têm expressão social.

13. A ação institucional da CUT junto ao Conselho Curador do FGTS, bem como junto aos demais conselhos que tratam de fundos e temas de interesse da classe trabalhadora, deve prosseguir, ampliando seu leque de ação e procurando apoio junto aos setores do movimento popular que estão envolvidos com essa questão. Para isso é fundamental a constituição de coletivos temáticos, com a participação de representações sindicais e do movimento popular, para elaboração e apoio à nossa ação nos conselhos, que precisam ampliar a assessoria, evitando acréscimos de custos, que a Central não poderia bancar.

14. No mesmo sentido, precisamos desenvolver mecanismos de articulação com as instituições acadêmicas, no sentido de ampliar o debate e a repercussão de nossa ação institucional. Ao mesmo tempo é preciso divulgar essas questões junto aos sindicatos, introduzindo-as em nossos programas de formação e incentivando a participação comunitária de nossos sindicatos, através de novos espaços de participação, como cooperativas habitacionais e outros espaços de participação popular

– como a discussão do orçamento – em construção a partir das prefeituras e administrações populares, que devemos lutar para ampliar, como forma efetiva de prática da democracia.

### Formação Profissional

1. O 6º Concut reafirma as resoluções sobre Formação Profissional, aprovadas na 7ª Plenária Nacional, por considerá-las corretas quanto à concepção, diagnóstico e na apresentação de soluções.

2. Devemos continuar estimulando os sindicatos filiados à CUT a considerar este tema como uma questão importante da ação sindical e nos processos de negociação, com os governos e empresários. Por isso, consideramos que o 6º Concut deve aprovar:

3. Continuar articulando, nacionalmente, as ações de suas instâncias horizontais e verticais e das entidades filiadas, naquilo que se refere à Formação Profissional, em torno de alguns *objetivos básicos*:



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

- Aprofundar o levantamento sobre as iniciativas governamentais, empresariais e por parte de organizações dos trabalhadores.

- Definir com maior clareza os parâmetros norteadores da intervenção da CUT quanto a essa questão, seja no que se refere às reivindicações, campanhas e lutas nacionais e à sua participação institucional (comissões de emprego, convênios com instituições públicas, fóruns institucionais etc.), seja no que diz respeito às ofertas próprias de cursos e programas profissionalizantes.

- Avançar na articulação das políticas de Formação Profissional em relação à defesa do ensino público, gratuito e de qualidade para todos os brasileiros.

- Avançar na articulação com as outras centrais, Dieese e outras entidades afins (fortalecendo as iniciativas e instrumentos comuns já em andamento), no sentido de fortalecer uma política de Formação Profissional na perspectiva dos trabalhadores.

- Avançar na criação e consolidação dos Centros Públicos de Ensino Profissional.

- Desenvolver uma estratégia nacional de formação, no âmbito da PNF, visando:

- a) a capacitação de dirigentes para ações e negociações no campo da Formação Profissional;

- b) a qualificação de formadores (atuantes na área da Formação Profissional), dentro dos princípios metodológicos praticados na Rede de Formação da CUT;

- c) a preparação dos representantes cutistas nos fóruns institucionais;

- d) o aprofundamento do debate nas instâncias horizontais e verticais sobre a perspectiva cutista para a Formação Profissional no país;

- e) a consolidação de iniciativas de intercâmbio internacional com centrais e outras entidades que desenvolvem projetos relacionados nessa área etc.

4. Quanto à sua participação em espaços institucionais, a CUT deve prioritariamente:

- a) Continuar fortalecendo sua atuação nas Comissões de Emprego, procurando nortear-se por políticas alternativas de desenvolvimento nacional e regional.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



- b) Articular nacionalmente sua participação no Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores.
- c) Definir uma política de captação de recursos públicos (principalmente do FAT) para o desenvolvimento de projetos de Formação Profissional, por parte de suas instâncias verticais e horizontais.
- d) Capacitar e subsidiar os representantes cutistas nesses espaços (desenvolvendo estratégias e instrumentos para isso).
- e) Articular melhor sua participação nos fóruns institucionais internacionais (especialmente do Mercosul).
- f) Definir a posição da CUT sobre mudanças tributárias relacionadas ao financiamento da Formação Profissional.
- g) Realizar um levantamento dos fundos públicos destinados à Formação Profissional, com gestão empresarial e desenvolver uma campanha de denúncia pública.
- h) No sentido de fortalecer uma ação nacionalmente articulada e fundamentada, a CUT deve:
- Continuar incentivando os sindicatos cutistas a incluírem itens sobre Formação Profissional em suas pautas de negociação (por exemplo, defendendo a criação de comissões paritárias para acompanhar atividades educacionais no local de trabalho; defesa da participação sindical na formulação e gestão dos cursos oferecidos pelas empresas; defesa da utilização de parte da jornada de trabalho em programas de formação e requalificação profissional etc.).
  - Continuar buscando o envolvimento e o apoio da Rede Unitrabalho nas pesquisas e programas de Formação Profissional desenvolvidas pelas instâncias horizontais e verticais.
  - Desenvolver uma campanha nacional pela utilização de parte da jornada de trabalho, nas empresas públicas e privadas, com programas de formação profissional (com respaldo legal e sem desconto no salário).
  - Desenvolver uma campanha nacional de esclarecimento sobre a posição da CUT em defesa de uma Formação Profissional articulada ao ensino básico, como parte de uma política de educação pública, gratuita e de qualidade.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



- Desenvolver uma campanha nacional de defesa da participação sindical (em particular, da CUT) na gestão do “Sistema S” (com respaldo legal).
- Continuar desenvolvendo debates relativos às resoluções (do 5º e 6º Concut e da 7ª Plenária), sobre Formação Profissional.
- Desenvolver projetos em comum com governos municipais e estaduais.

### **Política de comunicação da CUT**

1. As formas e os instrumentos de comunicação utilizados na sociedade, devido à agilidade na informação, o tratamento que é dado a ela, e a sua inserção em todo o território nacional, colocam um enorme desafio ao movimento sindical.
2. Por isso, propomos aos delegados ao 6º Concut, aprovar diretrizes para a Secretaria de Comunicação, capaz de dotar a Central, já para o ano 2000, de uma eficiente comunicação entre sua direção, suas instâncias de base e aos trabalhadores associados aos seus sindicatos:
3. Estruturar a Secretaria de Comunicação em um só corpo, uma só equipe e um só espaço físico.
4. Continuar editando a revista mensal e de circulação nacional, *Informacut*, e rediscutir o seu projeto gráfico e editorial.
5. Criar um boletim semanal, sob responsabilidade da Executiva Nacional, cujo conteúdo dê conta das propostas e campanhas aprovadas e desencadeadas pela CUT, sobretudo as campanhas salariais articuladas. Lembramos que, em 1996, foi realizada uma experiência com relativo sucesso, nesse sentido.
6. Consolidar nossa comunicação eletrônica via Internet e, a médio prazo, construir nossa Intranet, como ponto de partida para a Rede Nacional de Comunicação. Desencadear esforços para que, no mais curto espaço de tempo, todos os sindicatos cutistas estejam conectados na Internet, para que as informações possam ser constantes e diárias.
7. Estruturar a Assessoria de Imprensa da CUT, dentro de um plano de trabalho discutido e aprovado



**BUSCA NESSE DOCUMENTO**



**ÍNDICE**



**VOLTA**



**SEGUE**





CENTRAL  
ÚNICA DOS  
TRABALHADORES  
1983 - 2003



pela Executiva, seguindo-se um cronograma de implantação dos serviços, no curto e médio prazos.

8. Dotar a Secretaria de Comunicação de equipamentos adequados, organizar cursos de formação aos seus profissionais e promover intercâmbio de informações com outras entidades nacionais e ou internacionais.

9. Discutir, como um plano de trabalho para a próxima Executiva Nacional, um projeto de comunicação, amplo e de massa, da CUT com a sociedade, que seja ágil e de abrangência nacional. Debatendo a estruturação de uma Fundação Nacional de Comunicação dos Trabalhadores, com o objetivo de viabilizar programas nacionais de rádio e TV da CUT e dos sindicatos, e de um jornal de circulação nacional. A organização de uma Editora profissional ligada à CUT é outro dos projetos que o 6º Concut decide mandar à Executiva para que estude a viabilidade de implantação nos próximos três anos.

### Estatutos

**O 6º Concut deliberou que a discussão sobre as modificações aos Estatutos fosse feita na 9ª Plenária Nacional. Os principais temas abordados por estas propostas são:**

1. percentual mínimo de votos necessários às chapas na composição dos órgãos de direção.
2. forma de eleição de delegados para os congressos da CUT nas entidades com base intermunicipal.
3. critérios gerais para eleição de delegados ao Congresso Nacional.
4. penalização às entidades que não contribuam financeiramente com a Central.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

